

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS



PRESIDENTE DO GRUPO IME

Wellington Lins de Albuquerque

REITORA DO GRUPO IME

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ-REITORA ACADÊMICA DO GRUPO IME

Cinara da Silva Cardoso

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Irene Oliveira

Sumário

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	8
1.1 MANTENEDORA.....	8
1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA.....	8
1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA.....	8
1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO	9
1.4.1 DADOS DO MUNICÍPIO	12
1.4.2 ETIMOLOGIA	13
1.4.3 HISTÓRIA.....	13
1.4.4 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	14
1.4.5 HISTÓRIA RECENTE	15
1.4.6 GEOGRAFIA.....	15
1.4.7 MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	16
1.4.8 CLIMA	17
1.4.9 HIDROGRAFIA	17
1.4.10 FAUNA E FLORA	17
1.4.11 DEMOGRAFIA	17
1.4.12 RELIGIÃO.....	18
1.4.13 CULTURA E SOCIEDADE.....	19
1.4.14 FESTIVAL DE CIRANDAS.....	20
1.4.15 TURISMO	20
1.4.16 FUTEBOL	21
2 SÍNTESE DA IES.....	22
2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA	22
2.2 BREVE HISTÓRICO DA MANTIDA	22
2.3 ORGANOGRAMA DA IES	24
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	25
3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO	25
3.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC:	25
3.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	25
3.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO).....	26
3.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE)	26
3.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS.....	26
3.7 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	26
3.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO.....	26
3.9 PERFIL DO COORDENADOR.....	26
3.10 DISCIPLINA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	26
3.11 CONVÊNIOS	27
3.12. QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO	27
3.13.1 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO.....	27
3.13.1 DEMANDAS DE NATUREZA ECONÔMICA	30
3.13.2 DEMANDAS DE NATUREZA SOCIAL	32
3.13.3 DEMANDAS CULTURAIS.....	34
3.13.4 DEMANDAS POLÍTICAS DE SAÚDE.....	35
3.13.5 DEMANDAS DE NATUREZA AMBIENTAL	36
3.13.6 NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO	37
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	37
1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	37
1.1.1 POLÍTICA DE ENSINO	37
NÚCLEOS DE APOIO AO ENSINO	40
PROGRAMAS DE ENSINO	41
AÇÕES DE ENSINO	42
Sistemática de atualização de currículos e novas competências.....	43
POLÍTICA DE PESQUISA.....	52
Programas de Pesquisa	52
Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica	54
POLÍTICA DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	55

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	56
PROGRAMAS DE EXTENSÃO	57
POLÍTICA AMBIENTAL.....	59
POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	61
1.1.2 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA	62
1.1.3 POLÍTICAS DE ESTÍMULO À DIFUSÃO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS.....	63
1.1.4 POLÍTICAS DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	64
1.1.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	65
1.1.6 PAPEERI – <i>Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social</i>	66
PROJETO DO PAPEERI DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS.....	68
PROJETOS INTERDISCIPLINAR DO CURSO PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	70
PROJETOS TRANSVERSAIS PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	70
PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	71
PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO.....	72
PROJETOS DE EXTENSÃO PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO.....	72
PROJETOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	73
PROJETOS DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	73
PROJETO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS DO CURSO	74
PRÁTICAS EXITOSAS OU INOVADORAS DO CURSO.....	74
1.2 OBJETIVOS DO CURSO.....	74
1.2.1 OBJETIVO GERAL	74
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	75
1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	77
1.3.1 PERFIL DO EGRESSO EM CONSONÂNCIA COM O CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA.....	77
1.3.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS.....	78
1.3.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS.....	79
1.3.4 PLANEJAMENTO PARA AMPLIAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO PARA O MUNDO DO TRABALHO.....	79
1.4 ESTRUTURA CURRICULAR (LIBRAS- OBRIGATÓRIA PARA LICENCIATURAS E FONOAUDIOLOGIA).....	81
1.4.1 ELEMENTOS INOVADORES DA ESTRUTURA CURRICULAR.....	83
1.5. POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	85
1.6 POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.....	86
1.6.1 MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE OPTATIVAS E QUADRO RESUMO DO CURSO.....	87
1.7 MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE OPTATIVAS E QUADRO RESUMO DO CURSO.....	91
1.8 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	93
1.9 METODOLOGIA	118
1.9.1 <i>Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade</i>	118
1.9.2 <i>Metodologia das Atividades Presenciais</i>	122
1.9.3 <i>Metodologia das Atividades Interdisciplinares</i>	127
1.9.4 <i>Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial</i>	128
1.9.5 <i>Metodologia da Educação para os Direitos Humanos</i>	130
1.9.6 <i>Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	132
1.9.7 <i>Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem</i>	135
2.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	139
2.1.2 DETERMINAÇÃO DAS DCNS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	139
2.1.3 <i>Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio</i>	139
2.1.4 <i>Convênios Para Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.5 <i>Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.6 <i>Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.7 <i>Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.8 <i>Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho</i>	140
2.1.9 <i>Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio</i>	140

2.1.10 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	140
2.1.11 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	140
2.1.12 Atividades complementares	140
3.1 FORMA DE APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	142
3.1 ADERÊNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA DO DISCENTE.	145
3.2 MECANISMOS INOVADORES NA REGULAÇÃO, GESTÃO E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	146
3.3 Ao COORDENADOR DO CURSO COMPETE	147
3.4 NA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES, DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS, SERÃO CONSIDERADOS	147
3.5 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES – EM ANEXO.....	147
4.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	147
4.1.1 DETERMINAÇÃO DAS DCNS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC	147
4.1.2 ÁREAS, PERÍODO, CARGA HORÁRIA E PRODUTO DO TCC.....	148
4.1.3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DO TCC.....	148
4.1.4 FORMA DE ORIENTAÇÃO DO TCC	148
4.1.5 FORMA DE COORDENAÇÃO DO TCC.....	148
4.1.6 FORMA DE DIVULGAÇÃO DE MANUAIS ATUALIZADOS DE APOIO À PRODUÇÃO DOS TRABALHOS.....	148
4.1.7 FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS TCC'S EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	148
4.1.8 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	148
5. POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE	148
5.1 Acolhimento ao Ingressante	150
5.2 Controle de Evasão.....	150
5.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental.....	150
5.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório.....	152
5.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA.....	152
5.6 Nivelamento	153
5.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico.....	153
5.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica.....	153
5.9 Ações Inovadoras.....	153
5.10 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO.....	157
5.11 ATIVIDADES DE TUTORIA.....	168
5.12 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES	176
5.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	178
5.14 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA.....	180
5.15 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL.....	182
5.16 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	184
5.17 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	188
5.18 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS).....	195
5.19 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS	195
5.20 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE	196
6 - DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	197
6.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	197
6.1.2 COMPOSIÇÃO DO NDE	198
6.1.3 ATRIBUIÇÕES DO NDE.....	198
6.1.4 PLANEJAMENTO DOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO PERIÓDICA O PPC PELO NDE.....	198
6.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	198
6.2.1 PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E PROCESSOS DE TRABALHO FORMALIZADOS	202
6.2.2 ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E PROCESSOS DE TRABALHO FORMALIZADOS.....	203
7.1 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO.....	204
7.1.2 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	204
7.1.3 ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE CURSO.....	204
7.1.4 RELAÇÃO DO COORDENADOR COM DOCENTES, DISCENTES, TUTORES.....	205
7.1.5 REPRESENTATIVIDADE DO COORDENADOR NOS COLEGIADOS SUPERIORES.....	206
7.1.6 PLANO ACADÊMICO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DO CURSO SUA DOCUMENTAÇÃO E COMPARTILHAMENTO	206
7.1.7 INDICADORES DE DESEMPENHO DO COORDENADOR E SUA PUBLICAÇÃO	209
8.1 PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DO CORPO DOCENTE	210

8.1.2 CORPO DOCENTE	211
8.1.3 RELAÇÃO DO CORPO COM A RESPECTIVA TITULAÇÃO	211
8.1.4 <i>RELAÇÃO DA TITULAÇÃO DOS DOCENTES COM SEU DESEMPENHO EM SALA DE AULA, CAPACIDADE DE ANALISAR CONTEÚDOS CURRICULARES E FOMENTAR O RACIOCÍNIO CRÍTICO E RELEVÂNCIA PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÊMICA</i>	212
8.2 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	212
8.2.1 <i>RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM O RESPECTIVO REGIME DE TRABALHO</i>	212
8.2.2 <i>ATRIBUIÇÃO DOS DOCENTES E FORMA DE REGISTRO DAS ATRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS CONSIDERANDO A CARGA HORARIA POR ATIVIDADE</i>	213
8.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	213
8.3.1 <i>RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM AS RESPECTIVAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR</i>	213
8.3.2 <i>RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE PREVISTO E SEU DESEMPENHO FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR</i>	213
9.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	213
9.1.1 <i>ESTUDO QUE DEMONSTRA E JUSTIFICA A RELAÇÃO ENTRE A EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CORPO DOCENTE</i>	213
10.1 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR	214
10.2 <i>RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM AS RESPECTIVAS EXPERIÊNCIAS NO MAGISTÉRIO SUPERIOR</i>	214
11.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	214
12.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	217
13.1 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	218
13.2 <i>INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COLEGIADO COM REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS E PERIODICIDADE E REGISTRO DAS REUNIÕES</i>	219
13.3 <i>FLUXO PARA ENCAMINHAMENTOS DAS DECISÕES, ENCAMINHAMENTO E EXECUÇÃO</i>	220
13.4 <i>AValiação PERIÓDICA DO DESEMPENHO DAS DECISÕES COLEGIADAS PARA IMPLEMENTAÇÃO OU AJUSTE DE PRÁTICAS DE GESTÃO</i>	220
14.1 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E TUTORES A DISTÂNCIA	220
14.2 <i>DEMONSTRAÇÃO QUE TODOS OS TUTORES SÃO GRADUADOS NA ÁREA DA DISCIPLINA E DA TITULAÇÃO DA SUA MAIORIA</i>	220
15.1 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES	220
16.1 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO	221
16.2 <i>PLANEJAMENTO DA INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO</i>	221
16.3 <i>AValiação PERIÓDICA PARA INCREMENTO NA INTERAÇÃO ENTRE OS INTERLOCUTORES</i>	222
17.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	223
17.2 <i>RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE PREVISTO E SUAS RESPECTIVAS PRODUÇÕES</i>	223
DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	224
18.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	224
19.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	224
20.1 SALA COLETIVA DE PROFESSORES	224
21.1 SALAS DE AULA	224
22.1 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	224
23.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR	225
24.1 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	225
25.1 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	226
26.1 <i>LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</i>	232
27.1 <i>UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS</i>	239
28.1 <i>BIOTÉRIOS</i>	239
29.1 <i>PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO</i>	240
<i>Processo de Validação do Material didático pelo NEaD</i>	242
30.1 <i>NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICOS REAIS</i>	249
31.1 <i>AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO</i>	250
31.4 <i>INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS</i>	250
31.5 <i>AUDITÓRIO</i>	251
31.6 <i>ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS</i>	251
31.7 <i>ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO</i>	251
31.8 <i>LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS</i>	252
31.9 <i>INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA</i>	252

31. 10 BIBLIOTECA.....	252
32.1 BIBLIOTECA: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO.....	253
33.0 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE	253
34.0 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	254
35.0. ESTRUTURA DOS POLOS EAD	254
36.0 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	254
37.0 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE	254
38.0. PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.....	254
39.0 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	255
40.0 AMBIENTE VIRTUAL DA APRENDIZAGEM AVA.	255
40.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DO NEaD.....	259
40.2 REDES E EQUIPAMENTOS	260
40.3 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.....	261
40.4 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE APOIO PEDAGÓGICO	262
40.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA DO POLO DE APOIO PRESENCIAL	264
40.6.1 Recepção e secretaria do Polo.....	265
40.6.2 Sala de aula/Auditório.....	265
40.6.3 Laboratório de Informática	266
40.6.4 Espaço de convivência.....	266
40.6.5 Sanitários	266
40.6.6 ACESSIBILIDADE	266
40.6.7 EQUIPE DO POLO.....	267
40.6.8 Coordenador de Polo.....	267
40.6.9 Atendimento e Secretaria	268
40.6.10 Comercial	268
40.6.11 Técnico de TI.....	269
40.6.12 Tutor.....	269
40.6.13 Atendimento ao Aluno	270
ANEXOS	

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 MANTENEDORA

a) Nome e Base Legal da Mantenedora:

RAZÃO SOCIAL: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP

b) Endereço da Mantenedora:

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru –
CEP 69402-093 – Amazonas.

1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA

Faculdade Amazonas – Código da mantida: 21592

Sociedade Empresarial Limitada

CNPJ: 24.373.640/0001-05

Atividade Econômica Principal: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação

Representante Legal: Maria Eugênia Seffair Lins de Albuquerque Catunda de Souza

a) Endereço da Mantida

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru –
CEP 69402-093 – Amazonas.

1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA:

- ✓ Missão da IES: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.
- ✓ Valores: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.
- ✓ Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão sócio educacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a mais extensa delas, pouco maior que a Mongólia e pouco menor que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove estados. O estado está situado na região Norte do país e tem como limites a Venezuela e Roraima a norte, o Pará a leste, o Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, o Acre a sudoeste, o Peru a oeste e a Colômbia a noroeste.

Desconhecida da maioria dos brasileiros, a Amazônia figura nos roteiros internacionais como um dos melhores lugares do mundo para o ecoturismo. Mesmo assim, ainda é incipiente o número de turistas que visita à região: apenas 6% (400 mil) dos turistas estrangeiros que visitam o país viajam para a Amazônia, e velando seu enorme potencial turístico.

Estados Unidos, a Alemanha, a França, a China e o Japão são os alvos preferenciais o turismo sustentável da região. Destaca também que a Amazônia é vista como “marca própria” em diversos lugares do mundo. Atualmente, a demanda efetiva do Brasil é de 6 milhões de turistas e um lucro estimado de US\$ 184 bilhões, fazendo com que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) considere altamente relevante o mercado turístico da Amazônia. Para explorar esse potencial, a entidade vem desde 2009, implantando uma série de estratégias que tem como principal objetivo fazer crescer o potencial turístico local.

Segundo o Último Anuário Estatístico 2017 realizado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo como fonte primária os dados do último censo do IBGE, o Amazonas tem uma população de 4.063.614 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 2.130.264 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km² correspondente a cidade de Manaus.

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2030, haverá no Estado do Amazonas 4.728.027 habitantes. A criação de uma Faculdade no Município do Estado do Amazonas, estará evitando este êxodo rural para capital e possibilitando a formação de uma mão de obra mais especializada, contribuindo para o desenvolvimento do próprio município. Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços

educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população.

Nesse cenário ao pensarmos nas diferenças regionais que marcaram o Brasil nas últimas duas décadas e que aprofundaram as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o Norte/Nordeste do país e as demais regiões, esse desafio assume grandiosa proporção.

As desigualdades educacionais são realidade no Brasil e podem ser constatadas com análises simples de estatísticas já públicas. No site do Todos Pela Educação estão reunidos dados sobre a Educação das cinco regiões brasileiras, que permitem o monitoramento e a comparação entre seus desempenhos educacionais.

Um dos dados disponíveis na seção “Educação no Brasil” do site é a taxa de distorção idade-conclusão. Ela marca o atraso dos estudantes para o término do ensino e a disparidade no País é alta: a Região Sul tem 37,9% dos alunos com a conclusão do Ensino Fundamental atrasada; já o Nordeste tem 71,4%. São 33,5 pontos percentuais de diferença entre a maior (Nordeste) e a menor (Sul) taxa de distorção no Brasil.

Percentual de alunos que terminam o Ensino Fundamental com atraso

- Norte: 69,8%
- Nordeste: 71,4%
- Centro-oeste: 55,6%
- Sudeste: 56,9%
- Sul: 37,9%

Pela Meta 4, verificamos que, na Região Sul, 60,5% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Já no Norte apenas 36,6% terminam essa etapa até os 19 anos.

Meta 4 – Conclusão do Ensino Médio aos 19 anos

- Norte: 36,6%
- Nordeste: 37,1%
- Centro-Oeste: 49,5%
- Sudeste: 59,7%
- Sul: 60,5%

Estas realidades da educação básica das regiões Norte e Nordeste, não constituem novidades, e não diferem com relação à realidade da Educação

superior. O Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentadas por outras regiões do país. Neste sentido, o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que a pretende oferecer serviços educacionais, a fim de proporcionar condições de ampliação das possibilidades de desenvolvimento, através da oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e da ampliação de todas as potencialidades dos municípios do nosso Estado.

Em várias áreas, a desigualdade regional ainda é uma das características mais marcantes do nosso país, não existe qualidade sem equidade. Os países que estão no topo do ranking mundial da educação apresentam uma média alta de desempenho e baixa desigualdade entre alunos e redes. Um exemplo é o Canadá, país entre os cinco primeiros colocados no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que, apesar de abrigar um fluxo imigratório intenso de famílias de várias partes do mundo, tem uma das menores desigualdades educacionais. Esta desigualdade no Estado do Amazonas é perceptível também entre a capital e os municípios, que precisam de investimento para o desenvolvimento dos municípios do Estado do Amazonas, como no caso de Manacapuru.

1.4.1 Dados do Município:

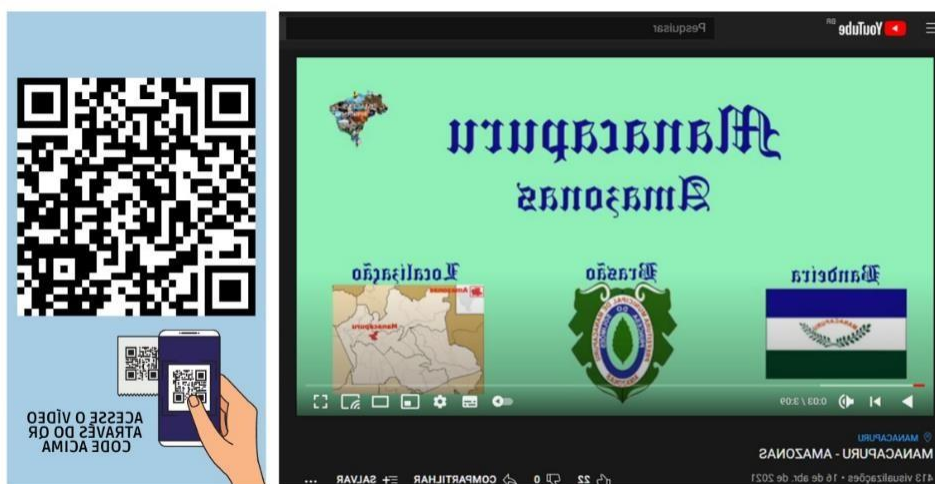
Localização de Manacapuru no Amazonas



Fonte G1

Manacapuru é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. É a quarta cidade mais populosa do estado com 97 377 habitantes, segundo estimativas do IBGE de 2019. Situada às margens do rio Solimões, a 93 quilômetros de Manaus via terrestre, o principal acesso à cidade é através da Rodovia Manoel Urbano, onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, sendo fundamental para a integração e o desenvolvimento da Grande Manaus.

O município ocupa uma área de 7 329,234 km², representando 0.4666% da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro. Manacapuru possui uma temperatura média anual mínima de 24 °C e de 35 °C como média



máxima. A vegetação, típica da região amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Fundada em 1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade. Manacapuru é conhecida nacionalmente como a Princesinha do Solimões, apelido que ostenta desde meados do século XIX. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como sua tradicional festa popular, o Festival de Ciranda de Manacapuru, o que coloca o município entre os mais visitados por turistas na Amazônia.

Manacapuru possui o terceiro maior PIB do Amazonas, representando, isoladamente 1,35% de todo o PIB do estado. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. O município contava, em 2009, com 24 estabelecimentos de saúde. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré e a Igreja Matriz é o principal cartão-postal da cidade.

1.4.2 Etimologia

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, que deriva das expressões Manacá e Puru. Manacá é uma planta brasileira das dicotiledôneas, da família solanaceae. Em tupi-guarani, a palavra significa "Flor". Já a palavra "Puru" possui a mesma origem, sendo distinto apenas o significado, que quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa Flor Matizada.

Outra possível tradução do nome do município de Manacapuru vem do dialeto indígena mura e significa também "Flor Matizada". Mana: Flor. Capuru: Matizada. O nome Manacapuru faz referência a uma aguerrida cunha poranga que governava com mão de ferro, esta nação das margens esquerda do Rio Solimões onde hoje se encontra a cidade do mesmo nome.

1.4.3 História

Os índios muras, antigos habitantes da região, ocupavam a área que pertence ao atual município de Manacapuru, já no século XVII. Os muras eram conhecidos pelos portugueses como índios belicosos e hostis, motivo pelo qual foram alvos de guerras movidas pelos invasores portugueses, a partir de 1774, sob o comando de Matias Fernandes e do diretor da aldeia de Santo Antônio do Imapipi, situada no Japurá, muito distante da região.

Por conta da grande distância de Japurá à localização dos muras, por volta de 1785 já existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do rio Manacapuru, uma

feitoria de pesca denominada Caldeirão, cuja produção era destinada ao abastecimento da guarnição militar sediada em Barcelos, que a essa época era sede da capitania. A feitoria de pesca era administrada por Sebastião Pereira de Castro.

Sebastião Pereira de Castro comunicou ao general Pereira Caldas a grande migração de índios muras vindos de outras regiões para a localidade. Segundo Castro, em 27 de setembro daquele ano, haviam chegado ali um "grosso número de gentio mura", que desejavam estabelecer-se nas vizinhanças. Em resposta a essa comunicação, o general Pereira Caldas recomendou que os índios fossem deslocados para o povoado de Anamã - que mais tarde viria a ser um município - ou um outro lugar designado pelo administrador. O local escolhido para o estabelecimento dos muras foi a margem do lago Manacapuru. Ali, cerca de 290 indígenas muras se estabeleceram em 15 de fevereiro de 1786, edificando assim, a povoação que recebeu o nome de Manacapuru, nome este pertencente ao lago.

1.4.4 Formação Administrativa

Manacapuru, fundada em 15/02/1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785. Nessa época existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do Manacapuru, uma Feitoria de Pesca denominada Caldeirão, cuja produção abastecia a guarnição militar sediada em Barcelos, sede da Capitania. A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agosto de 1865, a partir da lei n.º 148. A freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a lei n.º 83, de 27 de setembro de 1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em 16 de junho de 1895.

A Comarca de Manacapuru criada pela lei n.º 354 de 10 de setembro de 1901. Através da lei n.º 1.126 de 5 de novembro de 1921, a comarca foi extinta, e só restabelecida no ano seguinte, em 1922, por força da lei n.º 1.133 de 7 de fevereiro. Foi concedido ao município foros de cidade em 16 de julho de 1932, com o ato estadual n.º 1.639.

Com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959, três distritos formavam o município: Manacapuru, Beruri e Caapiranga, sendo que os três já foram emancipados. Atualmente, o município possui apenas o distrito de Caviana, o qual também já teve proposta, em 2010, sua emancipação, juntamente com outros vinte e sete distritos no estado do Amazonas.

Em 1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru é elevada à categoria de Vila e é criado o município, desmembrado do município de Manaus. De acordo com a Formação Administrativa a Lei n.º 148, de 12 de agosto de 1865, criou a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru, com sede na povoação de Manacapuru. Elevado à categoria

de vila, com a denominação de Manacapuru, pela Lei Estadual n.º 83, de 27-09-1894, foi desmembrada do município de Manaus. Instalado em 16-06-1895.

Por força da Lei n.º 1.126, de 5 de novembro de 1921, foi extinta a comarca de Manacapuru e restabelecida no ano seguinte, conforme Lei n.º 1 133, de 7 de fevereiro. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Manacapuru, pelo Ato Estadual n.º 1.639, de 16-07-1932. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Caapiranga e Beruri e anexados ao município de Manacapuru.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 3 distritos: Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Municipal n.º 14, de 07-6-1957, é criado o distrito de Vila Rica e anexado ao município de Manacapuru. De acordo com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959 compõem o município três distritos: Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 4 distritos: Manacapuru, Beruri, Caapiranga e Vila Rica. Pela Lei Estadual n.º 1, de 12-04-1961, é desmembrado do município de Manacapuru o distrito de Beruri, elevado à categoria de município.

Assim, pela Lei Estadual n.º 7, de 09-04-1963, são desmembrados do município de Manacapuru os distritos de Caapiranga e Vila Rica, elevados à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

1.4.5 História Recente

Em decorrência do crescimento demográfico de Manacapuru, que atualmente ostenta a posição de quarta cidade mais populosa do Amazonas e uma das maiores em população da Região Norte, o município foi incluído à Região Metropolitana de Manaus em 27 de dezembro de 2007. Possui atualmente área de 7,329 quilômetros quadrados. e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,663.

1.4.6 Geografia

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, a 93 km via terrestre da mesma. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 3° 18' 15" de latitude sul e 60° 37' 03" de longitude W. Gr.

Há um grande potencial aquático, florístico e faunístico em seu território. Foi o primeiro município do Amazonas a ter em sua área territorial um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC) - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha - além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e dos Lagos de Manutenção do

Paru e Calado. A vegetação da localidade caracteriza-se em quase sua totalidade por áreas de várzea e terra firme, do qual recebe intensa influência.

1.4.7 Municípios Limítrofes

Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Anamã e Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste. Com o município de Iranduba: O limite de Manacapuru com Iranduba se inicia na cabeceira do Igarapé Açú, divisor de águas entre os rios Negro e Manacapuru. Este divisor se estende para sudeste, alcançando as cabeceiras do Igarapé da Anta, por sua linha mediana, até alcançar a confluência no lago Aracapuri.

A partir daí, o Igarapé Açú, dividindo os dois municípios, estende-se até alcançar o lago Ubim. Na região norte do município, a linha divisória deste com Iranduba é a rodovia AM-070, que liga Manaus a Novo Airão. Também nesta região, o divisor do município é o Paraná do Ariaú, lago que desemborca no rio Solimões.

- ✓ Com o município de Manaquiri: O limite entre Manacapuru e Manaquiri se inicia na margem direita do rio Solimões, subindo por essa margem até alcançar o lago Paraná do Barroso, na parte mais ocidental da ilha do Barroso. A partir daí, o limite entre os dois municípios se dá por uma linha atravessando o povoado de Paraná do lago Grande, até alcançar o lago Grande. A partir deste lago, o divisor entre os dois municípios torna-se novamente o rio Solimões, finalizando no lago Manaquiri e na nascente do Igarapé Sucuri.
- ✓ Com o município de Beruri: Manacapuru inicia seu limite territorial com Beruri também na nascente do Igarapé Sucuri. Após o Igarapé Sucuri, o divisor territorial dos municípios passa a ser o Igarapé Pupunha, que divide os limites através de uma linha mediana, até alcançar os lagos do Acarituba, Papagaio e Baruri. A partir daí o divisor territorial torna-se o rio Solimões.
- ✓ Com o município de Anamã: Inicia-se na margem direita do rio Solimões, na parte mais ocidental da ilha do Iauara, descendo o rio pela margem ocidental. A partir daí o divisor territorial entre Manacapuru e Anamã torna-se uma linha mediana, até alcançar sua interseção com o paralelo de 3° 30' sul. Com o município de Caapiranga: Começa no paralelo de 3° 30' sul. Este paralelo, para nordeste, alcança a nascente Igarapé Cuité. Outros divisores usados para os limites territoriais entre Manacapuru e Caapiranga são os lagos Cabaliana, Paraná do Anamã, Campina, Cláudio e Piraí e os rios Manacapuru e Solimões.
- ✓ Com o município de Novo Airão: O limite entre os dois municípios se inicia no Igarapé Piraí e alcança o Igarapé Posto da Petrobrás. O rio Manacapuru é usado como limite entre os dois municípios, após o fim do Igarapé da Petrobrás. Por fim, o rio Negro finaliza o limite geográfico e territorial entre Manacapuru e Novo Airão.

1.4.8 Clima

Manacapuru possui clima tropical úmido, presente em toda a Amazônia. O clima é amenizado por alta pluviosidade e pelos ventos alísios que sopram do Atlântico. Quedas de temperatura são comuns no município e diminuem bastante os rigores de calor, acontecendo quase sempre à noite. Há duas estações distintas: inverno, que se inicia em dezembro, e verão, que se inicia em maio.

Entre abril de 1958 e dezembro de 1960, a maior temperatura registrada em Manacapuru foi de 35,8 °C, observada no dia 15 de outubro de 1958. A mínima foi de 18,1 °C, no dia 21 de julho de 1958.[24] Também durante este período, o maior acumulado de chuva ocorrido em 24 horas foi de 94 mm, em 29 de dezembro de 1958.

1.4.9 Hidrografia

Manacapuru está localizada junto à bacia hidrográfica amazônica. Os rios que passam por Manacapuru são os rios Solimões e o Manacapuru, que dá origem ao nome da cidade. O rio Solimões começa no Peru e, ao entrar no Brasil, no município de Tabatinga, recebe o nome de Solimões. Além dos rios Solimões e Manacapuru, banham o município os rios Purus e Jará.

1.4.10 Fauna e flora

A fauna e flora da Amazônia é diversificada, sendo encontrada a mesma fauna da floresta tropical úmida presente na Amazônia em diversos municípios. É possível encontrar no município, inúmeras espécies de plantas e pássaros, inúmeros anfíbios e milhões de insetos.

Os grandes mamíferos da água, como o peixe-boi e o boto, são encontrados principalmente em regiões sem muita movimentação do rio Negro. A hidrografia do município é privilegiada, principalmente na divisa com Novo Airão, este conhecido por ser a "terra do Peixe-boi". Algumas árvores de origem amazônica, como a andiroba e mafumeira (também conhecida como Sumáuma), são encontradas em algumas regiões da cidade, principalmente em áreas intactas.

Na área urbana, pouco se encontra tais árvores. Répteis como tartarugas, caimões e víboras também ali habitam. Há pássaros e peixes de todas as espécies, plumagens e peles. Em algumas regiões ao longo dos rios, encontramos a planta vitória-régia, cujas folhas circulares chegam a mais de um metro de diâmetro.

1.4.11 Demografia

A população do município, de acordo com o Censo de 2019 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 97 377 habitantes, sendo o 4º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 13,29

habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) vivia na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

O crescimento populacional de Manacapuru na última década foi de 15,54%. Em um período de nove anos, entre 1991 e 2000, a população de Manacapuru teve uma taxa média de crescimento anual de 2,97%, onde sua população se elevou de 57 173 habitantes em 1991 para 73 695 habitantes em 2000. Em contrapartida, a taxa de urbanização cresceu apenas 2,66% passando de 63% de urbanização no município, em 1991, para 64,67% em 2000. Em 2000, a população do município representava 2,62% da população do estado e 0,04% da população do país.

Ainda no período de 1991 a 2000, houve um declínio no quesito razão de dependência. Em 1991, a razão de dependência entre os habitantes era altíssima: 107,6%. Em 2000, com o declínio, este índice baixou para 85% dos habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Manacapuru é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No ano de 2000, considerando apenas a educação, o valor do índice é de 0,761 enquanto o do Brasil é 0,849. O índice da saúde é de 0,684 (o brasileiro é 0,787) e o de renda é de 0,544 (o do Brasil é 0,723). Comparado aos outros municípios do Brasil, Manacapuru apresenta uma situação intermediária, ocupando a 3.555^a posição no quesito IDH, sendo que 3.554 municípios (64,5%) estão em situação melhor e 1.952 municípios (35,5%) estão em situação pior ou semelhante.

Comparando com os municípios do Amazonas, Manacapuru apresenta uma situação considerada razoável: ocupa a 15^a posição, sendo que 14 municípios (22,6%) estão em situação melhor e 47 municípios (77,4%) estão em situação pior ou semelhante. No período de 1991 a 2000 o IDH de Manacapuru cresceu 11,24% passando de 0,596 em 1991 para 0,663 em 2000. A Longevidade foi o que mais contribuiu para este crescimento, com 51,2%, seguida pela Educação, com 49,8%. Caso Manacapuru mantivesse esta taxa de crescimento de IDH, levaria 26 anos para alcançar São Caetano do Sul, o município com o melhor IDH do Brasil (0,919) e 12 anos para alcançar Manaus, o município com o melhor IDH do estado (0,774).

1.4.12 Religião

A variedade cultural em Manacapuru se faz presente e são diversas as manifestações religiosas presentes na localidade. Assim como diversos municípios brasileiros, o município se desenvolveu sobre uma matriz social eminentemente católica e é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes.

Também é notório o crescimento dos sem-religião que, segundo dados de 2000, correspondem a 6,09 % da população religiosa da cidade. Manacapuru está localizada no país mais católico do mundo em números absolutos. A Igreja Católica teve seu estatuto jurídico reconhecido pelo governo federal em outubro de 2009, ainda que o Brasil seja atualmente um estado oficialmente laico.

De acordo com dados do censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Manacapuru é composta por: Católicos (65,68%), evangélicos (25,73%), pessoas sem religião (6,09%), budistas (0,01%) e 2,14% estão divididas entre outras religiões. Entre as igrejas protestantes, destacam-se a Assembleia de Deus (15,36%), Igreja Batista (2,09 %) e Igreja Adventista do Sétimo Dia (1,72 %).

Entre as denominações cristãs restauracionista, destacam-se A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (1,16 %) e as testemunhas de Jeová (0,40 %). O espiritismo, judaísmo, a umbanda e o candomblé não foram identificados entre a população religiosa.

1.4.13 Cultura e Sociedade

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas.

Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

1.4.14 Festival de Cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é



conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade. São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

1.4.15 Turismo

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas, recebendo um elevado número de turistas que visitam as praias, lagos e igarapés das proximidades, que contam com diversos hotéis de selva.



O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município. Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um

observatório de pássaros, de jacarés e aves, situado na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena **Sahu-Apé** também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas. A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é outra atração natural muito visitado. O Cais do Porto, no centro da cidade, é um dos principais pontos turísticos, sendo um porto histórico e regional.

A centenária Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré é o cartão postal mais conhecido de Manacapuru. Um marco, com grande presença na educação e na formação religiosa do povo manacapuruense, erguida com espírito de colaboração e solidariedade, é uma das 10 Paróquias da Prelazia de Coari. O prédio passou por várias edificações, que melhoraram e ampliaram a estrutura ao longo do tempo. Antes da construção do templo atual, os ofícios religiosos eram realizados em uma capelinha singela, construída no início do século XIX e situada onde, atualmente, é a praça 16 de julho. A capela era, a princípio, uma iniciativa da população local, que se responsabilizava pela manutenção e organização dos cultos religiosos.

A construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré teve início em 1904 e foi concluída em 1907. A família Ventura se destacou pelo apoio dado à construção. O altar em forma de canoa que há na igreja foi usado na missa feita pelo Papa João Paulo II, quando visitou Manaus em 1980. Na cidade há também o Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal, um dos mais antigos da cidade; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho e entre outras atrações turísticas.

1.4.16 Futebol

No futebol, o principal clube de futebol de Manacapuru é o Princesa do Solimões Esporte Clube, tendo sido fundado no dia 18 de agosto de 1971. Sua sede é estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, no Centro Histórico de Manacapuru. O Princesa do Solimões fez a primeira partida Oficial do Primeiro Campeonato Amazonense de Futebol em 1987, sendo o terceiro clube de futebol do interior amazonense a participar de tal evento, sendo precedido pelos clubes Penarol, de Itacoatiara e Olaria, de Humaitá. Grande revelador de talentos, fez surgir uma gama de estrelas do futebol nortista, tais como Naílton, Zédvan e Alcimar. O "Tubarão do Solimões", assim como é comumente conhecido pelos amazonenses, tem como símbolo um "Tubarão".

Conquistou vice-campeonatos estaduais, em 1985 e 1997, além da conquista do Torneio Início de 1997 e 2007. Em 1989, disputou seu único torneio nacional, ficando em sexto lugar no seu grupo, vencendo apenas dois clubes: O Mixto Esporte Clube, de Cuiabá, capital do Mato Grosso e o Dom Bosco Futebol Clube, da cidade de Três Lagoas,

no Mato Grosso do Sul; este feito torna Manacapuru o único município do interior a ter sido representado na Segunda Divisão mais importante do futebol Brasileiro.

Outro clube de Manacapuru a chegar no futebol profissional foi o Operário, fundado em 10 de Junho de 1982 o clube profissionalizou-se em 2010 sagrando-se logo campeão da Série B do campeonato Amazonense, e em menos de dois anos chegando à Série A.

2 Síntese da IES:

2.1 Breve Histórico da Mantenedora

- ✓ Mantenedora: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP, cadastrada no CNPJ 24.373.640/0001-05, sede na Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol, Município de Manacapuru do Amazonas. CEP 69402-093, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, com Atividade Econômica Principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Wellington Lins de Albuquerque Junior
- ✓ Mantida: FACULDADE AMAZONAS – Instituição de Ensino Superior Privada-IES, como código de Nº 21592, CADASTRO NO MEC EM: 04/04/2016, a IES está em processo de credenciamento de nº 201602124, ata Regulatório: Credenciamento, com sede no Endereço, Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712, - Morado do Sol, Município de Manacapuru. Estado do Amazonas. CEP: 69.402-093 (onde funcionam as salas de aula e as demais dependências administrativas do curso).

2.2 Breve Histórico da Mantida

A Faculdade Amazonas constitui-se uma empresa nova, com instalação no município de Manacapuru do Estado do Amazonas, com objetivo de possibilitar o acesso ao ensino superior a partir da sua atuação pretende realizar um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) alinhado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa



e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

O projeto surge a partir da experiência que as proprietárias já possuem na área educacional, com a Empresa Centro Metropolitano de Ensino – CEMETRO, localizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, que atua na educação básica abrangendo o ensino fundamental, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos, e ensino técnico pós-médio. Não deixa de ser um desafio a implantação de uma Instituição de Ensino Superior Privada, pois nos municípios só estão presentes Instituições públicas, e no caso de Manacapuru o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando destes cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7 329,234 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 94 175 habitantes, sendo assim o quarto município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o segundo de sua microrregião. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo território brasileiro. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como suas festas populares que estão entre as mais visitadas por turistas na Amazônia

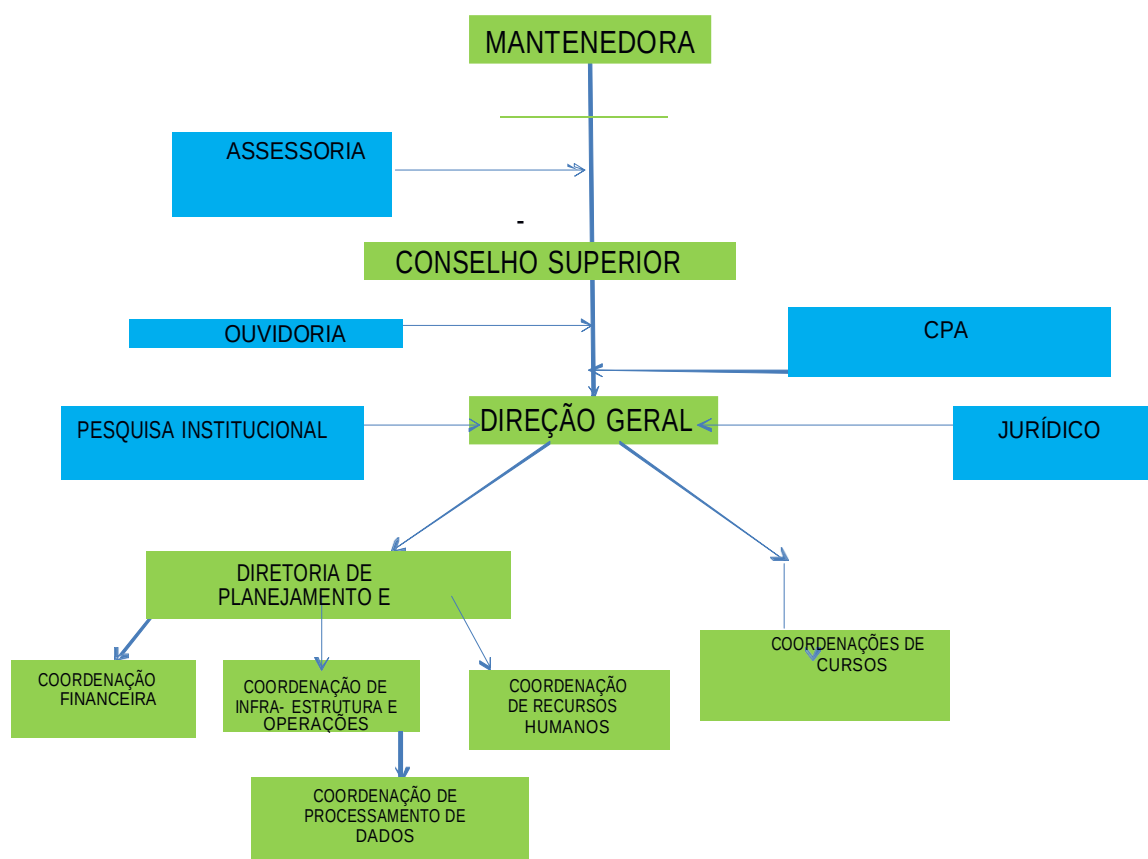
A realidade atual do município com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerado inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,90% estavam cursando o ensino superior (IBGE). No último censo do IBGE considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 21,21% eram analfabetos, 34,35% tinham o ensino fundamental completo, 22,49% possuíam o ensino médio completo e 3,59%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 8,00% na indústria de transformação, 6,05% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 16,44% no comércio e 30,85% no setor de serviços. Desta forma, a criação de uma Faculdade irá contribuir para o desenvolvimento da região e do próprio

município, que irá possibilitar mais pessoas terem acesso ao ensino superior, ou seja, a uma profissão.

As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã, assim no que se refere às Políticas Acadêmicas, a orientação central da Faculdade Amazonas será o ensino de graduação, sem desconsiderar, entretanto, as outras dimensões do ensino superior como a pesquisa e a extensão considerados aqui como indissociáveis. Ensino, pesquisa e extensão articulados constituem no tripé que deve sustentar as práticas pedagógicas na perspectiva de garantir produção de conhecimento com benefícios ao conjunto da sociedade.

2.3 Organograma Da IES:



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Nome e atos legais do curso:

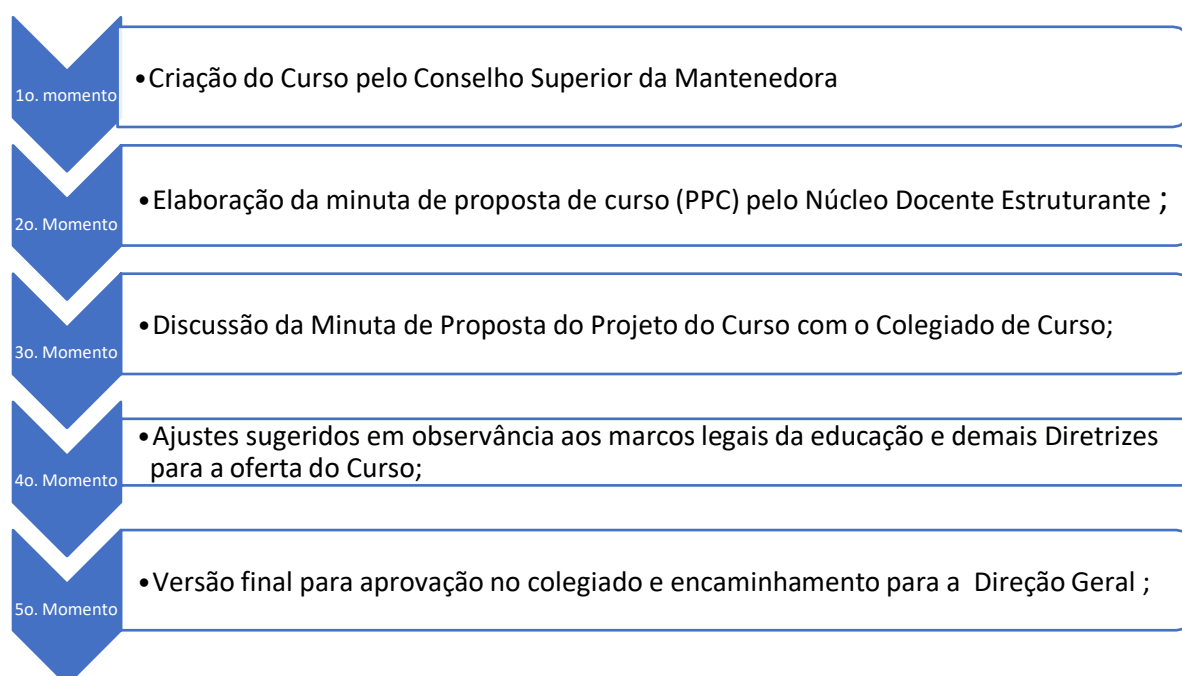
- a) Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnológico) em oferta Presencial.
- b) Portaria de Autorização: Status – em processo de autorização.

3.2 Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC:

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se o Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia do curso de Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, 3º edição e as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do profissional da tecnologia da informação no âmbito do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

A implantação ocorrerá a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado, em colaboração com a equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação à Distância, e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo, o qual prevê ações contínuas de melhorias do curso.

FLUXO DE PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO



3.3 Endereço de Funcionamento do Curso

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru
– CEP 69402-093 – Amazonas.

3.4 Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)

Curso em Processo de Autorização.

3.5 Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE)

Não se aplica

3.6 Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos:

150 vagas

Sendo: 70 para o turno matutino e 80 para o turno noturno

3.7 Carga Horária Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização:

- a) Carga Horária Total do Curso: 2112h
- b) Tempo mínimo de integralização: 2,5 anos
- c) Tempo máximo de integralização: 5 anos

3.8 Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão

Não se aplica

3.9 Perfil do coordenador:

Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério:

- a) Nome: Rilmar Pereira Gomes
- b) Formação: Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- c) Titulação: Mestre em Engenharia Industrial (UFPA); Especialista em Projeto e Administração de Banco de dados (Uninorte)
- d) Experiência dentro do magistério superior: 9 anos
- e) Experiência fora do magistério superior: 3 anos
- f) Tempo de gestão de curso de graduação: 3 anos.

3.10 Disciplina em Língua Estrangeira:

Ethics, Sustainability and Humane Rights in Brazil
English of the Market Job

3.11 Convênios

Além dos convênios com as secretarias para Estágios Supervisionados a Instituição possui também convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países.

3.12. Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano

Não se aplica

3.13.1 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município:

Pensar em um Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas na cidade de Manacapuru é pretender ser um marco na educação superior da região. Dentro dessa perspectiva, sua concepção foi pensada visando promover a qualidade na educação e na atenção às necessidades regionais. A Instituição construiu uma proposta curricular que permite formar profissionais mais humanos, críticos, reflexivos, voltados para a comunidade, com competência técnica e científica, capazes de desvelar a sua práxis profissional e de contribuir para transformação na região e no país. Atualmente, observam-se ocorrer rápidas e profundas mudanças na sociedade e na cultura.

Desta forma, são exigidas das instituições soluções que garantam uma transformação social justa. Com base nesse contexto, a FA entende que a autorização do Curso proposto irá favorecer largamente profissionais e estudantes não só de Manacapuru como de outros municípios próximos, como Novo Airão, e outros situados nas regiões limítrofe. Tendo como fundamento a visão prospectiva do planejamento, foram estabelecidas como estratégias algumas opções que justificam a elaboração desse projeto. Essas ações podem ser identificadas a partir do pressuposto de que a capacitação humana e profissional da população é que constrói o desenvolvimento.

Essa capacitação é traduzida pelo processo educacional que conduz à qualificação para o exercício profissional e à realização humana. O desenvolvimento humano e, por consequência, organizacional, caracteriza-se como justificativa ímpar para a criação de novos empreendimentos, projetos e ações coordenadas. Para alcançá-lo, torna-se necessária a ação de profissionais hábeis, competentes e visionários. Assim sendo, o ensino superior contribui significativamente para que a melhoria na qualidade de vida seja possível e alcançada. Ao traçar uma diretriz estratégica com o intuito de

promover a capacitação da população, nota-se a elevação do perfil educacional e o nível de qualificação da população. A ação conjunta dos setores da Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia asseguram a inserção das pessoas na sociedade do conhecimento e no mundo do trabalho. Mundo este que à medida que há evolução no país e no mundo, seja qual for a área, a tecnologia está na ponta desse processo, e ao mesmo tempo que este crescimento chega em capitais e municípios a demanda do mercado entra em colapso, sendo necessário a busca desse profissional da tecnologia em outras regiões e estados. Estamos vivendo em um mundo que a tecnologia é indispensável para crescimento da economia e desenvolvimento da região. Diante deste contexto, toma-se como princípio o Estado do Amazonas onde a indústria é a base da sustentação da Zona Franca de Manaus (ZFM), modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos.

Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, só o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais que geram emprego e renda, também para os municípios amazonenses.

O Governo do Amazonas tem desenvolvido programas para ampliar o desenvolvimento tecnológico no estado. Em 2020, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), foi lançado, editais e resoluções que somam investimento de R\$ 47.937.642,00 no primeiro semestre de 2020. O aporte vai amparar oito programas para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Estado, tanto na capital quanto no interior. Essa demanda requer profissionais capacitados para desenvolver projetos tecnológicos para o desenvolvimento do estado, financiado pelo governo.

Portanto, a garantia da integralidade da assistência, o avanço tecnológico que garante novas descobertas e gera novos procedimentos tem exigido da academia um investimento maior no processo de formação, com vistas a preparar o futuro profissional para a assistência nos diversos níveis de complexidade.

Desta forma, o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FACULDADE AMAZONAS tem o compromisso de formar profissionais generalista, com sólida formação geral, crítica, reflexiva, com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade

mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções como analisar, projetar, desenvolver, testar, avaliar e implantar sistemas computacionais de informação, além de saber especificar, selecionar e utilizar metodologias e ferramentas de engenharia de software para disseminar a evolução da tecnologia.

Aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades, em especial, em Manacapuru, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Demandas do curso

A FACULDADE AMAZONAS pretende dentro das características regionais, oferecer os cursos de graduação - atendendo à demanda regional e cumprindo seu papel social. É importante ressaltar a relevância do credenciamento da IES para região e sua reconhecida proposta de qualidade de ensino, pois apresenta uma excelente estrutura física, corpo docente qualificado e inovadora proposta pedagógica. A IES apresenta um pessoal técnico-administrativo em quantidade adequada e, sempre que necessário, recruta e qualifica novos funcionários para atender o nível de qualidade exigido, gerando emprego e renda na região.

A FA foi pensada a partir da sua missão, visão, princípios, valores e inserção regional que constituem a sua vocação, pois está ciente de que a mudança provocada pelos avanços tecnológicos e pelo cenário globalizado é a grande certeza. As organizações e os seus talentos humanos necessitam estar preparadas para trabalharem com mudanças que ocorrem na atualidade.

Assim, a demanda da sociedade e mundo de trabalho, as condições geográficas e as necessidades técnicas do desenvolvimento respondem, afirmativamente, à necessidade do curso no Estado, em específico no interior, como instrumento de democratização do acesso à educação superior pela sociedade. Principalmente, município de Manacapuru que ocupa uma área de 7.329,234 Km² e sua população, estimada pelo IBGE em 2015, era de 94 175 habitantes. Nesse senso, Manacapuru é o quarto município mais populoso do Estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara e é o segundo de sua microrregião. Sendo a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil.

Esse crescimento populacional e falta instituições de ensino para qualificação de profissionais, obrigou moradores da cidade de Manacapuru se deslocar para capital para realizar o sonho de estudar o ensino superior. Para fazer esse traslado, os alunos

utilizam de serviços gratuitos oferecidos pela prefeitura. Nessa perspectiva a formação de profissionais da área de tecnologia deve estar pautada em uma prática social que se qualifica como concreta possibilidade de cooperação no processo de mudança e transformação da sociedade, com iniciativas pontuais e continuadas, nas diversas etapas da formação discente, buscando discutir a biodiversidade na Amazônia no campo da educação, saúde, ambiental e tecnologia.

Desta forma, o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FACULDADE AMAZONAS tem o compromisso de formar profissionais generalista, com sólida formação geral, crítica, reflexiva, com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções como analisar, projetar, desenvolver, testar, avaliar e implantar sistemas computacionais de informação, além de saber especificar, selecionar e utilizar metodologias e ferramentas de engenharia de software para disseminar a evolução da tecnologia. Aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades, em especial, em Manacapuru, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

3.13.1 Demandas de Natureza Econômica

O Município de Manacapuru tem a base da sua economia construída principalmente em atividades extrativistas como a coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino, observa-se também que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Setor primário

O Amazonas é o maior produtor de fibras do Brasil, com participação de 87% da produção nacional (IBGE -PAM/2014), entre os seus maiores produtores de fibra no Amazonas destaca-se Manacapuru e os demais municípios das Calhas dos Rios Negro e Solimões, como Manacapuru, Anamã, Autazes, Careiro, Careiro do Várzea, Vila Rica de Caviana, Caapiranga, Iranduba, Manaquiri, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Manaus, Beruri, Coari, Codajás e Anori. A produção total desses municípios anualmente varia de

20 a 200 toneladas de juta, e de Malva gira em torno de 100 a 744 toneladas. Manacapuru e Beruri se destacam com a produção média de 70 a 100 toneladas de juta.

A agricultura em Manacapuru é uma das principais fontes econômicas. O município é o maior produtor nacional de juta, tendo destaque também para outros produtos como a mandioca, banana, milho,

laranja, feijão, café e hortaliças. A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos equinos e suínos. Em 2009, foram registrados 20.568 bovinos efetivos no município, além de 639 bubalinos e 294 eqüinos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos de água doce.

A avicultura também concentra uma representação econômica para a cidade, existindo uma granja com criação de galinhas de postura. O extrativismo vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como a borracha, pupunha e madeira. Existem diversos viveiros de peixes na localidade, voltados à criação de espécies de peixes da Amazônia. Na fruticultura, produz-se maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão e melancia.

Setor secundário

A produção industrial no município está intimamente ligada à agricultura e à indústria extrativa local. Há indústrias voltadas a atividades agropecuárias, produção de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos, material de transporte, madeira, mobiliário, papel, borracha, couro, produtos farmacêuticos e veterinários, materiais plásticos, têxtil, vestuário, bebida, fumo, editorial e gráfica, calçados e construção.

Em 2008, havia 918 empresas regularizadas no município, de acordo com o IBGE, gerando cerca de 4.850 empregos diretos. No setor terciário o município mantém transações comerciais com as praças de Manaus e Belém. Entre os produtos que importa



aparecem em primeiro lugar gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico. De acordo com dados de 2008, a sede municipal conta com 918 estabelecimentos de comércio, gerando aproximadamente 4 850 empregos diretos com salários de R\$ 71.537, uma média de 3,3 salários mínimos.

3.13.2 Demandas de Natureza Social

Educação

O município possui vinte e quatro estabelecimentos de saúde, sendo que todos são públicos e municipais. Não há estabelecimento de saúde particular. Dos vinte e quatro estabelecimentos de saúde, quinze prestam serviços odontológicos e atuam como unidades básicas de saúde. Manacapuru possui escolas em todas as regiões do município. O município em 2009 contava com aproximadamente 22 429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas nas redes públicas e particulares, sendo 19 escolas estaduais e 150 municipais. 23 escolas municipais atuavam em atividades pré-escolares.

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em Manacapuru está sediado o Centro Metropolitano de Estudos Superiores da UEA (CMESU -UEA). O Centro Metropolitano, que abriga os cursos de Engenharia Naval, Engenharia de Pesca, Produção de Alimentos, Produção de Fibras e Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, dá ênfase a tais cursos para atender as demandas específicas de Novo Airão, onde se encontra um centro de indústria naval regional, Iranduba, que possui grandes sítios arqueológicos, e Manacapuru, maior produtor brasileiro de fibra vegetal.

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Segurança

Manacapuru possui uma infraestrutura razoável. Em 2000 a cidade possuía 13 351 domicílios entre apartamentos, casas e cômodos. Desse total 11 608 eram imóveis próprios, sendo 11 545 próprios já quitados (86,47%), 63 em aquisição (0,47%) e 678 alugados (5,08%); 1 010 imóveis foram cedidos, sendo 326 por empregador (2,44%) e 684 cedidos de outra maneira (5,12%). 55 foram ocupados de outra forma (0,41%). Parte dessas residências conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Em 2000, 50,56% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 57,26% das moradias possuíam coleta de lixo e apenas 9,16% das residências possuíam escoadouro sanitário.

No período entre 1991 e 2000 o acesso a bens de consumo era considerado baixo. Em 1991, apenas 34,6% das residências possuíam geladeira; 39,5% televisão; 8,3% telefone e nenhuma das residências possuía computador. Em 2000 o índice se elevou:

57,5% das residências possuíam geladeira; 62,6% televisão; 8,5 telefones e 0,9% computador.

Por força da Constituição Federal do Brasil, a Guarda Municipal de Manacapuru, juntamente com a Polícia Militar, possui a função de proteger os bens, serviços e instalações públicas. Ainda, atendendo o interesse público e no exercício do seu poder de polícia, atua na prevenção e repressão de alguns crimes, especialmente contra bens e serviços públicos, podendo inclusive prender em flagrante delito os infratores e conduzi-los até a presença de um delegado de polícia, de acordo com o disposto na lei processual penal.

A criminalidade em Manacapuru está em elevado crescimento, como nos demais municípios brasileiros. Em 2006 a taxa de homicídios no município foi de 9,7 para cada 100 mil habitantes, sendo que em 2005 a taxa era de 8,8. O índice de óbitos por arma de fogo, após apresentar grande crescimento entre 2002 e 2005, caiu em 2006, sendo de 4,5 para cada 100 mil habitantes neste ano. A taxa de óbitos por acidentes de trânsito, que era de um em 2002, subiu para 12 por cada 100 mil habitantes em 2006.

Transportes

O município possui muita tradição no transporte hidroviário, tendo em vista a abundância dos rios que cortam a localidade, entretanto com a criação da região metropolitana de Manaus (2007), o transporte rodoviário tem assumido um caráter mais relevante dentro dos seus limites territoriais. Manacapuru, assim como os demais municípios amazonenses, não é cortada por ferrovias em seu território. O transporte público em Manacapuru, assim como em toda a Região Metropolitana de Manaus, é administrado pela Superintendência de Transporte Urbano da Grande Manaus (STU-RMM). O transporte aéreo também é usado, embora em menor escala

Fluvial

Os rios amazônicos são ainda hoje, como no tempo do Brasil-Colônia, as únicas vias de penetração nessa região. A navegação fluvial é muito intensa no Amazonas, que possui o maior rio em volume de águas do mundo, o Rio Amazonas. Os rios de pequeno porte da região são navegáveis até o alto curso, como acontece nos rios Juruá e Purus. Os tipos de embarcação hidroviária utilizadas na região variam desde pequenos barcos até a navios de cruzeiro. São usadas ainda embarcações à vela, geralmente chamadas de "canoas", "geleiras" ou "vigilengas", que realizam grande parte do tráfego à capital, Manaus, e outras localidades rurais do município. O Terminal Hidroviário de Manacapuru, de responsabilidade da SNPH, é um dos maiores do norte brasileiro.

Rodoviário

As únicas rodovias existentes em Manacapuru são a AM-070, que interliga Manacapuru à Manaus, Iranduba e Manaquiri; e a AM-254, que interliga Manaus à Novo Airão, passando por Manacapuru. Em relação à frota automobilística, em 2009 foram contabilizados 12 492 veículos. Há ainda empresas de transporte público que realizam viagens para comunidades rurais do município. O acesso à Manaus é feito principalmente pela AM-070 onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, além de outras quatro pontes, duas sobre o rio Ariáú e duas sobre o rio Miriti. A viagem dura mais ou menos uma hora de carro, e existe um serviço de ônibus entre as duas cidades, com treze viagens diárias.

3.13.3 Demandas Culturais

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

Festival de cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade. São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

3.13.4 Demandas Políticas de Saúde

No CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS 2016), consta que a rede pública de saúde do município de Manacapuru é composta por um hospital geral (Hospital Lázaro Reis e Maternidade Cecília Cabral), uma policlínica (Policlínica Eneida Marques), dois centros de atendimento psicológico especializado (CAP - Centro de Atenção Psicossocial), duas unidades móveis terrestres de urgência (SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, uma farmácia popular, 18 postos de saúde (UBS - Unidade Básica de Saúde do Brasil) e um posto de saúde indígena (Casa de Apoio à Saúde do Índio de Manacapuru).

Todas essas unidades de saúde atendem pelo Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) e são gerenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Manacapuru (SEMSA). O município conta com uma Central de Regulação - Regional Manacapuru, gerida pela Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM), órgão que implementa o sistema de regulação de atendimentos do SUS. A rede privada do município dispõe de oito estabelecimentos cadastrados, incluindo duas clínicas, um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, três consultórios médico e odontológico e dois centros de fisioterapia (DATASUS 2016).

Atendimentos de saúde mais complexos são encaminhados para Manaus devido à falta de estrutura hospitalar, leitos e médicos especializados. Em dezembro de 2015, o município de Manacapuru apresentava apenas 65 leitos de internação hospitalar pelo SUS (clínica, cirúrgica, obstétrica, pediátrica e complementar), enquanto que o município de Manaus contava com 3.106 leitos (DATASUS 2016). Manacapuru, assim como outros municípios do estado, está contemplado em ações de saúde previstas no Plano Estadual de Saúde (PES) referente ao quadriênio 2012-2015, elaborado pela SUSAM em cumprimento à legislação do SUS (Governo do Estado do Amazonas 2013).

A infraestrutura de saúde está concentrada na sede municipal. Nos ramais, as unidades de saúde existentes estavam inoperantes, à exceção da comunidade Ubim (km 44 da rodovia AM-070). Por outro lado, todos os entrevistados mencionaram ter recebido visitas de agentes de saúde vinculados ao Programa Estratégia de Saúde da Família do governo federal. Serviços de assistência social também estão concentrados na sede municipal, com instalações como o Centro de Esportes Unificados das Artes e Cultura Washington Luís Régis da Silva, inaugurado em 2015.

A Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social de Manacapuru (SEMAPS) reconheceu, em entrevista, a dificuldade em gerir o Cadastro Único para Programas Sociais vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), principalmente nos ramais e áreas rurais remotas. Em dezembro de 2016, o MDSA

registrava 19.846 famílias (68.580 pessoas) com Cadastro Único no município (SAGI 2016). Dessas famílias, 14% (2.802) apresentavam renda per capita mensal de R\$85,01 até R\$170,00, e 67% (13.303) de R\$0,00 até R\$85,00, condições que definem famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo critérios utilizados por programas sociais do governo federal (SAGI 2016).

3.13.5 Demandas de Natureza Ambiental

Os padrões de desmatamento no município de Manacapuru foram analisados utilizando dados do PRODES - Projeto Desmatamento da Floresta Amazônica por Satélite de 1997 até 2014 (INPE 2016a), em conjunto com dados do Global Land Analysis and Discovery Laboratory (GLAD) de 2015 até agosto de 2016 (University of Maryland 2016). Cerca de 16,0% (95.051 hectares) da área do município foi desmatada, considerando o período total analisado de 1997 até agosto de 2016. Até o ano de 1997, essa proporção foi de 10,0% (58.676 hectares), enquanto que no período de 1998-2014 mais 3,5% (20.743 hectares) e no período de 2015-2016 mais 2,6% (15.632 hectares).

A perda de áreas de floresta primária no município foi drasticamente intensificada durante esse último biênio (2015-2016), já que a área desmatada verificada nesse período foi similar aos 16 anos anteriores (1998-2014). Estradas e rios são as principais vias de acesso na região e também funcionam como vetores de degradação ambiental e desmatamento. As áreas desmatadas mais extensas no município estão localizadas próximas à rodovia AM-070 e ramais, às margens dos rios Solimões e Manacapuru e no entorno do Lago Grande. No entorno do município, as maiores áreas desmatadas estão no entorno das rodovias AM-070 no município de Iranduba, AM-354 e BR-319 próximas aos municípios de Manaquiri e Careiro-Castanho, no município de Beruri e no município de Caapiranga.

A degradação ambiental tende a aumentar na região de Manacapuru caso se mantenham as atuais taxas de desmatamento e não sejam adotadas medidas mitigatórias dos impactos de uma ocupação desordenada do território. As melhorias na infraestrutura pela construção e consolidação de grandes obras de infraestrutura, como a Ponte Rio Negro, o Gasoduto Coari-Manaus, a Cidade Universitária e a duplicação da rodovia AM-070, aliadas à oferta de energia elétrica nos ramais contribuem para que os ramais se transformem em eixos de expansão e desmatamento.

Os ramais localizados nessa região em particular apresentam grandes extensões, o que dificulta a fiscalização e a gestão desses territórios. Além disso, vários deles possuem trechos ou áreas localizadas dentro dos limites dos municípios de Manacapuru e de Novo Airão, além de ramais ou trechos de ramais localizados dentro de Unidades de Conservação.

As maiores áreas de cobertura florestal primária estão localizadas ao sul do município, onde predominam florestas de várzea, e ao norte, onde predominam florestas de terra firme (FIGURA 8). Estas áreas têm potencial estratégico para o município, visando a implementação efetiva de um sistema de UCs que equilibre proteção e uso sustentável da biodiversidade.

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e outros órgãos vêm realizando campanhas mais intensivas de combate a queimadas no estado em ações integradas (Amazonas Atual 2016, G1 Amazonas 2016). Os números de focos de queimada no município aumentam substancialmente nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, período que corresponde ao verão amazônico, em que há elevação de temperatura e diminuição das chuvas (88, 258, 434 e 198 focos do total de 1.102, respectivamente).

Grande parte das queimadas registradas no município ocorreu em áreas de floresta primária (65% do total), sendo que as áreas mais afetadas foram as de floresta de terra firme com 43,2% do total de focos (476 focos), seguidas de áreas já alteradas por ocupação humana com 23,8% (262 focos) e floresta de várzea com 22,1% (244 focos).

Os focos de queimada apresentaram o mesmo padrão de distribuição do desmatamento no município e entorno, sendo as queimadas uma das principais causas da perda de floresta primária na região. Todavia, as maiores densidades de focos no município estão localizadas ao norte do Lago Grande e na região da estrada que liga a cidade de Caapiranga e o Rio Manacapuru. Estes resultados são extremamente relevantes para subsidiar ações de combate a queimadas e incêndios florestais no município e entorno.

3.13.6 Número de IES que ofertam o curso no Município

Com base nos dados do E-MEC (2021), o município de Manacapuru conta com apenas uma instituição de Ensino Superior que oferta o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que disponibiliza apenas 32 vagas anuais.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes

Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as diretrizes abaixo:

- ✓ atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;
- ✓ promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- ✓ desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- ✓ promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- ✓ promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;
- ✓ atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;
- ✓ promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;

- ✓ desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo à formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

- ✓ Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;
- ✓ Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- ✓ Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- ✓ Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- ✓ Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;
- ✓ Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;
- ✓ Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;
- ✓ Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;
- ✓ Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- ✓ Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar

as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- ✓ analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- ✓ deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais,

contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em anexo.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI, responsável pela captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. Para a modalidade de oferta de Educação à Distância, o acadêmico poderá agendar via ambiente virtual um atendimento com os especialistas do núcleo de maneira online, ou solicitar atendimento presencial nos polos vinculados aos cursos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em anexo a este.

Programas de Ensino

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos. Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;

PEA – Programa de Educação Ambiental;

PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;

PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;

PAD – Programa de Apoio ao Discente.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- ✓ Projeto de Recepção de Calouros;
- ✓ Projeto de Nivelamento (Português; Matemática e Informática);
- ✓ Projeto de Monitoria;
- ✓ Projeto de Atividades Complementares;
- ✓ Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- ✓ Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- ✓ Projeto de Monitoramento da Evasão;
- ✓ Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- ✓ Projeto de Atividade Transversal;

- ✓ Projeto Artístico Cultural;
- ✓ Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- ✓ Projeto de Responsabilidade Social;
- ✓ Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Assim o Ensino na Instituição é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes já produzidos refletidos à luz do conhecimento científico. A proposta de ensino se estrutura a partir do entendimento de que o ato educativo, dentro e fora da sala de aula, é sempre um ato intencional e interessado. Assim, os professores devem desenvolver o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento, compreendendo o aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

- ✓ Nesta perspectiva, se propõe que o ensino deve estar pautado nos princípios de:
- ✓ Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- ✓ Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e
- ✓ Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem.

No que compete a construção do currículo, para a graduação, pensamos que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de

deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

Curricularização da extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino. Em se tratando de Educação à Distância as atividades de extensão serão presenciais e tutoradas conforme preconiza a legislação.

Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.

Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extraescolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).

Competência- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.

Interdisciplinaridade e Transversalidade - Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade, que se fará a discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnico-Racial por meio da Pedagogia de Projetos.

Educação para os Direitos Humanos- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta última, ocorre como conteúdo específico de disciplinas da matriz e também como disciplina optativa.

Sistemática de atualização de currículos e novas competências

Ainda sobre os currículos nossa instituição possui uma sistemática de atualização curricular, como um dos elementos essenciais de sua política de ensino assim, a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso, são pensados a partir de critérios e padrões de qualidade, considerando as diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos. Consideramos também as Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Grosso modo o processo de atualização curricular da Instituição prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- ✓ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- ✓ Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- ✓ Dimensionamento correto e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- ✓ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- ✓ Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- ✓ Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;
- ✓ As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;
- ✓ A realidade local/nacional e global.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos devem estar sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, garantindo uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los, para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Assim seguimos a orientação de que mais que a aquisição pura e simples de conhecimento pronto, o currículo deve estar voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. E por fim, a aprendizagem de um

conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Assim, além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas e o acadêmico deverá ser avaliado na mesma direção, ou seja, no sentido de aferir o desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos previstos.

Para além dessa dimensão, se entende que o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais, pois se toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como proporá o trabalho sobre estes aos seus estudantes, para fazer a seleção de conteúdo de maneira coerente ao que preconiza estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- ✓ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- ✓ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- ✓ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- ✓ Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES considera que a seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos, priorizando assim a criticidade. Os Conteúdos são ainda

considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, ou seja, como já apontamos, tomando como perspectiva a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;

Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

Nesta perspectiva os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo de Avaliações externas, ou sempre que a legislação concernente tiver alteração. **São propostas de ações acadêmicas-administrativas para a sistemática de atualização curricular são:**

Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✓ Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- ✓ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

No processo de atualização curricular é fundamental a participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos.

Assim, os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. **Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas**, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas.

Destaca-se no processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, a participação fundamental do Núcleo Docente Estruturante, com a orientação de realização das seguintes ações:

- ✓ A revisão contínua dos currículos;
- ✓ A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente, com a elaboração de Relatório de Estudo
- ✓ A Adequação do Perfil docente ao componente curricular, considerando o critério de sinergia entre a formação, a produção acadêmica, a experiência profissional fora do magistério e a experiência profissional como docente, com elaboração de Relatório de Estudo;
- ✓ A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- ✓ A autoavaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.
- ✓ Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.
- ✓ Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.

- ✓ Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.
- ✓ Realizar ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em todos os espaços educativos disponíveis com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos

- ✓ Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- ✓ Melhorar continuamente os resultados institucionais;
- ✓ Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nas zonas distritais da Cidade de Manaus e Municípios do Estado do Amazonas.

Outro aspecto que a política de ensino da instituição estimula é o desenvolvimento e a utilização de material didático-pedagógico produzido a partir das necessidades de formação dos estudantes, neste caso consideramos como material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática.

Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na Instituição, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

- ✓ Cadernos de Textos
- ✓ Cadernos de Exercícios
- ✓ Blogs e sites interativos

- ✓ Livros
- ✓ Manuais
- ✓ Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição. A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

Elaboração de referências de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;

Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;

Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;

Propor ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;

Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;

Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;

Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;

Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdo do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- ✓ Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- ✓ Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- ✓ Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- ✓ Mapa Referencial da Unidade: vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- ✓ Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- ✓ Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões

(largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- ✓ Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- ✓ Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- ✓ Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- ✓ Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- ✓ Editor de texto – Word
- ✓ Fonte – Times New Roman, corpo 11
- ✓ Parágrafo – justificado
- ✓ Entrelinhas – 1,5
- ✓ Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- ✓ Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização, são elas:

- ✓ Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;
- ✓ A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
- ✓ As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;
- ✓ O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;

- ✓ As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES. A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

- ✓ Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão - visando a responsabilidade social;
- ✓ Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e;
- ✓ Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- ✓ Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- ✓ Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

Programas de Pesquisa

a) PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação científica de docentes e discentes da IES. Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação, mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- ✓ Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- ✓ Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;

- ✓ Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- ✓ Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão estimuladas, com a designação de ajuda de custo, mediante os seguintes critérios:

- ✓ Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- ✓ Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

b) PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

c) PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano. Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC.

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, renovável por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

d) PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e) PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

- ✓ Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- ✓ Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais didático pedagógicos;
- ✓ Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;
- ✓ Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;
- ✓ Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- ✓ Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;
- ✓ Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.
- ✓ Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa).

O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- ✓ Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;
- ✓ Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- ✓ Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;
- ✓ O estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;

- ✓ Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;
- ✓ As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Neste processo a Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas a partir da geração de conhecimentos entre a instituição acadêmica e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

- ✓ A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
- ✓ A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- ✓ A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- ✓ Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres

e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;

- ✓ Extensão como componente curricular e processo interdisciplinar;
- ✓ Extensão como processo solidário.

A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A indissociabilidade entre a pesquisa e a extensão é um princípio basilar de sustentação do ensino superior. Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforma dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico. Na Instituição, o princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- ✓ Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- ✓ Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais

a) Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilitando a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter a tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade, revelando o compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se assim em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a Instituição um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo, compreendendo o processo a partir do (a):

- ✓ Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.
- ✓ As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados.

- ✓ Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

Observa-se que a Extensão possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação institucional. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora no seio da sociedade. Desta maneira, o espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades atendidas.

Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos. No que compete as ações de extensão na modalidade de ensino à distância, a Instituição executa conforme prevê Legislação atual, sendo a mesma de caráter presencial.

Programas de Extensão

A política de extensão da IES, **seguirá os programas institucionais levados a cabo pelo grupo IME/FAMETRO** e se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- ✓ PAPEERI – Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- ✓ PAPREV – Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à Produção Discente, Docente e Publicação das revistas científicas da IES;
- ✓ PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentes e técnicos administrativos.

a) Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados à coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão. A tramitação de projetos de extensão, nas respectivas disciplinas (cumprindo o que determina a curricularização da extensão) na modalidade de oferta EAD dar-se-á por meio do ambiente virtual de aprendizagem. Nele, professores e alunos poderão submeter projetos, acompanhar a tramitação e receber seus respectivos pareceres. Na igualmente durante a execução os relatórios parciais e integrais com as atividades e os resultados também serão apensados no ambiente, cumprindo assim, o que determina a Legislação

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos:

- ✓ Coerência com a missão e valores institucionais;

- ✓ Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- ✓ Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- ✓ Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- ✓ Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- ✓ Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- ✓ Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- ✓ Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- ✓ Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

b) Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- ✓ Em tramitação (TR);
- ✓ Não iniciado (NI);
- ✓ Em andamento (AN);
- ✓ Interrompido temporariamente (IT);
- ✓ Interrompido definitivamente (ID);
- ✓ Encerrado (EN);
- ✓ Concluído (CO);
- ✓ Cancelado (CA).

Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a **Política Ambiental Institucional, abrange todas as nossas mantidas e está estabelecida como um compromisso ético e social com as comunidades e povos da imensa Amazônia**, alcançado seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e



desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- ✓ Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- ✓ Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- ✓ Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- ✓ Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- ✓ Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;

Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;

Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;

Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei nº 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- ✓ O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- ✓ A Semana da Responsabilidade Social;
- ✓ Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- ✓ Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- ✓ Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ✓ A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ✓ Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- ✓ Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- ✓ Uso racional da impressão em papel;
- ✓ Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;

A coleta seletiva dos resíduos;

- ✓ A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- ✓ A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- ✓ A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- ✓ O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- ✓ O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manter competitiva no mercado em que atua. Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental. No ambiente virtual haverá salas específicas com roteiro de atividades que deverão ser desenvolvidas no decorrer do semestre sob a responsabilidade de um professor com apoio da tutoria.

Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microsocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados têm a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.2 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade Nihonn Gakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização. Compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

Programa

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES. A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME – INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42, doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42, **estando todos os aluno do grupo IME/FAMETRO, incluindo a FA, cobertos pelo Convênio**

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob

nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições:

- ✓ Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:
- ✓ O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;
- ✓ A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no(s) campus(i).
- ✓ Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua *homepage*, durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático (*link*) ao site www.santanderuniversidades.com.br.
- ✓ Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa. O valor total do presente instrumento é de até R\$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R\$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

1.1.3 Políticas de Estímulo à Difusão de Produções Acadêmicas

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve

ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como:

- ✓ Produções científicas,
- ✓ Didático pedagógicas,
- ✓ Tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos;
- ✓ Produção discente e docente, no qual preveem ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica, por meio de canais Institucionais.

1.1.4 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas.

O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. Estão previstos ainda a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados

eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem. A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada, compreendendo: a abrangência do evento, duração e público estimado e a relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.5 Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste em uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egressos. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses da própria Instituição, pois está é uma maneira de verificar o impacto da formação recebida na vida dos nossos egressos, ofertando indicadores que contribuam para qualificar cada vez mais a oferta do ensino.

Considere-se ainda que para a Instituição este acompanhamento trará dados para avaliar seus cursos, tendo em vista a aproximação desses às demandas do mundo do trabalho. Já para os próprios acadêmicos, ainda cursistas, os benefícios serão traduzidos por meio do acesso a informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos, este acompanhamento será realizado para os alunos da modalidade presencial e à distância. O Acompanhamento do egresso, se traduz pela responsabilidade social institucional, para a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico: a partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Expectativa de capacidade dos egressos: dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe; desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo; exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação; ter atitudes inovadoras e criativas; Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade; Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas; atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas; compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho; compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida; desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação; atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional; utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio.

1.1.6 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais.

Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar

seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

a) Objetivos do PAPEERI

Objetivo geral

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas educativas, na perspectiva da interatividade e integração entre teoria e prática, por meio do desenvolvimento de projetos e /ou estudos que tenham atividades pedagógicas nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

b) Metodologia do PAPEERI:

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI são propostos pelo curso, a partir da aprovação do colegiado e tem como princípio:

- ✓ Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
- ✓ Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- ✓ Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

Projeto do PAPEERI do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO	Inovação Tecnológica e a Sustentabilidade da Amazônia.

Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Etapas:

- ✓ Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;
- ✓ Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;
- ✓ Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental. Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos geral desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão

dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática. O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Projetos Interdisciplinares previstos para os primeiros anos do curso (1º ano tecnológicos/ 1º e 2º ano bacharelados/licenciaturas)

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas do período. O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao livro designado para leitura. Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares previstas para os primeiros anos do curso.

Projetos Interdisciplinar do Curso Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela – Atividades Interdisciplinares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	Redes sociais e o impacto na educação.	A atividade contará com um tema por período em que o aluno deverá relacionar o tema com as disciplinas cursadas, embasado em artigos científicos com apresentação em equipe por produção livre	Todos os períodos vigentes
2022/2	Soluções para diminuir ou amenizar problemas Ambientais com o uso de Aplicativos de Apoio e Proteção ao meio Ambiente	A atividade contará com um tema por período em que o aluno deverá relacionar o tema com as disciplinas cursadas, embasado em artigos científicos com apresentação em equipe por produção livre	

Projetos Transversais Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A IES quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico. O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores. Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	Sistemas de Cotas nas Universidades	Nas atividades transversais étnico-raciais sempre discutido o tema dentro das salas de aula por meio de debate com grupos para discussão. As apresentações serão baseadas em Artigos científicos tendo um tema para cada período.	Todos os períodos
2022/2	Diferenças Culturais baseadas nas origens		

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Ambiental

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	O Uso da Água	Nas atividades transversais voltadas a educação ambiental será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para ação voltada para o tema do semestre	Todos os períodos
2022/2	Mudanças Climáticas		

Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para os primeiros anos do curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela - Atividades de I.C/I.T. Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE I.C./I.T.	AÇÕES DESENVOLVIDAS	ALUNO
2022	Tema sugerido: Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos alunos da Tecnologia da Informação	Será desenvolvido projeto de análise descritiva do perfil socioeconômico do estudante de TI para melhorias de ações pedagógicas focadas no desenvolvimento e permanência dos alunos	Alunos envolvido

Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Tabela – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

ANO	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	Inovatec – Feira de Inovação Tecnológica da FA	Desenvolvimento de projetos de Softwares com aspecto de preservação meio ambiente.	Todos os períodos vigentes
2022/2	Projeto TI: Professor Mentor	Neste projeto será selecionado alunos das turmas para ministrar oficinas e workshop na área de tecnologia da informação com a mentoria dos professores do curso.	

Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos deverão apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social.

Tabela - Atividades de Extensão Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022	Inclusão Digital	Objetivo é que os alunos, com acompanhamento de um professor orientador, ministrem para comunidade escolhida, um curso de informática básica.	Todos os períodos vigentes
2023	Uso das Redes sociais como ferramenta de marketing	Os alunos, com auxílio de professor tutor, irão ministrar uma oficina sobre segurança no uso das redes sociais, ética nas redes sociais e aplicação das redes sociais como ferramenta de marketing.	

Projetos de Atividades Complementares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementador do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades.

Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso. Percebe-se que são excelentes estimulantes para colocar em prática aquilo que aprendem com a teoria, dentro da sala de aula.

Tabela - Atividades Complementares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022.1	Inovatec	Desenvolvimento de projetos de Softwares com aspecto de preservação meio ambiente.	1º período
2022.2	Dia do profissional de informática Weektec	Palestras abordando temas emergentes e atuais na área de tecnologia da informação e realizações de oficinas na área da tecnologia da informação	Todos os períodos vigentes

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

Projetos de Atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela – Projetos de atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE		AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022	Workshop de Empregabilidade Palestras do NAPA Natal Solidário Escola de Líderes e Empreendedores	Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente: - Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado; - Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros; - Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada	Todos os períodos vigentes

		semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. - A escola de Líderes e Empreendedores visa preparar lideranças e empreendedores na área.	

Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

ANO	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022	Ocupações Irregulares – o antes e depois	Identificação das ocupações irregulares na cidade com apresentação de maquetes sobre o antes e depois da área ocupada com resgate da memória cultural do local	Todos os períodos vigentes

Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Tabela – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

ANO	PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORA DO CURSO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022.1	Inovatec	Desenvolvimento de projetos de Softwares com aspecto de preservação meio ambiente.	1º período
2022.2	Weektec	Palestras abordando temas emergentes e atuais na área de tecnologia da informação e realizações de oficinas na área da tecnologia da informação	Todos os períodos vigentes

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

1.2.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área de análise e desenvolvimento de sistemas computacionais da informação.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos seguem a orientação da Taxonomia de Bloom e acompanham o itinerário de formação a partir dos núcleos de estudos, desta maneira, é possível acompanhar com clareza no processo de avaliação se estes estão sendo alcançadas a partir da verificação da progressão do aluno no interior dos núcleos. Para a construção dos instrumentos de avaliação, os docentes responsáveis pelas distintas disciplinas devem ter em mente estes objetivos, e os tutores devem conhecê-los a fim de melhor orientar os alunos na concretização dos mesmos.

MEMORIZAR	COMPREENDER	APLICAR	ANALISAR	AVALIAR	CRIAR
Listar	Esquematizar	Utilizar	Resolver	Defender	Elaborar
Relembrar	Relacionar	Implementar	Categorizar	Delimitar	Desenhar
Reconhecer	Explicar	Modificar	Diferenciar	Estimar	Produzir
Identificar	Demonstrar	Experimentar	Comparar	Selecionar	Prototipar
Localizar	Parafrasear	Calcular	Explicar	Justificar	Traçar
Descrever	Associar	Demonstrar	Integrar	Comparar	Idear
Citar	Converter	Classificar	Investigar	Explicar	Inventar

I. Formar profissionais aptos em analisar, projetar, desenvolver, implantar e manter sistemas informatizados aplicando, de forma racional, as mais modernas tecnologias adequadas para cada fim, em especial:

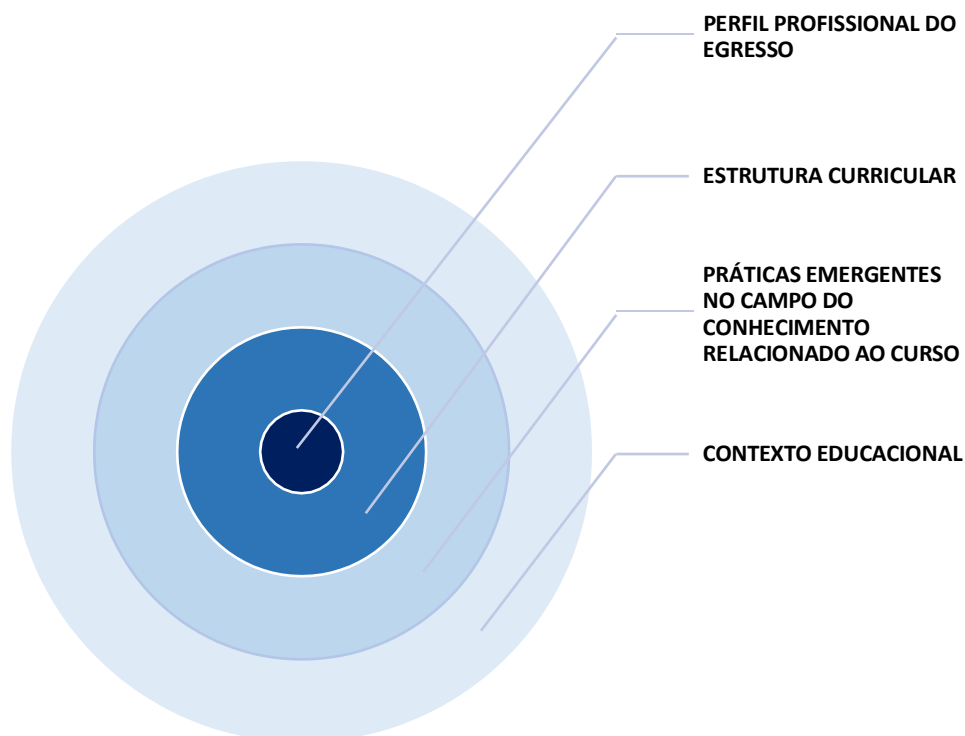
- ✓ administrar, padronizar, gerar e interpretar documentos, gráficos, tabelas e diagramas em ambiente informatizado;
- ✓ coordenar projetos em ambiente informatizado;
- ✓ oferecer soluções para ambientes informatizados;
- ✓ atuar de forma interdisciplinar, colaborativa e em equipe;
- ✓ manter-se atualizado em relação às novas tecnologias em informática.

II. Garantir capacitação técnica e profissional, dinâmica e atualizada e uma formação voltada primordialmente à qualidade dos produtos desenvolvidos e dos serviços prestados;

III. Realizar ações, associando o currículo acadêmico com o desenvolvimento das atividades realizadas no decorrer do curso.

- IV. Desenvolver o raciocínio crítico, analítico e lógico que possa ser utilizado na formulação de soluções para problemas práticos e reais do mercado;
- V. Analisar, projetar, documentar, implementar, testar, implantar e manter sistemas computacionais;
- VI. Gerenciar projetos de software;
- VII. Identificar, analisar e modelar processos de negócio, possibilitando ações empreendedoras;
- VIII. Definir, modelar, implementar, adequar e melhorar processos de desenvolvimento de software;
- IX. Gerenciar configurações do projeto de software;
- X. Promover a qualidade do processo de desenvolvimento e do produto de software;
- XI. Elaborar e manter a documentação pertinente ao processo de software;
- XII. Avaliar, selecionar e utilizar ferramentas, metodologias e tecnologias adequadas ao problema e ao contexto para a produção de sistemas computacionais;
- XIII. Desenvolver programas de computador empregando linguagens de programação e raciocínio lógico;
- XIV. Projetar o armazenamento e o tratamento dos dados, e realizar sua implementação;
- XV. Especificar e gerenciar requisitos de software e o projeto de interfaces.

No que diz respeito ainda aos objetivos de um curso de graduação há de se pensar que estes objetivos não só guardam uma relação indissociável com o perfil do egresso, como também apontam para outros elementos que necessitam se apresentar articulados, são eles: matriz, contexto educacional, características loco regionais e as práticas emergentes na área do conhecimento, neste último item a própria formação mediada por tecnologias e a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas na modalidade Presencial, no momento atual configuram-se como práticas emergentes na área. Estas relações se apresentam representadas no diagrama abaixo:



1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do egresso em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

O perfil do egresso é por nós entendido, como o propósito fim de um percurso de formação. Quando afirmamos que é um propósito fim, não o compreendemos como terminalidade, mas sim como a finalização de um ciclo de formação, que se encerra e que se abre a partir de novas necessidades formativas que advém da dinâmica social colocadas de tempos em tempos, e reinterpretadas como novas necessidades do mundo do trabalho.

Firmados neste entendimento, o perfil do egresso além de prevê as competências que serão desenvolvidas em articulação com as necessidades locais e regionais, também deve ter em visão, a necessidade de rever, ampliar ou substituir as mesmas em um processo sistematizado de caráter crítico-analítico, sobre os aspectos mais relevantes da formação.

Assim como previsto no Item 1.1.4 no item Ações de Ensino o processo de planejamento para ampliação do perfil do egresso e novas demandas do mundo do trabalho. Neste sentido está pactuado que a revisão dos currículos se dará trienalmente, a partir de um conjunto de princípios estabelecidos. Este processo de atualização estará ao encargo do Núcleo Docente Estruturante em articulação com o Colegiado do respectivo Curso, assim, resumidamente, no

ano que marca o seu Triênio, o curso deverá passar por um processo de revisão e atualização, considerando:

- ✓ Os indicadores de Avaliação Ofertados pela Comissão Própria de Avaliação
- ✓ Os indicadores ofertados pela Equipe Multidisciplinar que trará as impressões e necessidades próprias da modalidade
- ✓ As discussões do Colegiado de Curso, a partir do diagnóstico realizado por seus professores nas reuniões periódicas que estes realizam e por fim;
- ✓ Pela revisão da legislação e da literatura sobre o ensino, objeto de estudos de todos que estão envolvidos no semestre.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2016), o Curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas prever o perfil do egresso como um profissional que analisa, projeta, desenvolve, testa, implanta e mantém sistemas computacionais de informação. Que avalia, seleciona, especifica e utiliza metodologias, tecnologias e ferramentas da Engenharia de Software, linguagens de programação e bancos de dados. Que coordena equipes de produção de softwares, assim como vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

De acordo com PORTARIA INEP Nº 477 DE 6 DE JUNHO DE 2017 Publicada no Diário Oficial de 8 de junho de 2017, Seção 1, pág. 29 as competências e habilidades para contemplar o perfil do egresso:

- I. Atento ao impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação no atendimento e antecipação estratégica das necessidades da sociedade e das organizações;
- II. Criativo, crítico e sistêmico na análise, compreensão e resolução de problemas da área de análise e desenvolvimento de sistemas computacionais;
- III. Empreendedor na geração e identificação de oportunidades de negócios na área de análise e desenvolvimento de sistemas computacionais;
- IV. Ético e responsável perante as questões sociais, profissionais, ambientais, legais, políticas, humanísticas e tecnológicas;
- V. Comprometido com o desenvolvimento contínuo de conhecimentos, competências e habilidades, e com a evolução da tecnologia, da sociedade e do mundo do trabalho;
- VI. Colaborativo na atuação em equipes multidisciplinares.

1.3.3 Competências e Habilidades Específicas

De acordo com PORTARIA INEP Nº 477 DE 6 DE JUNHO DE 2017 Publicada no Diário Oficial de 8 de junho de 2017, Seção 1, pág. 29 as competências e habilidades para contemplar o perfil do egresso:

- I. Interpretar e elaborar documentos, gráficos, tabelas e diagramas;
- II. Analisar, projetar, documentar, implementar, testar, implantar e manter sistemas computacionais;
- III. Gerenciar projetos de software;
- IV. Identificar, analisar e modelar processos de negócio, possibilitando ações empreendedoras;
- V. Definir, modelar, implementar, adequar e melhorar processos de desenvolvimento de software;
- VI. Gerenciar configurações do projeto de software;
- VII. Promover a qualidade do processo de desenvolvimento e do produto de software;
- VIII. Elaborar e manter a documentação pertinente ao processo de software;
- IX. Avaliar, selecionar e utilizar ferramentas, metodologias e tecnologias adequadas ao problema e ao contexto para a produção de sistemas computacionais;
- X. Desenvolver programas de computador empregando linguagens de programação e raciocínio lógico;
- XI. Projetar o armazenamento e o tratamento dos dados, e realizar sua implementação;
- XII. Especificar e gerenciar requisitos de software e o projeto de interfaces.

1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por consequentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento

testemunhado por todos, traz inúmeros desafios as instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado as exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perceptiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- ✓ Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- ✓ Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- ✓ Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

- ✓ Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- ✓ Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- ✓ Promover a contínua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 Estrutura Curricular (LIBRAS- obrigatória para licenciaturas e Fonoaudiologia)

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos à distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

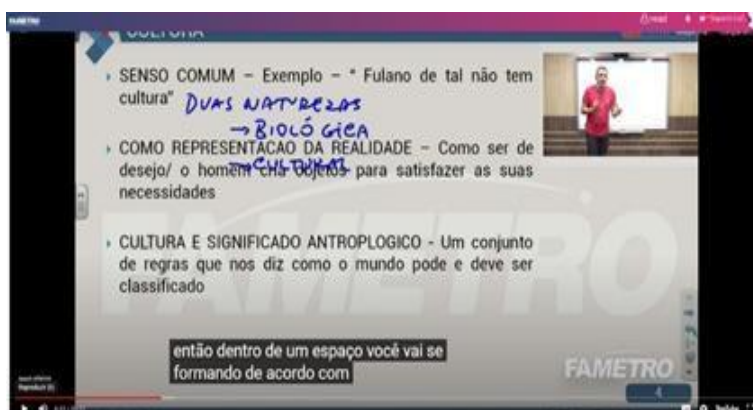
A estrutura curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

Em aspectos gerais os indicadores apontados aqui podem ser assim apontados:

Flexibilidade: A estrutura disciplinar está organizada em Núcleos de Estudos e as disciplinas referentes aos núcleos serão ofertadas em pares, a escolha do aluno, de maneira a permitir um ciclo de oferta, que assegure ao acadêmico todo o suporte pedagógico necessário para que o mesmo possa dar continuidade aos seus estudos com acompanhamento de docentes e tutores ao longo de seu processo de formação. Estas disciplinas, dispostas em pares, poderão ser agrupadas pelo aluno, mediante sua disponibilidade de tempo e possibilidade de dedicação ao estudo e ainda afinidade com os temas, favorecendo aspectos de auto-gestão do currículo.

Interdisciplinaridade: Os Estudos interdisciplinares estão previstos no currículo e farão parte do processo formativo, e avaliativo. Seus temas são correlatos as temáticas previstas ao Núcleo de Estudo e serão realizadas e acompanhadas no Ambiente Virtual, a partir de quatro movimentos de atividades que compõe cada estudo. (Estes Estudos estão regulamentados nos anexos desde PPC e fazem parte da estratégia de Projetos Interdisciplinares e Transversais).

Acessibilidade Metodológica: A acessibilidade metodológica já descrita faz parte das políticas acadêmicas, especificamente das ações de ensino. No caso da oferta em EAD, estão implantadas no Ambiente Virtual recursos de acessibilidade, para alunos de baixa visão, permitindo a ampliação do tamanho de fonte e luminosidade da tela, legenda automática para alunos com surdez, tradução automática dos vídeos aulas e demais processos que incluem áudio na oferta de libras. A disciplina Libras também faz parte das disciplinas optativas.



Compatibilidade de Carga Horária: a estrutura curricular é organizada mediante a disposição de disciplinas no semestre. A disciplina tem a sua carga horária calculada, considerando a complexidade dos objetos de estudo. A Estrutura Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas considera disciplinas de 66, 88 e 110 horas, contabilizadas em hora relógio. Na Matriz Curricular estão dispostas as cargas horárias destinadas as atividades práticas e teóricas.

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada de atendem ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação da IES, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação da nossa Instituição.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem, por meio do ambiente: digital@fametro.edu.br e Inserção de disciplinas ministradas a distância, além disso temos ofertado algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- ✓ Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- ✓ Ethics, Sustainability and RightsHuman
- ✓ Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência
- ✓ Leitura, Interpretação e Produção de Textos
- ✓ Legislação e Ética Profissional
- ✓ Empreendedorismo e Inovação

Outros processos tem sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos a academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular



Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011)

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto Currículos Inovadores no Ensino Superior (2019), a figura abaixo inspira os movimentos de inovação curricular por nós adotados, a saber:

- ✓ A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.
- ✓ A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;
- ✓ A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão;
- ✓ A articulação constante entre teoria e prática;
- ✓ A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

1.5. Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

Na IES, os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- ✓ PEFC: Programa de estímulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).
- ✓ Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica: planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.
- ✓ Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação: Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.
- ✓ Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação: psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

Aprofundar o conhecimento em áreas determinadas ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

1.6 Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade stricto sensu a IES pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- ✓ Saúde;
- ✓ Educação;
- ✓ Gestão;
- ✓ Tecnologia;
- ✓ Humanas;
- ✓ Biológicas;
- ✓ Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

- ✓ Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;
- ✓ Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa na IES;
- ✓ Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado da IES, poderão beneficiar outras mantidas que fazem parte do grupo IME/FAMETRO, ofertando uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais da IES, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação Stricto Sensu da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto: PEFC/Institucional: Projeto de Estímulo à Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egressos, consanguíneos, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

- ✓ Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.6.1 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação à distância), a constante

articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também compreender a interpelação entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de núcleos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, no interior dos núcleos, sendo finalizados quando o núcleo de estudos completa o seu ciclo.

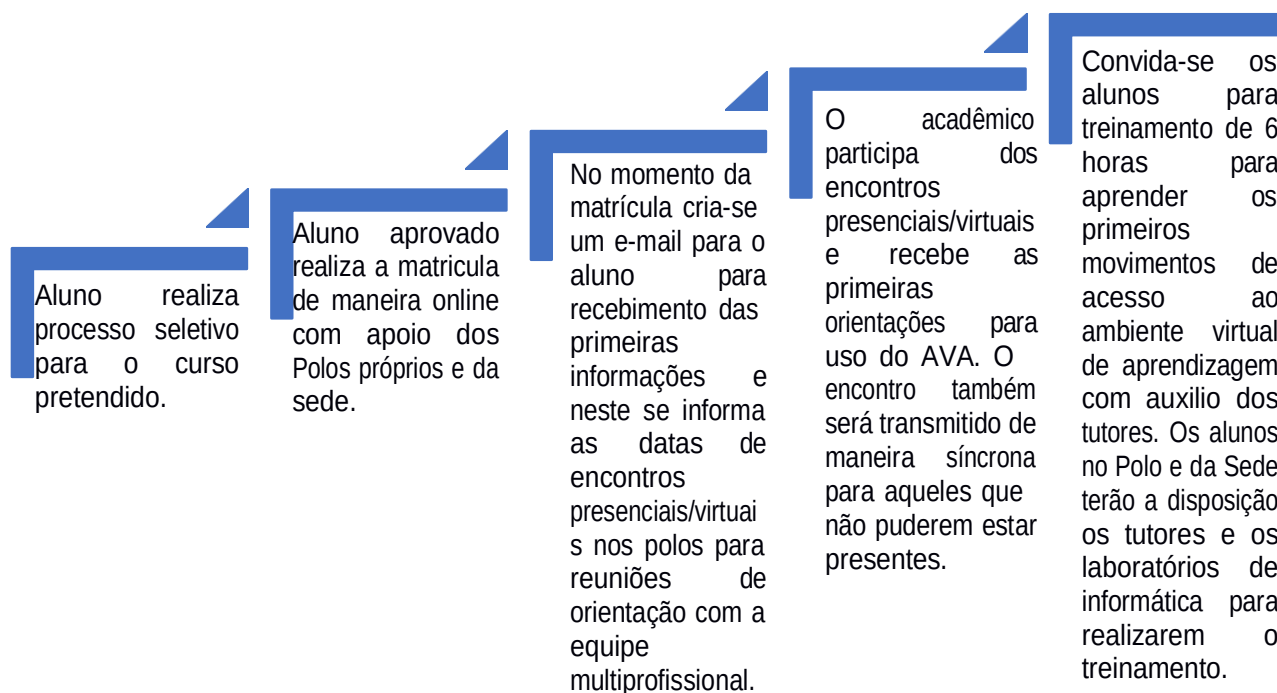
Posto isto, a temática que nomeia o Núcleo, é, então, o tema gerador de um conjunto de problematizações que irão gerar as discussões e orientar os estudos a fim de culminar no desenvolvimento de uma atividade interdisciplinar que deverá assegurar a integração de diferentes saberes frente a uma questão específica.

Não nos passa despercebido que o Educação a Distância enseja uma nova forma de aprender, assim, mecanismos de familiarização com a modalidade de educação distância, assim a equipe multidisciplinar, realiza um importante trabalho de acompanhamento por meio de encontros virtuais prévios aos estudos, durante os estudos até que o acadêmico alcance a condição de egresso.

Ainda sobre o processo de familiarização com a modalidade a distância dentro do componente curricular “Metodologia do trabalho Científico” o acadêmico terá contanto com conteúdo que ensinam o uso das ferramentas de estudo disponíveis no ambiente, noções de informática básica em nível de usuário e ainda mecanismos de auto-gestão do tempo e da aprendizagem, além de hábitos de estudo que capacitem o aluno para o progredir satisfatoriamente dentro da ambiência de aprendizagem mediada pela tecnologia. Também como parte do Núcleo de estudo 1, está prevista a oferta da disciplina tecnologia da Informação e da Comunicação, que auxiliará a compreensão do aluno acerca das diferentes ferramentas tecnológicas disponíveis.

Em continuidade ao processo de familiarização com a modalidade a distância, no ato da matrícula, o acadêmico receberá um e-mail contendo informações explicativas acerca do primeiro acesso e será convidado a participar de um conjunto de encontros com a equipe multidisciplinar do NEaD, com o cunho de esclarecer dúvidas acerca do modelo de ensino, neste momento os alunos poderão agendar treinamentos nos laboratórios de informática dos polos para desenvolver as habilidade mínimas que possibilitem os primeiros acessos ao Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Estarão também disponíveis no ambiente o tutorial de acesso e manuseio do ambiente virtual de aprendizagem, bem como o Manual do Aluno em EAD. Estes mecanismos já são utilizados em outras experiências de implantação de cursos de graduação à distância em polos próprios e na própria sede. Observe o fluxograma das ações previstas para este processo.





1.7 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

MATRIZ CURRICULAR CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS			
1º PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA
Probabilidade e Estatística	66h	66h	-
Algoritmos e Técnicas de Programação	66h	21h	45h
Inglês	66h	66h	-
Lógica Matemática e Matemática Discreta	66h	66h	-
Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)	88h	88h	-
Subtotal	352h	307h	45h
2º PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA
Lógica e Linguagem de Programação Estruturada	88	28h	60h
Interface Homem-Máquina	66	45h	21h
Verificação e Validação de Software	66	45h	21h
Engenharia de Requisitos	66	66h	-
Legislação e Ética Profissional (EAD)	88	88h	-
Subtotal	374h	272h	102h
3º PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA
Estrutura de Dados I	88	28h	60h
Linguagem de Programação Orientada a Objetos	88	28h	60h
Arquitetura e Organização de Computadores	66	66h	-
Sistemas Operacionais	66	66h	-
Empreendedorismo e Inovação (EAD)	88	88h	-
Subtotal	396h	276h	120h
4º PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA
Banco de Dados I	88	28h	60h
Estrutura de Dados II	88	28h	60h
Análise de Sistemas	88	58h	30h
Redes de Computadores	66	21h	45h
Processo de Software	88	88h	-
Subtotal	418h	223h	195h
CERTIFICAÇÃO INTERMEDIÁRIA: ASSISTENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
5º PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA
Optativa	88	88	-
Gerência de Projetos	88	67	21
Banco de Dados II	88	28	60
Projeto Profissional	110	35	75
Manutenção de Software (EAD)	88	88	-

Subtotal	462h	306	156
OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	C.H. TEÓRI CA	C.H. PRÁTI CA
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	88	88h	-
Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil	88	88h	-
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência	88	88h	-
Tecnologia de Banco de Dados	88	28h	60h
Tópicos Especiais I	88	28h	60h
Tópicos Especiais II	88	28h	60h
Desenvolvimento de Sistemas Móveis	88	28h	60h
Gerência de Configuração	88	88h	-
Princípios de Segurança da Informação	88	28h	60h
RESUMO DO CURSO			
Disciplinas Presenciais	1650h		
Disciplinas EAD (17%)	352h		
Atividades Complementares	110h		
CARGA HORÁRIA TOTAL	2112h		
Na carga horária total do curso já estão inclusas:			
Optativa:	88h	88h	-

Certificação Intermediária

A estrutura curricular foi organizada de maneira a permitir ao aluno a aquisição de competências profissionais, a compreensão do processo tecnológico e incentivando o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

Durante o processo formativo o aluno receberá certificação intermediárias objetivando sua atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática, possibilitando a aquisição de competências profissionais. A certificação intermediária acontecerá da seguinte maneira:

- ✓ Após a conclusão dos quatros primeiros semestres o aluno receberá a certificação intermediária de Assistente em tecnologia da informação
- ✓ Para receber as certificações intermediárias o aluno não poderá estar em regime de dependência em nenhuma disciplina nos semestres a que se refere a certificação.

1.8 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO

DISCIPLINA: PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

EMENTA: Estatística descritiva. Cálculo das probabilidades. Variáveis Aleatórias. Valores característicos de uma variável aleatória. Modelo de distribuição discreta e contínua. Amostragem e distribuição amostral. Estimativa de parâmetros. Teste de hipóteses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BONAFINI, Fernanda César (Org.) Probabilidade e estatística. São Paulo: Pearson, 2015 **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. METZ, Lauro Igor. Análise combinatória e probabilidade. Curitiba: Intersaberes, 2018 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. NAVIDI, William. Probabilidade e estatística para ciências exatas. Porto Alegre: AMGH, 2012 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BONORA JR., Dorival. Estatística básica. São Paulo: Ícone, 2019 **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística aplicada à todos os níveis. 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2018 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. SHARPE, Norean R.; DE VEAUX, Richard D.; VELLEMAN, Paulo F. Estatística aplicada: administração, economia e negócios. Porto Alegre: Bookman, 2011 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
4. ROSS, Sheldon. Probabilidade. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
5. SPIEGEL, Murray R.; SCHILLER, John J.; SRINIVASAN R. Alu. Probabilidade e estatística. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013 (Coleção Schaum) **(Biblioteca virtual Grupo A)**

DISCIPLINA: ALGORITMOS E TECNICAS DE PROGRAMAÇÃO

EMENTA: Noções de lógica e os conceitos de algoritmo, classificação dos elementos básicos da construção de algoritmos: dados, tipos primitivos de dados, constantes, variáveis, funções pré-definidas e expressões; comandos de entrada, saída e atribuição; estrutura sequencial, seletiva e repetitiva de controle de programação. Implementação de algoritmos que empreguem elementos básicos da construção de programas de computador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARAÚJO, Sandro de. Lógica de programação e algoritmos. Curitiba: Contentus, 2020 **(Biblioteca virtual Pearson)**

2. DASGUPTA, Sanjoy; PAPADIMITRIOU, Christos; VAZIRANI, Umesh. Algoritmos. Porto Alegre: AMGH, 2010 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
3. MORAIS, Izabelly Soares de; LEON, Jeferson Faleiro; SARAIVA, Maurício de Oliveira [et.al.] Algoritmo e programação. Porto Alegre: SAGAH, 2018 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPACHER, Henri Frederico. Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2005 **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. KOLIVER, Cristian; ADAMI, André G.; MARTINOTTO, Anddré L.; CASSOL, Luciano A.; DORNELES, Ricardo V.; GAVA, Vanius (Orgs.) Introdução à construção de algoritmos. Caxias do Sul: EDUCS, 2009 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. SANTOS, Marcela Gonçalves dos. Algoritmos e programação. Porto Alegre: SAGAH, 2018 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
4. SIMÕES-PEREIRA, José Manuel dos Santos. Grafos e redes: teoria e algoritmos básicos. Rio de Janeiro: Interciência, 2014 **(Biblioteca virtual Pearson)**
5. TOSCANI, Laira Vieira; VELOSO, Paula A. S. Complexidade de algoritmos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

DISCIPLINA: INGLÊS

EMENTA: Análise dos elementos estruturais e linguísticos da Língua Inglesa, explorando tópicos de gramática, de leitura e de compreensão de textos, visando à comunicação escrita e oral básicas, com ênfase nas habilidades comunicativas no contexto específico da atividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
2. FERRO, Jeferson. Around world: introdução à leitura em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. SILVA, Dayse Cristina Ferreira da. Fundamentos de inglês. Porto Alegre: SAGAH, 2018 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMPOS, Giovana Teixeira. Manual compacto de gramática da língua inglesa. São Paulo: Rideel, 2010 **(Biblioteca virtual Pearson)**

2. FINBOW, Thomas (Org.) Gramática histórica da língua inglesa. São Paulo: Pearson, 2017 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. LAPKOSKI, Graziella Araújo de Oliveira. Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012 **(Biblioteca virtual Pearson)**
4. LOPES, Maria Cecília. Dicionário da língua inglesa (inglês-português. Português-inglês). São Paulo: RIDEEL, 2015 **(Biblioteca virtual Pearson)**
5. WALESKO, Angela Maria Hoffmann. Compreensão oral em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012 **(Biblioteca virtual Pearson)**

DISCIPLINA: LÓGICA MATEMÁTICA E MATEMÁTICA DISCRETA

EMENTA: Proposição. Conectivos lógicos. Tabela verdade. Cálculo dos predicados. Teoria dos conjuntos. Relações. Estruturas algébricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARBOSA, Marcos Antonio. Introdução à lógica matemática para acadêmicos. Curitiba: Intersaberes, 2017 **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Matemática discreta. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013 (Coleção Schaum) **(Biblioteca virtual Grupo A)**
3. MENEZES, Paulo Blath. Matemática discreta para computação e informática. 4.ed. São Paulo: Bookman, 2013 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BENATTI, Kléber Aderaldo; BENATTI, Natalha Cristina da Cruz Machado. Teoria dos números. Curitiba: Intersaberes, 2019 **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. GONÇALVES, Maria Vargas Reis de Paula. Teoria dos números. Curitiba: Contentus, 2020 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. LEITE, Álvaro Emílio; CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Teoria dos números e teoria dos conjuntos. Curitiba: Intersaberes, 2014 (Coleção Desmistificando a matemática – Dialógica) **(Biblioteca virtual Pearson)**
4. ROSEN, Kenneth H. Matemática discreta e suas aplicações. Porto Alegre: AMGH, 2010 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
5. SOUZA, Jeferson Afonso Lopes de. Lógica matemática. São Paulo: Pearson, 2018 **(Biblioteca virtual Pearson)**

DISCIPLINA: LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS (EAD)

EMENTA: Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos, Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho Científico: Estrutura, Formatação e Construção de

Redação Científica. Orientações para Apresentação Pública de Trabalhos e Comunicações Orais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AIUB, Tânia. Português: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso: 2015. **(Biblioteca virtual Grupo A)**
2. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Leitura e produção textual. Porto Alegre: Penso, 2016. **(Biblioteca virtual Grupo A)**
3. CORTINA, Asafe [et al.]. Fundamentos da língua portuguesa. Porto Alegre: SAGAH, 2018. **(Biblioteca virtual Grupo A)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Rita de Cássia Santos. Práticas de leitura e produção de textos. Rio de Janeiro: Vozes, 2015 **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. CANO, Marcio Rogério de Oliveira. Língua portuguesa: sujeito, leitura e produção. São Paulo: Blucher, 2016 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. COSTA, Antônio Henrique; BRODBECK, Jane Thompson; AGA, Vanessa Loureiro Correa. Estratégias de leitura em língua portuguesa. Curitiba: Intersaberes, 2012 **(Biblioteca virtual Pearson)**
4. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2019 **(Biblioteca virtual Pearson)**
5. KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015 **(Biblioteca virtual Pearson)**

2º PERÍODO

DISCIPLINA: LÓGICA E LINGAGUEM DE PROGRAMAÇÃO ESTRUTURADA

EMENTA: Conceitos de Programação Estruturada aplicados na solução de problemas; Criação e implementação de algoritmos que empreguem elementos básicos da programação: tipos estruturados de dados utilizando uma linguagem de programação; Estruturas de controle; Estruturas de decisão e Estruturas de repetição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARAÚJO, Sandro de. Lógica de programação e algoritmos. Curitiba: Contentus, 2020. **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. SANTOS, Marcela Gonçalves dos; SARAIVA, Maurício de Oliveira; GONÇALVES, Priscila de Fátima. Linguagem de programação. Porto Alegre: SAGAH, 2018. **(Biblioteca virtual Grupo A)**

3. SILVA, Fabrício Machado da; LEITE, Márcia Cristina Domingues; OLIVEIRA, Diego Bittencourt de. Paradigmas de programação. Porto Alegre: SAGAH, 2019 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DEITEL, H. M. C como programar. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2011. **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. GUEDES, Sérgio (Org.) Lógica de programação algorítmica. São Paulo: Pearson, s.d. **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. MEYERS, Scott. C++ moderno e eficaz: 55 maneiras de aprimorar seus programas e projetos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. **(Biblioteca virtual Grupo A)**
4. PINHEIRO, Francisco Assis Cartaxo. Elementos de programação em C. Porto Alegre: Bookman, 2012. **(Biblioteca virtual Grupo A)**
5. MELO, Ana Cristina Vieira de; SILVA, Flávio Soares Corrêa da. Princípios de linguagens de programação. São Paulo: Blucher, 2003 **(Biblioteca virtual Pearson)**

DISCIPLINA: INTERFACE HOMEM-MÁQUINA

EMENTA: Comunicação usuário-sistema. Comunicação projetista usuário. Engenharia cognitiva e semiótica de sistemas interativos. Estilos e paradigmas de interação: interfaces gráficas; manipulação direta, ícones e linguagens visuais. Modelagem de interfaces: cenarização; modelos de tarefas; modelos de usuário; modelos de interação. Concretização do projeto de interface: storyboarding e prototipação de interfaces; ferramentas de apoio a construção de interfaces. Avaliação de sistemas interativos: inspeção e testes com usuários; aspectos éticos na relação com os usuários. Acessibilidade: interfaces para dispositivos móveis; usabilidade universal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARRETO, Jeanine Santos [et al.]. Interface humano-computador. Porto Alegre: SAGAH, 2018. **(Biblioteca virtual Grupo A)**
2. FERREIRA, Marcelo Bellon. Prototipagem e testes de usabilidade. Curitiba: Contentus, 2020. **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. JOÃO, Belmiro N. Usabilidade e interface homem-máquina. São Paulo: Pearson, 2017. **(Biblioteca virtual Pearson)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABRAHÃO, Júlia [et al.]. Ergonomia e usabilidade: em ambiente virtual de aprendizagem. São Paulo: Blucher, 2012. **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. PIETREFORTE, Antonio Vicente. Semiótica visual: o percurso do olhar. São Paulo: Contexto, 2004 **(Biblioteca virtual Pearson)**

3. ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. Design de interação: além da interação humano-computador. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. **(Biblioteca virtual Grupo A)**
4. SEGURADO, Valquíria Santos (Org.) Projeto de interface com o usuário. São Paulo: Pearson, 2017 **(Biblioteca virtual Pearson)**
5. SOUSA, Roque Fernando Marcos. CANVAS HTML5: composição gráfica e interatividade na Web. São Paulo: Brasport, 2018 **(Biblioteca virtual Pearson)**

DISCIPLINA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DE SOFTWARE

EMENTA: Qualidade de Software (VVT). Programas de Qualidade e Métricas. Normas de Qualidade. Teste de Software: Objetivos, Conceitos, Terminologia e Limitações. Fases, Técnicas (Funcional, Estrutural, Baseada em Defeitos e em Máquinas de Estados Finitos), Métodos e Critérios de Teste. Comparação de Critérios de Teste: custo e eficácia; Depuração, manutenção e teste de regressão. Automatização da Atividade de Teste; Teste de Sistemas Orientado a Objetos, Orientados a Aspectos, e Embarcados e de Tempo Real.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRAGA, Pedro Henrique Cacique. São Paulo: Pearson, 2016 **(Biblioteca virtual Pearson)**
2. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2019 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 8.ed. Porto Alegre: AMGH, 2016 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GONÇALVES, Priscila de Fátima; BARRETO, Jeanine dos Santos; ZENKER, Aline Maciel. Teste de software e gerência de configurações. Porto Alegre: SAGAH, 2019 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
2. MORAIS, Izabelly Soares de; ZANIN, Aline. Engenharia de software. Porto Alegre: SAGAH, 2017 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
3. PEZZÉ, Mauro; YOUNG, Michal. Teste e análise de software: processo, princípios e técnicas. Porto Alegre: Bookman, 2008 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
4. PÓLO, Rodrigo Cantú. Validação e teste de software. Curitiba: Contentus, 2020 **(Biblioteca virtual Pearson)**
5. VETORAZZO, Adriana de Souza. Engenharia de software. Porto Alegre: SAGAH, 2018 **(Biblioteca virtual Grupo A)**

DISCIPLINA: ENGENHARIA DE REQUISITOS

EMENTA: Requisitos de software. Tipos de requisitos. O processo da Engenharia de Requisitos. Técnicas de Levantamento de Requisitos. Análise de Requisitos e

Modelagem Conceitual. Métodos e técnicas para a modelagem de sistemas. Documentação de requisitos. Verificação e validação de requisitos. Gerência de requisitos. Reutilização de requisitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KERR, Eduardo Santos. Gerenciamento de requisitos. São Paulo: Pearson, 2015
(Biblioteca virtual Pearson)
2. MARINHO, Antonio Lopes (Org.) Análise e modelagem de sistemas. São Paulo: Pearson, 2017 **(Biblioteca virtual Pearson)**
3. REINEHR, Sheila. Engenharia de requisitos. Porto Alegre: SAGAH, 2020
(Biblioteca virtual Grupo A)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LEDUR, Cleverson Lopes. Análise e projetos de sistemas. Porto Alegre: SAGAH, 2017 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
2. MORAIS, Izabelly Soares de. Engenharia de software. São Paulo: Pearson, 2017
(Biblioteca virtual Pearson)
3. PRIKLADNICKI, Rafael; WILL, Renato; MILANI, Fabiano. Métodos ágeis para desenvolvimento de softwares. Porto Alegre: Bookman, 2014 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
4. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2019
(Biblioteca virtual Pearson)
5. VAZQUES, Carlos Eduardo; SIMÕES, Guilherme Siqueira. Engenharia de requisitos: software orientado ao negócio. São Paulo: Brasport, 2016 **(Biblioteca virtual Pearson)**

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL (EAD)

EMENTA: Legislação e normas referentes ao exercício profissional. Políticas e programas de âmbito local, municipal, estadual, regional e federal, relacionados às atividades profissionais. Associações, Conselhos e Sindicatos de Classe. Estudo de casos e aplicações práticas. Legislação e normas relacionadas com os temas abordados (âmbitos federal, regional, estadual e municipal). Políticas, planos, programas e projetos relacionados com os temas abordados (âmbitos federal, regional, estadual e municipal).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Ética. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2020
(Biblioteca virtual Pearson)
2. PAVIANI, Jayme. Ética aplicada: estudos. Caxias do Sul EDUCS, 2019
(Biblioteca virtual Pearson)
3. PAKALUK, Michael. A ética à Nicômaco: uma chave de leitura. Rio de Janeiro: Vozes, 2020 **(Biblioteca virtual Pearson)**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMARGO, Leonardo Nunes. Ética global. Curitiba: Contentus, 2020
(Biblioteca virtual Pearson)
2. LOPES FILHO, Artur R. I.; OST, Sheila Beatriz; BONETE JR., Wilian [et.al.] Ética e cidadania. 2.ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018 **(Biblioteca virtual Grupo A)**
3. MARCON, Kenya J. (Org.) Ética e cidadania. São Paulo: Pearson, 2017
(Biblioteca virtual Pearson)
4. SANTOS, Ana P. Maurília dos; DIONIZIO, Mayara; LOZADA, Cristiano Rodrigues [et.al.] Legislação e ética profissional. Porto Alegre: SAGAH, 2019
(Biblioteca virtual Grupo A)
5. ZOGAIB, Giselle Aparecida Piragis. Ética e sustentabilidade na era digital. São Paulo: Contentus, 2020 **(Biblioteca virtual Pearson)**

3º PERÍODO

DISCIPLINA: ESTRUTURA DE DADOS I

EMENTA: Implementação de tipos de dados: vetores, cadeias de caracteres, conjuntos e registros. Programação estruturada. Emprego e construção de bibliotecas. Organização de arquivos. Conceito de indexação de arquivos. Alocação dinâmica de memória (ponteiros). Tipos abstratos de dados. Estruturas de dados básicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MANZANO, José Augusto; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmo: lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 29.ed. São Paulo: Érica, 2019
2. PIVA JUNIOR, Dilermano; NAKAMITI, Gilberto Shigueo; BIANCHI, Francisco [et.al.] Estrutura de dados e técnicas de programação. Rio de Janeiro: LTC, 2014
3. SZWARCFITER, Jayme Luiz; MARKENZON, Lilian. Estruturas de dados e seus algoritmos. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BACKES, André. Estrutura de dados descomplicada em linguagem C. Rio de Janeiro: LTC, 2016
2. DROZDEK, Adam. Estrutura de dados e algoritmos em C++. 2.ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2017
3. FARRER, Harry [et.al.] Programação estruturada de computadores: algoritmos estruturados. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
4. FORBELLONE, André Luiz Villar. Lógica de Programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2011
5. PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson. Lógica de programação e estrutura de dados.

DISCIPLINA: LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA À OBJETOS

EMENTA: Conceito de paradigmas de programação, conceitos de programação orientada a objetos: objetos, métodos, propriedades, encapsulamento, classes (concreta, abstrata, interface, ENUM), hierarquização (super e subclasse), herança, polimorfismo, mensagens, associação. Programação visual e orientada a eventos (JFrame). Implementação de algoritmos em laboratório. Herbert Schildt

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEITEL, Paul; DEITEL, Harvey. Java: como programar. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2016.
2. SANTOS, Rafael. Introdução à programação orientada a objetos usando Java. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013
3. SCHILDT, Herbert. Java: a referência completa. 8.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, s.d.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BLOCH, Joshua. Java efetivo: as melhores práticas para a plataforma java. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019
2. GRONER, Loiane. Estrutura de dados e algoritmos com JavaScript. São Paulo: NOVATEC, 2019
3. HORSTMANN, Cay S.; CORNELL, Gary. Core Java: fundamentos. v.1. São Paulo: Pearson, 2010
4. MANZANO, José Augusto Navarro da Silva; COSTA JÚNIOR, Roberto Affonso da. Programação de computadores com Java. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Informação e Comunicação)
5. MENDES, Antonio. Introdução à programação orientada a objetos com C++. Rio de Janeiro: Campus, 2010

DISCIPLINA: ARQUITETURA E ORGANIZAÇÃO DE COMPUTADORES

EMENTA: Organização de computadores: processadores, memória, entrada e saída, linguagem de montagem e conjunto de instruções, comunicações com memória e periféricos e organização de memória física e auxiliar. Organização dos processadores. Arquiteturas RISC, CISC e pipeline. Processadores super escalares. Unidade de controle e micro programação; arquiteturas paralelas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DELGADO, José; RIBEIRO, Carlos. Arquitetura de computadores. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
2. STALLINGS, Williams. Arquitetura e organização de computadores. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2017

3. TANENBAUM, Andrew S. Organização estruturada de computadores. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FLYNN, Michael J.; LUK, Wayne. Projeto de sistemas de computador: system-on-chip. Rio de Janeiro: LTC, 2014
2. HENESSY, John L. Arquitetura de computadores: uma abordagem quantitativa. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019
3. MONTEIRO, Mario A. Introdução à organização de computadores. Rio de Janeiro: LTC, 2007
4. PATTERSON, David A.; HENESSY, John L. Organização e projeto de computadores. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
5. WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de arquitetura de computadores. 8.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2012

DISCIPLINA: SISTEMAS OPERACIONAIS

EMENTA: História e funções dos Sistemas Operacionais. Estrutura dos Sistemas Operacionais. Conceito e estados de um processo. Concorrência. Métodos para comunicação e sincronização. Escalonamento. Gerência de memória: paginação, segmentação e memória virtual. Monoprocessamento e multiprocessamento. Alocação de recursos e deadlocks. Gerenciamento de arquivos. Gerenciamento de entrada/saída. Métodos de acesso. Fundamentos de Thread e multithread.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de sistemas operacionais. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013
2. SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
3. TANENBAUM, Andrew S.; BOS, Herbert. Sistemas operacionais modernos. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. Introdução à ciência da computação. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
2. MARQUES, José Alves; RIBEIRO, Carlos; VEIGA, Luiz; RODRIGUES, Rodrigo. Sistemas operacionais. Rio de Janeiro: LTC, 2011
3. OLIVEIRA, Romulo Silva. Sistemas operacionais. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

4. STALLINGS, Williams. Arquitetura e organização de computadores. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2017
5. STUART, Brian L. Princípios de sistemas operacionais: projetos e aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2010

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO (EAD)

EMENTA: Conceitos e definições de empreendedorismo:” entrepreneur” versus intrapreneur” O papel econômico e social dos novos negócios. Arranjos produtivos, inovação e competitividade. Temas emergentes em empreendedorismo: redes, aprendizagem e expansão de negócios, empresa familiar, empresas de base tecnológica. O papel do empreendedor na criação e desenvolvimento de pequenas organizações. Plano de negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORNELAS, Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6. ed. Rio Janeiro: Elsevier, 2017.
2. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014
2. MARIANO, Sandra Regina Holanda; MAYER, Verônica Feder. Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para a criatividade. Rio de Janeiro: LTC, 2012
3. ROGERS, Stevens. Finanças e estratégias de negócios para empreendedores. São Paulo: Bookman, 2011
4. SOUZA, Pedro Henrique. Empreendedorismo passo-a-passo. São Paulo: Viena, 2013
5. TAJRA, Sammya Feitoza. Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, 2014

4º PERÍODO

DISCIPLINA: BANCO DE DADOS I

EMENTA: Projeto de banco de dados objeto-relacionais. Segurança dos dados: Violação de segurança; Encriptação. Processamento de transações: Definições de tipo de banco de dados; Propriedades das transações; Estados das transações; Transações concorrentes; Recuperação; Escalonamentos recuperáveis e irre recuperáveis; Controle de concorrência: Problemas relacionados ao controle de concorrência; Recuperação de falhas: Classificação das falhas; Estrutura de armazenamento. Modelagem de dados: etapas do projeto de um BD relacional, modelo Entidade-Relacionamento (ER), mapeamento ER-relacional. Teoria da Normalização: objetivo, dependências funcionais, formas normais, dicionário de dados, modelo relacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARDOSO, Virgínia. Sistemas de banco de dados: uma abordagem introdutória e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2013 (Coleção Saraiva Tec)
2. MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Banco de dados: projetos e implantação. 4.ed. São Paulo: Érica, 2020
3. TEOREY, Tob; LIGHTSTONE, Sam; NADEAU, Tom; JAGADISH, H. V. Projeto e modelagem de banco de dados. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DATE, C. J. Introdução a sistemas de banco de dados. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
2. _____. Projeto de banco de dados e teoria relacional. São Paulo: NOVATEC, 2015
3. ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados. 7.ed. São Paulo: Pearson, 2018.
4. ROB, Peter. Sistemas de banco de dados: projeto, implementação e gerenciamento. 8.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011
5. SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, s. Sistema de banco de dados. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

DISCIPLINA: ESTRUTURA DE DADOS II

EMENTA: Listas; Listas ordenadas; Pilhas; Filas; Deques; Pesquisa de dados; Árvores: Árvore binária, Árvore binária de pesquisa, Árvore avl; Indexação; Hashing; Árvore-b; Classificação de dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes. Estruturas de dados: algoritmos, análise da complexidade e implementações em Java e C C++. São Paulo: Pearson, 2010
2. DROZDEK, Adam. Estrutura de dados e algoritmos em C++. 2.ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2017
3. PEREIRA, Sílvio do Lago. Estrutura de dados em C: uma abordagem didática. São Paulo: Saraiva, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BACKES, André. Estrutura de dados descomplicada em linguagem C. Rio de Janeiro: LTC, 2016
2. CELES, Waldemar; CERQUEIRA, Renato; RANGEL, José. Introdução à estrutura de dados: com técnicas de programação em C. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016
3. FARRER, Harry [et.al.] Programação estruturada de computadores: algoritmos estruturados. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
4. FORBELLONE, André Luiz Villar. Lógica de Programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2011
5. PIVA JUNIOR, Dilermano; NAKAMITI, Gilberto Shigueo; BIANCHI, Francisco [et.al.] Estrutura de dados e técnicas de programação. Rio de Janeiro: LTC, 2014

DISCIPLINA: ANÁLISE DE SISTEMAS

EMENTA: Conceitos de Modelagem; Introdução a UML; Evolução da UML; Modelos: Casos de uso, Classes-Modelo de Domínio, Interação (Sequência, DSS, Colaboração), Estado, Atividade, Implementação (Componentes e Implantação), Classe-Modelo de Projeto; Ciclo de vida aplicado a Orientação a objetos, definição de iterações e ordem de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GUEDES, Gilleanes T. A. UML2: uma abordagem prática. 3.ed. São Paulo: NOVATEC, 2018
2. LIMA, Adilson da Silva. UML 2.5: do requisito à solução. São Paulo: Érica, 2014
3. SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho. UML 2.5 com Enterprise Architect 10: modelagem visual de projetos orientada a objetos. São Paulo: Érica, 2014

4. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

5. BEZERRA, Eduardo. Princípios de análise e projeto de sistemas com UML. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014
6. DENNIS, Alan; HALEY, Bárbara; ROTH, Roberta M. Análise e projeto de sistemas. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014
7. ENGHOLM JR., Hélio. Análise e design orientados a objetos. São Paulo: NOVATEC, 2013
8. GÓES, Wilson Moraes. Aprenda UML por meio de estudos de casos. São Paulo: NOVATEC, 2014
9. NUNES, Mauro; O'NEILL, Henrique. Fundamental de UML. São Paulo: FCA, 2011

DISCIPLINA: REDES DE COMPUTADORES

EMENTA: Conceitos básicos de redes: modelo de rede, camada de rede, protocolo, serviços, arquitetura; Noções de endereçamento; Tipos de rede: locais, de longa distância

e metropolitanas; Funcionalidade específica das camadas do software de redes: níveis (1 a 7 – modelo ISO e 1 a 5 – modelo TCP/IP); Principais soluções tecnológicas para a camada física; Principais tecnologias de redes locais (LAN) e de redes de longa distância (WAN); Princípios de roteamento; Principais equipamentos de interconexão de redes - repetidores, pontes, roteadores e comportas; Funcionalidades básicas dos protocolos de aplicação; Princípios de segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COMER, Douglas E. Rede de computadores e internet. 6.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2016
2. MORAES, Alexandre Fernandes de. Rede de computadores: fundamentos. 8.ed. São Paulo: Érica, 2020
3. TANEMBAUM, Andrew S.; wetherall, David. Redes de computadores. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de dados e redes de computadores. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010
2. GURGEL, Paulo Henrique Moreira; CASTELO BRANCO, Kalinka Regina Lucas; CASTELO BRANCO, Luiz Henrique; BARBOSA, Ellen Francine; TEIXEIRA, Mário Meireles. Redes de computadores: da teoria à prática com Netkit, Rio de Janeiro: Campus, 2014
3. KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. São Paulo: Pearson, 2014
4. MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de redes de computadores. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013
5. PETERSON, Lary L.; DAVIE, Bruce S. Redes de computadores: uma abordagem de sistemas. 5.ed. Rio de Janeiro 2013

DISCIPLINA: PROCESSO DE SOFTWARE

EMENTA: Modelos de ciclo de vida de software. Processos de ciclo de vida de software. Métodos ágeis. Notação para definição de processos. Fundamentos de melhoria de processo de software. Métricas de processo. Ferramentas CASE para gerenciamento de processos de software.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HIRAMA, Keshi. Engenharia de software: qualidade e produtividade com tecnologia. Rio de Janeiro: LTC, 2011
2. PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 8.ed. São Paulo: Artmed, 2016.
3. WAZLAWICK, Raul Sidnei. Engenharia de software: conceitos e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ENGHOLM JR., Hélio. Engenharia de software na prática. São Paulo: NOVATEC, 2010
2. PRIKLADNICKI, Renato Will; MILANI, Fabiano. Métodos ágeis para desenvolvimento de software. Rio de Janeiro: Bookman, 2014 **(E-book)**
3. SCHACH, Stephen R.; GRIESI, Ariovaldo. Engenharia de software: os paradigmas clássicos & orientado a objetos. 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2009 **(E-book)**
4. SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho; MACEDO, Paulo César de. Metodologias ágeis: engenharia de software sob medida. São Paulo: Érica, 2012.
5. TSUI, Frank; KARAM, Orlando. Fundamentos de engenharia de software. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

5º PERÍODO

DISCIPLINA: GERÊNCIA DE PROJETOS

EMENTA: Conceito de projeto. Histórico. Ciclo de Vida do Projeto. O PMBOK. Áreas de Conhecimento do PMBOK. Gerenciamento de Projeto. Objetivos da Gerência de Projetos. O Gerente de projetos. Planejamento do Projeto. Produção de Artefatos. Análise de requisitos. Ferramentas de Gestão e Controle. Gestão de Equipes. Gestão dos Custos. Gestão do Cronograma. Fechamento do Projeto. Gestão de Portfólio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMARGO, Marta Rocha. Gerenciamento de projetos: fundamentos e prática integrada. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
2. CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR., Roque. Fundamentos em gestão de projetos. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2019
3. LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. Gerenciamento de projetos: o projeto gerencial. 6.ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GILDO, Jack. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011
2. JUGEND, Daniel; BARBALHO, Sanderson Cesar Macêdo; SILVA, Sérgio Luis da. Gestão de projetos: teoria, prática e tendências. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
3. KELLING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2014
4. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015
5. PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: Guia PMBOK. São Paulo: Saraiva, 2014

DISCIPLINA: BANCO DE DADOS II

EMENTA: Álgebra Relacional, Caracterização de linguagem para definição (DDL) e manipulação de dados (DML); análise do gerenciamento de transações; caracterização e comparação de abordagens não convencionais para bancos de dados; integração de bancos de dados e internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DATE, C. J. Projeto de banco de dados e teoria relacional. São Paulo: NOVATEC, 2015
2. ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados. 7.ed. São Paulo: Pearson, 2018
3. MANNINO, Michael V. Projeto, desenvolvimento de aplicações e administração de banco de dados. 3.ed. Porto Alegre: AMGH, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DATE, C. J. Introdução a sistemas de banco de dados. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
2. HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados. 6.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2010 (Série Livros Didáticos Informática UFRGS, 4)
3. MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Banco de dados: projetos e implantação. 4.ed. São Paulo: Érica, 2020
4. PUGA, Sandra; FRANÇA, GOYA, Milton. Banco de dados: implementação em SQL, PL/SQL, e Oracle 11g. São Paulo: Pearson, 2013
5. ROB, Peter. Sistemas de banco de dados: projeto, implementação e gerenciamento. 8.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011

DISCIPLINA: PROJETO PROFISSIONAL

EMENTA: Desenvolvimento de um projeto na área de tecnologia da informação com ênfase em Engenharia de Requisitos; Análise de sistemas; Definição de Interface; Redes de Computadores; Processos de Software; teste de Software, Validação de Software; Linguagens de Programação; Relatório Técnico do produto final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEITEL, Paul; DEITEL, Harvey. Java: como programar. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2016
2. PATTERSON, David A.; HENESSY, John L. Organização e projeto de computadores. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
3. SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho. UML 2.5 com Enterprise Architect 10: modelagem visual de projetos orientada a objetos. São Paulo: Érica, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DELAMARO, Márcio Eduardo; MALDONADO, José Carlos; JINO, Mario. Introdução ao teste de software. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016 (**E-book**)

2. KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. São Paulo: Pearson, 2014
3. MACHADO, Felipe Nery R. Análise e gestão de requisitos de software: onde nascem os sistemas. 3.ed. São Paulo: Érica, 2016
4. MORAES, Alexandre Fernandes de. Rede de computadores: fundamentos. 8.ed. São Paulo: Érica, 2020
5. SEBESTA, Roberto W. Conceitos de linguagens de programação. 11.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2018 (**E-Book**)

DISCIPLINA: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (EAD)

EMENTA: Terminologia e Fundamentos de manutenção e evolução de software. Modelos de manutenção de software (Desenvolvimento ágil e software livre). Processo de manutenção de software. Estimativa de custo de manutenção. Reengenharia. Engenharia reversa. Migração. Refatoração. Avaliação de atributos de qualidade (manutenibilidade).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FOWLER, Martin. Refatoração: aperfeiçoando o design de códigos existentes. 2.ed. São Paulo: NOVATEC, 2020
2. PÁDUA, Wilson. Engenharia de software. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019 2vs.
3. WAZLAWICK, Raul Sidnei. Engenharia de software: conceitos e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ENGHOLM JR., Hélio. Engenharia de software na prática. São Paulo: NOVATEC, 2010
2. HIRAMA, Keshi. Engenharia de software: qualidade e produtividade com tecnologia. Rio de Janeiro: LTC, 2011
3. PRIKLADNICKI, Renato Will; MILANI, Fabiano. Métodos ágeis para desenvolvimento de software. Rio de Janeiro: Bookman, 2014 (**E-book**)
4. SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho; MACEDO, Paulo César de. Metodologias ágeis: engenharia de software sob medida. São Paulo: Érica, 2012
5. TSUI, Frank; KARAM, Orlando. Fundamentos de engenharia de software. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

EMENTA: Manifestações linguísticas no contexto histórico da Língua de Sinais; Teoria que embasa a educação de surdos no Brasil e seus aspectos filosóficos; Política da Educação Inclusiva – Pessoas com surdez; Atendimento Educacional Especializado às

peças com surdez; Aspectos intrínsecos e extrínsecos ao ensino da Libras; Libras – diferentes gêneros e estruturas, explorando a diversidade de temas e contexto em que se enquadram; Relações entre informações linguísticas do ensino de LIBRAS; Didática e dinâmica na aula com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscilla [et.al.] Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
2. QUADROS, Ronice MILLER; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. QUADROS, Ronice MILLER; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2013.
2. FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
3. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
4. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
5. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EduFSCar, 2013.

ETHICS, SUSTENTABILITY AND HUMAN RIGHTS IN BRAZIL

EMENTA: Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and political ethics. Management and entrepreneurship.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: human rights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011
2. BOERSEMA, David. Philosophy of human rights: theory and practice. Colorado: Westview Press, 2011
3. HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a brief history of tomorrow. London: Random House, 2017.

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

CLAPHAM, Andrew. Human rights: a very short introduction. Oxford: Oxford UK, 2007

1. DRESNER, Simon. *The principles of sustainability*. New York: Routledge, 2008
2. HOLSTON, James. *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 2009
3. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Human rights: a fragile hegemony*. IN.: CREPEAU, François and Sheppard. *Human rights and diverse societies: challenges and possibilities*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2013
4. 5. SHAFER-LANDAU, Russ. *The fundamental ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2011

DISCIPLINA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA

EMENTA: A disciplina analisa a educação das relações étnico-raciais na multiplicidade de temas, conceitos, fontes e metodologias que a subsidiam. Enfatizam-se os seguintes tópicos: ensino da história e cultura afro-brasileira e africana para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; efeitos psicossociais do racismo; relações étnico-raciais nas medidas socioeducativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIMA, Ivan Costa. *História da educação do negro (a) no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017
2. MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2016
3. MICHALISZYN, Mario Sérgio. *Relações étnico-raciais para o ensino da identidade cultural brasileira*. Curitiba: Intersaberes, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GALINDO, Monica Abrantes; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva; KLEIN, Ana Maria. *Cultura afro-brasileira e racismo: reflexões e práticas a partir dos direitos humanos, literatura e questões de gêneros*. Curitiba: Appris, 2017
2. OLIVEIRA, Diana Ramos de; BREDE, Débora; FILPO, Klever Leal. *Relações étnico-raciais e outros marcadores sociais da diferença: diálogos interdisciplinares*. Curitiba: Appris, 2020
3. PAIXÃO, Marcelo. *500 anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013
4. PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino da história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
5. SANCHES, Cleber. *Fundamentos da cultura brasileira*. 3.ed. Manaus: Valer, 2009

DISCIPLINA: TECNOLOGIA DE BANCO DE DADOS

EMENTA: Conceitos de Business Intelligence e descobrimento de conhecimento em Banco de Dados. Definição e características de um Data Warehouse. Modelagem de Data Warehouse. Visualização de Dados. OLAP. Conceitos de mineração de dados. Metodologia para o processo de KDD. Aplicações e tendências de Data Warehouse e mineração de dados. Conceitos de Bancos de Dados Orientados a Objetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARDOSO, Virgínia. Sistemas de banco de dados: uma abordagem introdutória e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2013 (Coleção Saraiva Tec)
2. MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Tecnologia e projeto de Data Warehouse. 6.ed. São Paulo: Érica, 2013
3. SILVA, Leandro Augusto da; PERES, Sarajane Marques; BOSCARIOLI, Clodis. Introdução à mineração de dados com aplicações em R. Rio de Janeiro: LTC, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BLOCH, Joshua. Java efetivo: as melhores práticas para a plataforma java. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019
2. FEDELI, Fernando Eduardo. Introdução à ciência da computação. 2.ed. São Paulo: Cengage learning, 2010
3. GUIMARÃES, Angelo de Moura; LAGES, Newton Alberto de Castilho. Introdução à ciência da computação. Rio de Janeiro: LTC, 2012
4. PUGA, Sandra; FRANÇA, GOYA, Milton. Banco de dados: implementação em SQL, PL/SQL, e Oracle 11g. São Paulo: Pearson, 2013
5. SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, s. Sistema de banco de dados. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS I

EMENTA: Discussão e aprofundamento de questões sobre Tendências e Inovações da área de Programação no cenário contemporâneo, considerando o pressuposto básicos do curso e indicações dos alunos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PIVA JR., Dilermano; ENGELBRECHT, Angela de Mendonça; NAKAMITI, Gilberto S.; BIANCHI, Francisco. Algoritmos e programação de computadores. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019
2. PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson. Lógica de programação e estrutura de dados. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2016
3. VERAS, Manoel. Gestão da tecnologia da informação: sustentação e inovação para a transformação digital. Rio de Janeiro: Brasport, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PAES, Rodrigo de Barros. Introdução à programação com a linguagem C. São Paulo: NOVATEC, 2016
2. PEREIRA, Silvio do Lago. Algoritmos e lógica de programação em C: uma abordagem didática. São Paulo: Érica, 2010.
3. PRIKLADNICKI, Renato Will; MILANI, Fabiano. Métodos ágeis para desenvolvimento de software. Rio de Janeiro: Bookman, 2014 **(E-book)**
4. SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho; MACEDO, Paulo César de. Metodologias ágeis: engenharia de software sob medida. São Paulo: Érica, 2012

5. RIBEIRO, João Araújo. Introdução à programação e aos algoritmos. Rio de Janeiro: LTC, 2019

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS II

EMENTA: Discussão e aprofundamento de questões sobre Tendências e Inovações da área de tecnologia da Informação no cenário contemporâneo, considerando o pressuposto básicos do curso e indicações dos alunos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FERNANDES, João M. Requisitos em projetos de software e de sistemas de informação. São Paulo: NOVATEC, 2017
2. HENESSY, John L. Arquitetura de computadores: uma abordagem quantitativa. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019
3. TURBAN, Efraim; VOLONINO, Linda. Tecnologia da informação para gestão: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COMER, Douglas E. Rede de computadores e internet. 6.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2016
2. DELGADO, José; RIBEIRO, Carlos. Arquitetura de computadores. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
3. FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. Rede de computadores: uma abordagem top-down. Porto Alegre: Bookman, 2013 **(E-book)**
4. JUGEND, Daniel; BARBALHO, Sanderson Cesar Macêdo; SILVA, Sérgio Luis da. Gestão de projetos: teoria, prática e tendências. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
5. LIMA, Adilson da Silva. UML 2.5: do requisito à solução. São Paulo: Érica, 2014

DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS MÓVEIS

EMENTA: Desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis para os Sistemas Operacionais, Android, IOS e Windows Phone.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVES, William Pereira. Java para WEB: desenvolvimento de aplicações. São Paulo: Érica, 2015
2. QUERINO FILHO, Luiz Carlos. Desenvolvendo se primeiro aplicativo android. São Paulo: NOVATEC, 2017
3. SHACKLES, Greg. Construindo aplicativos móveis com C#. São Paulo: NOVAREC, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DUARTE, William. Delphi para android e IOS: desenvolvendo aplicativos móveis. São Paulo: Brasport, s.d. **(E-book)**

2. HARMES, Dan. Desenvolvimento de aplicativos móveis com Xamarin. São Paulo: NOVATEC, 2015
3. HORSTMANN, Cay S.; CORNELL, Gary. Core Java: fundamentos. v.1. São Paulo: Pearson, 2010
4. LECHETA, Ricardo R. Google Android: aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com android Sdk. 5.ed. São Paulo: NOVATEC, 2015
5. SCHILDT, Herbert. Java: a referência completa. 8.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, s.d.

DISCIPLINA: GERÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO

EMENTA: Ciclo de Vida de Produtos e Artefatos. Gerenciamento de Configurações de Artefatos e Produtos. Controle de Mudanças. Controle de versões. Normas para gerenciamento de configuração. Principais Ferramentas. Integração Contínua.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ENGHOLM JR., Hélio. Engenharia de software na prática. São Paulo: NOVATEC, 2010
2. SBROCCO, José Henrique Teixeira de Carvalho; MACEDO, Paulo César de. Metodologias ágeis: engenharia de software sob medida. São Paulo: Érica, 2012
3. TSUI, Frank; KARAM, Orlando. Fundamentos de engenharia de software. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LAYTON, Mark C; OSTERMILLER, Steven J. Gerenciamento ágil de projetos. 2.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, s.d.
2. PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 8.ed. São Paulo: Artmed, 2016
3. PRIKLADNICKI, Renato Will; MILANI, Fabiano. Métodos ágeis para desenvolvimento de software. Rio de Janeiro: Bookman, 2014 **(E-book)**
4. SCHACH, Stephen R.; GRIESI, Ariovaldo. Engenharia de software: os paradigmas clássico & orientado a objetos. 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2009 **(E-book)**
5. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 10.ed. São Paulo: Pearson, 2019

DISCIPLINA: ETHICS, SUSTAINABILITY AND HUMAN RIGHTS IN BRAZIL

Content: Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and politics ethics. Management and entrepreneurship.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: human rights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011
2. BOERSEMA, David. Philosophy of human rights: theory and practice. Colorado: Westview Press, 2011
3. HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a brief history of tomorrow. London: Random House, 2017

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. CLAPHAM, Andrew. Human rights: a very short introduction. Oxford: Oxford Uk, 2007
2. DRESNER, Simon. The principles of sustainability. New York: Routledge, 2008
3. HOLSTON, James. Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2009
4. SANTOS, Boaventura de Sousa. Human rights: a fragile hegemony. IN.: CREPEAU, Françoise Sheppard. Human rights and diverse societies: challenges and possibilities. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2013
5. SHAFER-LANDAU, Russ. The fundamentals ethics. Oxford: Oxford Uk, 2011

DISCIPLINA: PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

EMENTA: Princípios de segurança da informação. Leis, normas e padrões de segurança da informação. Auditoria de Sistemas. Análise de riscos em sistemas de Informação. Conceitos e tipos de ameaças, riscos e vulnerabilidades dos sistemas de informação. Plano de Contingência. Técnicas de avaliação de sistemas. Aspectos especiais: Vírus, fraudes, criptografia e acesso não autorizado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HINTZBERGEN, Jule; HINTZBERGEN, Kees; SMULDERS, André; BAARS, Hans. Fundamentos de segurança da informação: com base na ISO 27001 e na ISO 27002. São Paulo: Brasport, 2018
2. KIM, David; SOLOMON, Michael J. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 2014
3. MCCARTHY, N. K. Resposta a incidentes de segurança em computadores: planos para a proteção de informação em risco. Porto Alegre: Bookman, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e as organizações do século XXI & introdução ao BPM & BPMS – Introdução ao CMM-I. São Paulo: Atlas, 2014
2. FONTES, Edilson. Segurança da informação: o usuário faz a diferença. São Paulo: Saraiva, 2010

3. LYRA, Mauricio Rocha. Segurança e auditoria em sistemas de informação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
4. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação ao planejamento estratégico das organizações. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011
5. SÊMOLA, Marcos. Gestão da segurança da informação: uma visão executiva. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

Conteúdo Curriculares

4.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares utilizando como referência a PORTARIA INEP Nº 477 DE 6 DE JUNHO DE 2017.

CONTEÚDOS BÁSICOS		CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES	
1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	Optativas
Probabilidade e Estatística	Lógica e Linguagem de Programação Estruturada	Estrutura de Dados I	Banco de Dados I	Gerência de Projetos	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Algoritmos e Técnicas de Programação	Interface Homem-Máquina	Linguagem de Programação Orientada a Objetos	Estrutura de Dados II	Banco de Dados II	Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil
Inglês	Verificação e Validação de Software	Arquitetura e Organização de Computadores	Análise de Sistemas	Projeto Profissional	Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência
Lógica Matemática e Matemática Discreta	Engenharia de Requisitos	Sistemas Operacionais	Redes de Computadores	Manutenção de Software (EAD)	Tecnologia de Banco de Dados
Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)	Legislação e Ética Profissional I (EAD)	Empreendedorismo e Inovação (EAD)	Processo de Software		Tópicos Especiais I
					Tópicos Especiais II
					Desenvolvimento de Sistemas Móveis
					Gerência de Configuração
					Princípios de Segurança da Informação

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas, observando a pertinência da mesma e a adequada relação com o que indicam as ementas das unidades curriculares, e posteriormente aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso. Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnico-racial e de direitos humanos serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas específicas e atividades complementares), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia.

Como já afirmamos anteriormente os Conteúdos Curriculares para IES são entendidos a partir de uma visão tridimensional na perspectiva da formação de competências. Também já mencionamos que existe uma relação permanente entre o que se deseja formar, como se pretende formar e qual o conteúdo desta formação. Neste projeto pedagógico, os conteúdos curriculares estão relacionados com os conteúdos em acordo com a PORTARIA INEP Nº 477 DE 6 DE JUNHO DE 2017, que dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, toma como referencial os conteúdos que contemplam para a formação do profissional em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

- I. Algoritmos e programação;
- II. Estruturas de dados;
- III. Orientação a objetos;
- IV. Banco de dados;
- V. Processo de software;
- VI. Análise e projeto de sistemas;
- VII. Engenharia de requisitos;
- VIII. Interação humano-computador;
- IX. Arquitetura de software;
- X. Gerência de projetos;
- XI. Verificação e validação de software;
- XII. Manutenção de software;
- XIII. Gerência de configuração;
- XIV. Processos de negócio;
- XV. Empreendedorismo;
- XVI. Princípios de arquitetura de computadores e sistemas operacionais;
- XVII. Princípios de redes de computadores e sistemas distribuídos;

- XVIII. Princípios de segurança da informação;
- XIX. Lógica matemática e teoria dos conjuntos;
- XX. Estatística aplicada;
- XXI. Legislação, normas técnicas, ética e responsabilidade socioambiental.

1.9 Metodologia

1.9.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como

valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

- ✓ Estudo Individualizado: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;
- ✓ Estudo Mediado: a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;
- ✓ Estudo Mobile: dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, conseqüentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa.

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências de aprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias. Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade.

A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados. Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As

metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais; Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problemática; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

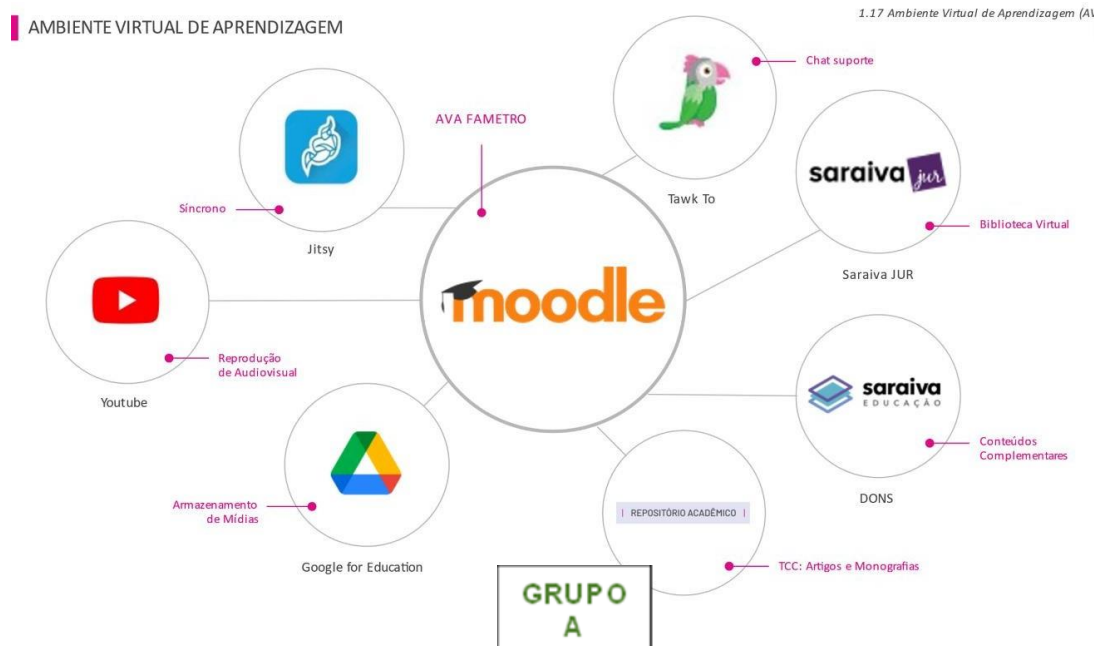
Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

- ✓ **As aulas práticas de laboratório**, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas a partir da supervisão de docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações, relativas as atividades. Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e buscam atender aos diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;
- ✓ **Visitas Técnicas:** consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;
- ✓ **Oficinas Pedagógicas:** são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Também serão utilizados recursos da Tecnologia Educacional para a promoção de **metodologia inovadora**, embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas. Na direção para que metodologias inovadoras se estabeleçam devemos antes de tudo considerar a presença dos recursos das TIC's como a base na qual aprendizagens diferenciadas possam impactar positivamente a aprendizagem e o



desenvolvimento dos nossos acadêmicos. Com o uso das TIC's, o ambiente virtual de aprendizagem do Grupo IME está assim configurado no moodle:



Os estudos interdisciplinares e os Projetos Transversais também promovem experiências de impacto que constroem uma perspectiva diferenciada de formação, assim a inovação não está apenas apoiada no uso de tecnologias ou recursos digitais, muitas tecnologias eficientes de manejo da floresta por exemplo, estão

alicerçadas em conhecimentos milenares advindos dos povos tradicionais que possuem uma modo de fazer e de ser neste espaço que não agride, não polui e não desequilibra o ambiente em que vive.

Neste sentido também pensamos que inovação pode ser uma forma de fazer diferente aquilo que já se encontra estabelecido, além do que, o conceito de inovação é polissêmico e relativo a muitos condicionantes, como por exemplo, ao estágio desenvolvimento econômico de uma região.

Inovar para nós homens e mulheres do norte é fazer nascer uma possibilidade de construção de um profissional conectado com suas raízes e preparado para enfrentar todos as situações de saúde que acometem o homem com o uso de novas tecnologias. Profissional do futuro que certamente, por meio de sua sensibilidade comunitária, ajudará a construir melhores condições de vida e de saúde para seu povo, disseminando boas práticas de saúde por onde quer que essas águas dos nossos enormes rios possam lhe levar.

1.9.2 Metodologia das Atividades Presenciais

Para a IES a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- ✓ **Superar as aulas meramente expositivas** adotando modelos de aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- ✓ **Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas** do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- ✓ **Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição**, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- ✓ **Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber.**
- ✓ **Realizar a problematização para a elaboração dos projetos** tendo em vista as temáticas de interesse do aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para **as questões étnico-raciais** e aquelas relativas à **educação ambiental**, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e contínuo como apregoa a legislação. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam. Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar. Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento de projetos que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- ✓ **Aulas Expositivas Dialogadas:** a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- ✓ **Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais:** semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.
- ✓ **Atividades em grupo tais como seminário: painel integrado: grupos de observação e de verbalização:** estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- ✓ **Estudos Dirigidos:** os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertencentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- ✓ **Exercícios de Fixação de Conteúdos:** realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas
- ✓ **Estudos de Caso:** realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e

argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

- ✓ **Elaboração de projetos de ação ou de investigação:** elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- ✓ **Visitas Técnicas:** visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.
- ✓ **Atividades de extensão:** atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática
- ✓ **Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos:** atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- ✓ **Workshops ou oficinas pedagógicas:** a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- ✓ **Jogos: Gincanas: Feiras e Exposições Temáticas:** realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.
- ✓ **Minipalestras:** integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.
- ✓ **Círculo de debates ou discussões:** atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de

socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores tem a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

- ✓ **Elaboração de paper /artigos científicos: resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos:** atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.
- ✓ **Aulas Práticas em Laboratórios:** tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas.
- ✓ **As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas,** são atividades acadêmicas monitorada pelos professores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:
- ✓ **As aulas práticas:** nos primeiros períodos do Curso realizam-se nos laboratórios de Cozinha Fria e quente, Análise Sensorial e Restaurante didático, nas instalações da IES, e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas desde as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos do setor de alimentos e bebidas.
- ✓ **As Visitas Técnicas:** consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser

elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

- ✓ **Oficinas Pedagógicas:** são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

1.9.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da Instituição, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na IES, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.9.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a entende-se à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por

meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- ✓ Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- ✓ Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.9.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigí-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão, entende a promoção dos Direitos Humanos como política, devendo ser estendida a todas as suas mantidas e instituições membros do grupo. Assimilada e compreendida como um valor institucional. Nestes termos, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais

em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES do grupo, já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.9.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

De acordo com o artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI, estas adaptações serão feitas até a data legal informada pelas autoridades do Ministério da Educação.

Art. 5º Contudo já se apresenta no horizonte da Faculdade Amazonas, uma nova concepção de extensão que se articula as Diretrizes colocadas, neste sentido a prática de extensão deverá:

- ✓ Promover a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.



- ✓ Contribuir na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- ✓ Promover iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- ✓ Promover a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- ✓ Incentivar à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços

Devem ainda ser caracterizada por:

- ✓ **PROJETOS:** os cursos desenvolvem projetos interdisciplinares, (ENVOLVENDO TODAS AS DISCIPLINAS DO PERÍODO) e multiprofissionais (COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS CURSOS/ÁREAS);
- ✓ **CURSOS E OFICINA:** devem ser planejados e ministrados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;
- ✓ **EVENTOS:** que devem ser planejados e realizados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;
- ✓ **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** constituem as atividades desenvolvidas nos projetos dos cursos beneficiando a comunidade assistida.

A autoavaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

- I - A identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
- II - A contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;
- III - A demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados no autoavaliação continuada da extensão.

A autoavaliação da IES será realizada através da Comissão Própria de Avaliação-CPA, com os objetivos

- a) Melhoria contínua
- b) Identificação do cumprimento das diretrizes junto ao discente.

A avaliação externa in loco institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

I - A previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

II - A articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;

Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:

I - A concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;

II - O planejamento e as atividades institucionais de extensão;

III - A forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;

IV - As estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;

V - A política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;

VI - A previsão as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

1.9.7 Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na ideia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesmo. Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que “[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta”. Na visão de Brandão (2009), os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social.

Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997), a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

- a) Saber agir com competência;
- b) Saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;
- c) Saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;
- d) Saber transpor;
- e) Saber aprender e aprender, a saber; e
- f) Saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência “[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto” (Rosa, Cortivo & Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliados em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores.

Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar. A matriz de competências para fins de avaliação é parte integrante do planejamento da disciplina.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma

pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque incluem para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver.

Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade

de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, as avaliações formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a autoavaliação, a resolução de problemas é poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A autoavaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

Avaliação Somativa

Avaliação Somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da autoavaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo: apuração de frequência às atividades escolares; avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

- ✓ Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver: frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático- pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- ✓ Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco).

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{N1 + N2}{2} \geq 5$$

Onde:

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

2.1 Estágio curricular supervisionado

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.2 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.3 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.4 Convênios Para Estágio Supervisionado

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.5 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.6 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.7 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.8 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.9 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.10 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.11 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2.1.12 Atividades complementares

Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar 110 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

3.1 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornado cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

Nº	Atividade	Documento Requerido	Certificaç ão Mínima	Certificaç ão Máxima	Total Acumula do
1	Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
2	Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
3	Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h

4	Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h
5	Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
6	Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
7	Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
8	Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h
9	Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h

10	Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
11	Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h
12	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Declaração da realização ou termo de compromisso ou contrato	20h	100h	60h
13	Atividades realizadas como Agente Cívico.	Certificado de participação	30h	30h	30h

14	Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar.	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h
15	Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso.	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
16	Cursos ou atividades de extensão.	Certificado de participação	2h	20h	40h
17	Seminários, Semana Acadêmica e Congressos.	Certificado de participação	2h	20h	40h
18	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem	Certificado de participação	20H	100H	60H
	nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.				

19	Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line.	Certificado de participação	2	20	40

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 h.

3.1 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente.

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de

extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para ofertar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

3.2 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

3.3 Ao Coordenador do Curso compete:

- I. Coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;
- I. Avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;
- II. Supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;

- III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.
- IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;
- V. Informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

3.4 Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

- ✓ A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- ✓ O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.
- ✓

3.5 *Regulamento das Atividades Complementares – Em anexo.*

4.1 Trabalho de Conclusão de Curso

4.1.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

4.1.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

4.1.3 Forma de Apresentação do TCC

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

4.1.4 Forma de Orientação do TCC

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

4.1.5 Forma de Coordenação do TCC

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

4.1.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

4.1.7 Forma de Disponibilização dos TCC's em Repositórios Institucionais

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

4.1.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5. Política de apoio ao Discente:

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. As ações programadas de apoio ao discente oferecidas pelo GRUPO IME/FAMETRO, também se expandem para atender as mantidas e outras IES que fazem parte do grupo.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- ✓ PAD – Programa de Apoio ao Discente,
- ✓ PROACESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;

Programa Municipal: Bolsa Universidade

Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

5.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

5.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão.

O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

5.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)*, publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no

campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- ✓ Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- ✓ Adequação nos mobiliários e equipamentos;
- ✓ Adequação de objetivos;
- ✓ Adequação de conteúdos;
- ✓ Adequação de métodos e didática;
- ✓ Adequação nas avaliações;
- ✓ Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- ✓ Altas habilidades e superdotação;
- ✓ Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- ✓ Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- ✓ Transtornos globais;
- ✓ Alterações orgânicas como insuficiências.
- ✓ Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,
- ✓ Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;

- ✓ Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- ✓ Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- ✓ Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- ✓ Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- ✓ Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- ✓ Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- ✓ Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- ✓ Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

5.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

5.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

5.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso

correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

5.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto. A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

5.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

5.9 Ações Inovadoras

5.9.1 Workshop de Empregabilidade; Escola de Empreendedores e Escola de Líderes.

O Workshop de Empregabilidade é um evento institucional, promovido pelo NADI, para potencializar o processo de inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho, estreitando as relações entre as necessidades formativas para a futura empregabilidade e a formação adquirida. Este diálogo, contribui com a inserção e ampliação de novas competências nos currículos da graduação, fortalecendo a formação dos nossos alunos.

Já o Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da IES, o Programa será oferecido a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que têm o interesse em abrir seu próprio negócio.

As ações do Programa visam à educação empreendedora na universidade que surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que

é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar empreendedores. “Esse projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela IES.

A IES, através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação dessas capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional. Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da IES pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

No que compete a Escola de Líderes, é um espaço de formação de novas lideranças e está voltado principalmente para os representantes de turmas democraticamente eleitos. Por meio de oficinas pedagógicas e workshops os professores do Curso de Administração e de outros Cursos de Gestão abordando temas voltados ao protagonismo juvenil, mediação de conflitos, as competências e habilidades de líderes; *softs skills*, dentre outros temas.

A Escola de Líderes e a Escola de Empreendedores são projetos de caráter contínuo, ofertados a todos os alunos tanto na modalidade presencial e à distância. O Workshop de Empregabilidade ocorre sempre ao final do semestre letivo e é parte integrante do calendário oficial da instituição.

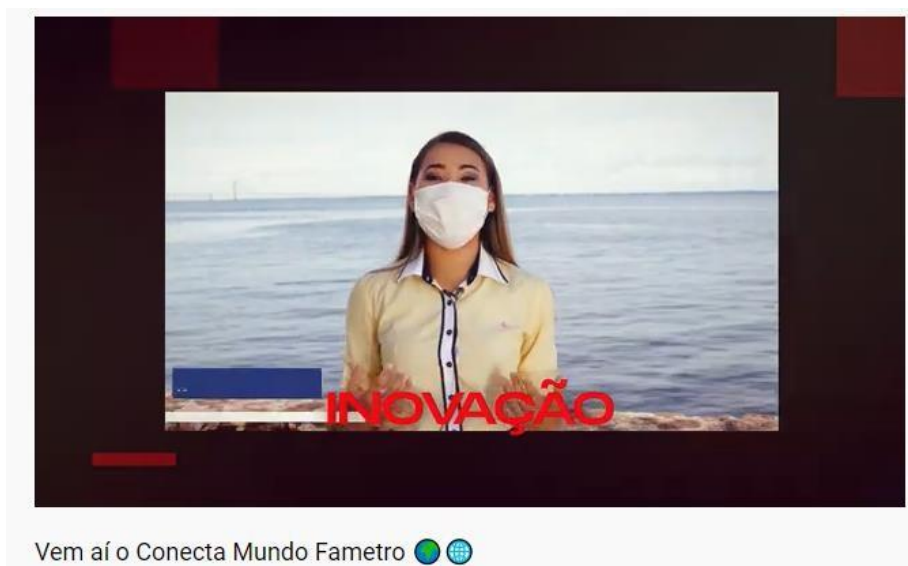
5.9.1.2 Conecta Mundo FAMETRO- GRUPO IME

Programa multimídia destinado a divulgação de todas as atividades inovadoras realizadas pelas mantidas e IES que fazem parte do GRUPO IME/FAMETRO, com a gravação de vídeos para as redes sociais com a intenção de demonstrar a comunidade externa o trabalho pedagógico realizado nas salas de aulas e demais espaços institucionais, valorizando boas práticas pedagógicas, atuando como ação de estímulo a

adoção de práticas inovadoras e articuladoras entre teoria e prática, ressaltando as ações de extensão, pesquisa e inovação no âmbito da IES. Projeto de fluxo contínuo voltado para os cursos na modalidade presencial e a distância.



Posicione a câmera do seu celular para assistir o vídeo na íntegra.



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



#Conectafametro #Fametro
Conecta Mundo Educação Física



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



ECOTURISMO - UMA OPÇÃO SUSTENTÁVEL | CONECTA MUNDO FAMETRO



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.

5.9.2 Workshop de Empregabilidade

5.9.3 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutorados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

5.10 Gestão do curso e as ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

- a) Conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;
- b) Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores;
- c) Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;
- d) Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- ✓ Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- ✓ Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- ✓ Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- ✓ Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a

veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;

- ✓ Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- ✓ Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação *in loco* e no ENADE.

5.10.1 Objetivos do Processo de Autoavaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

- ✓ Promover a Cultura da autoavaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

- ✓ Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- ✓ Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- ✓ Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

5.10.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de autoavaliação é assumido dentro de duas dimensões:

- a) A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e

da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

b) A segunda se define como avaliação interna, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam o determinante macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- 1ª Missão Institucional
- 2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- 3ª Responsabilidade Social
- 4ª A Comunicação com a Sociedade
- 5ª Política de Pessoal
- 6ª Gestão Institucional
- 7ª Infraestrutura
- 8ª Planejamento e Avaliação
- 9ª Atendimento ao Estudante
- 10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

- 1.1 Políticas de Pessoal;
- 1.2 Organização e Gestão da Instituição;
- 1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

- 2.1 Melhorias das Instalações Físicas;
- 2.2 Equipamentos; Máquinas;
- 2.3 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

- 3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;
- 3.2 Ações de Estimulo a Extensão;
- 3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;
- 3.4 Ações de Apoio ao Discente;
- 3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

- ✓ Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a

mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

- ✓ Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a autoavaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.
- ✓ Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blogs dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.
- ✓ Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.
- ✓ Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa

implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

5.10.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso receberá o resultado da autoavaliação de curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação. O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

- ✓ **Introdução** - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.
- ✓ **Metodologia** - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.
- ✓ **Desenvolvimento** - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.
- ✓ **Análise dos dados e das informações** - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.
- ✓ Ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão

acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

5.10.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- ✓ Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de



habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares. Uma das mais significativas e importantes ações de solidariedade desenvolvidas pelo GRUPO IME/FAMETRO é o Natal Solidário, campanha desenvolvida institucionalmente por todos os cursos em todas as mantidas e instituições pertencentes.

- ✓ Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode

ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- ✓ Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.
- ✓ Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- ✓ Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- ✓ Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

- ✓ Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- ✓ Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- ✓ Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- ✓ Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

5.10.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso. Após receber os resultados da autoavaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.1. Políticas de Pessoal

1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas

2.2 Equipamentos; Máquinas

2.3 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

5.10.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica

A divulgação dos resultados da autoavaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados.

Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas. A exemplo das demais IES do Grupo, os resultados da **Faculdade Amazonas** também terão ampla divulgação externa pelas redes sociais.



Evidências de Divulgação: <https://www.youtube.com/watch?v=xghVIKzzYUs>
<https://www.youtube.com/watch?v=sMRRwz0btTo>

5.11 Atividades de tutoria

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais (tecnológicos).

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto os tutores EaD colaboram com as discussões no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes. As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento

permanente, auxiliado por meio de encontros mediados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

- ✓ Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;
- ✓ Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;
- ✓ Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (*web* conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- ✓ Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- ✓ Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- ✓ Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- ✓ Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;
- ✓ Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- ✓ Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- ✓ Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

- ✓ Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;
- ✓ Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico;
- ✓ Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;
- ✓ Aplicar as avaliações presenciais;
- ✓ Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

5.11.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação *online* fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados e preparar-se para atuar conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

5.11.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes.

As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídia fazem-se presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a todos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

Deve ainda favorecer um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o propositor de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir aproximando-se cada vez mais de um nível mais elevado de aculturação.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

5.11.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional é necessário a este conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- ✓ Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- ✓ Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- ✓ Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- ✓ Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas

atividades na tutoria. Na tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar. O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos *E-books* respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predominam a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação. O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se, portanto, de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo

revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

5.11.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação às vídeo conferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação. Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do *Analytics* que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

5.11.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes.

Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento individual dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma.

Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

5.11.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

5.12 Conhecimentos, habilidades e atitudes dos tutores

5.12.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhadas ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas no Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulações em programas de Pós-graduação. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- ✓ Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- ✓ Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- ✓ Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- ✓ Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada pelo NEAD.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores serão

incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

5.12.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores. São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2021	2022
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	X
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X

	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	X
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	X
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X
	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.	X	X
	Promover Formação específica para criação de vídeo e audioaulas por meio digital.	X	X
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.	X	X

5.12.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

5.13 Tecnologias de informação e comunicação (tic) no processo ensino aprendizagem

5.13.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar

sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

5.13.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o acesso a todas as pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Instituição de Ensino, o Moodle possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

5.13.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornando possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adequa ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

5.13.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvida e trocar informações e experiências.

5.14 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

5.14.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object -Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- ✓ Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- ✓ Adequado para aulas on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- ✓ Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;

- ✓ Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- ✓ Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);
- ✓ A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- ✓ Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;
- ✓ Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;
- ✓ A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

5.14.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizado por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

- ✓ CHAT de suporte;
- ✓ CHAT de tutoria;
- ✓ VIDEOAULA Live com canal de retorno;

Avaliação online: Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

- ✓ Fóruns de curso;
- ✓ Fóruns de temas;
- ✓ Questionários online;
- ✓ Videoaula.

5.14.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle*, é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA.

A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

5.15 Material didático institucional

5.15.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeoaulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais

instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCN's e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso, e disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem específicas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES. Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

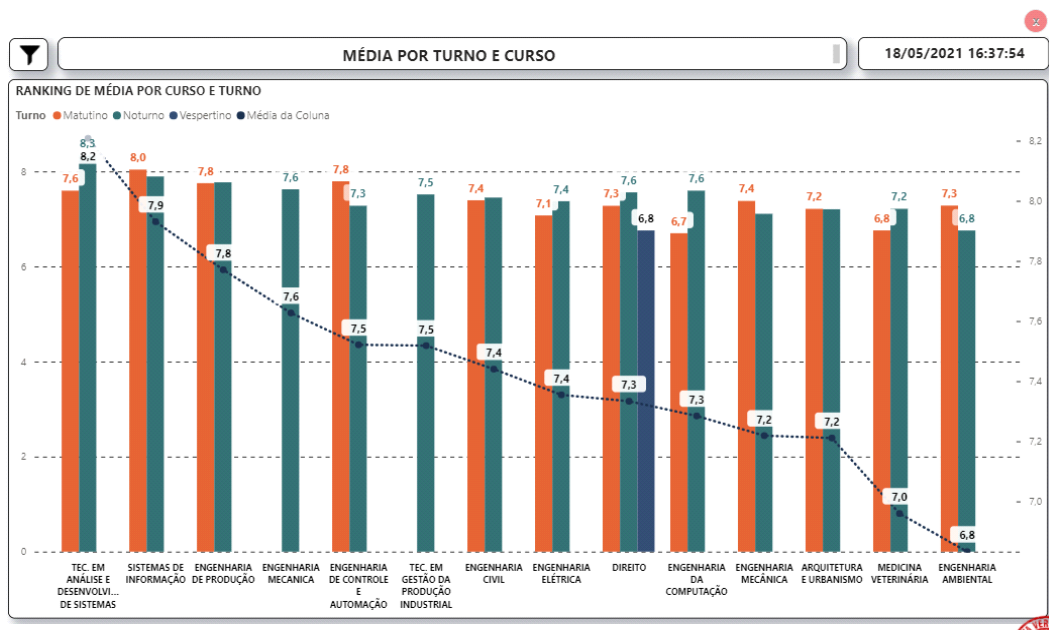
Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores.

Após aprovação os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

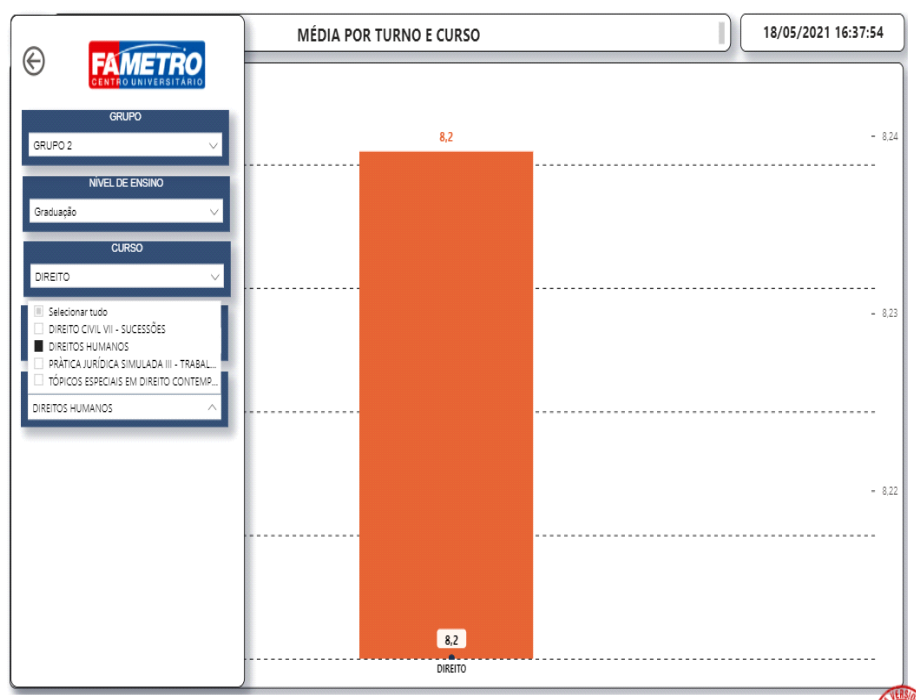
5.16 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

5.16.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços da Fametro, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do colegiado de curso.



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso



Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao *input* de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências preditas no Projeto Pedagógico de Curso.

2021/1 - (SEDE)TG-GAST211M01-02 - TÉCNICAS CULINÁRIAS I

Participantes

Emblemas

Competências

Notas

MATERIAL DE APOIO

VIDEOCONFERÊNCIA

ATIVIDADES

AVALIAÇÕES

Panel

Página inicial do site

Calendário

Arquivos privados

Meus cursos

2021/1 - (SEDE)TG-GAST211M01-02 - TÉCNICAS CULINÁRIAS I / AVALIAÇÕES / AVALIAÇÃO N1 / Visualização prévia

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão 1

Ainda não respondida

Valia 1,00 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão

Os equipamentos são classificados como: equipamento de preparação, equipamentos de conservação e equipamentos de cocção, cada um com uma especificidade maneira diferente de trabalho, trazendo inúmeros benefícios a quem os utiliza.

A partir das informações apresentadas marque a alternativa correta que fala sobre os equipamentos de preparação?

Escolha uma opção:

☐ a. Os moedores existentes no mercado são bastante diversificados, para uso doméstico e para uso profissional, são utilizados não só para moer carnes, mas também para preparar caftas e até embutidos.

☐ b. Os liquidificadores para uso profissional são versáteis e nos possibilita bater pequenas quantidades de alimentos com mais precisão.

☐ c. As laminadoras estão em alta no mercado gastronômico uma vez que seu poder de extração de carocós é muito eficaz no processo de produção de carpaccio.

☐ d. A serra profissional é muito utilizada para a preparação de ensopados com osso.

☐ e. O cilindro existe de duas formas, para uso doméstico e profissional, sendo que o doméstico é utilizado por padarias por ser mais prático.

Navegação do questionário

1 2 3 4 5 6 7 8

Finalizar tentativa ..

Iniciar nova visualização

5.16.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto, o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- ✓ Determine uma periodicidade.
- ✓ Liste seus pontos fortes e fracos.
- ✓ Identifique como você reflete os pontos fortes listados.
- ✓ Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- ✓ Compreenda seus pontos fracos.
- ✓ Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- ✓ Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado as práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura. Do mesmo modo do presencial, a avaliação se dará de maneira diagnóstica; formativa e somativa.

5 Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular em EAD o aluno que obtiver:

- ✓ Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado. A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M (N1 + N2) + PF}{2} \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e N2 = nota

PF = Prova Final

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

5.16.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa. Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e análise dos resultados dos métodos avaliativos

garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico.

5.16.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

5.17 Número de vagas e formas de acesso ao curso

5.17.1 Número de Vagas Pleiteado

Matutino	Vespertino	Noturno
70 vagas	-	80 vagas

5.17.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Em acordo com o instrumento de avaliação para atos autorizativos o número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente além de considerar as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa. Neste sentido, é importante destacar que o número de vagas solicitado

pela IES, se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber: Cenário loco-regional da demanda e evolução da tecnologia na Região.

O Estado do Amazonas é um estado com características geográficas bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas. Entre as regiões brasileiras, a Região Norte é a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, extensa, variada e densa floresta, um importante ecossistema para o planeta. O Estado também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão e a presença de vasta quantidade de água caracteriza o estado por uma grande população ribeirinha, o trânsito de pessoas, materiais e serviços, à região é feito por via fluvial ou aérea. Ainda assim, o Estado do Amazonas apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado do Amazonas é de 0,6 a 0,7 que caracteriza um avanço em seu desenvolvimento (BRASIL, 2011a). A capital do estado é naturalmente, pelo cenário apresentado, o local para onde convergem demandas no crescimento da tecnologia da informação, a cidade contribui com 79% do PIB do Estado do Amazonas, se constituindo no centro de referência dos serviços de educação, saúde e tecnologia do Estado.

O avanço da área tecnologia se dá também pelo crescimento da Zona Franca de Manaus, que é um polo industrial voltado para a atração de fábricas, com o intuito de promover uma maior integração territorial regional e gerar empregos. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Manaus oferece atualmente 500 vagas para especialistas em TI e, até 2024, são esperadas 150 mil novas oportunidades em todo o país. Com o aumento dos padrões de trabalho de home office, o mercado de profissionais da tecnologia da informação, cresceu e se tornou mais necessário devido à pandemia. Segundo dados da Associação do Polo Digital de Manaus (APDM), há 8.500 trabalhadores na área de tecnologia da informação (TI) em Manaus. O resultado corresponde ao início de maio de 2021, o que, segundo representantes do departamento, indica que o setor está emergindo na capital.

O Polo Industrial de Manaus (PIM) faturou 87 bilhões de reais ao final do primeiro trimestre de 2020. Segundo dados da Zona Franca de Manaus (Suframa), o aumento nominal em relação ao mesmo período do ano passado foi de 7,4%. Com o advento da Indústria 4.0 (interligando digitalmente os sistemas e departamentos da empresa), é mais do que nunca necessário contratar mão de obra qualificada para atuar em cada vez mais empresas de tecnologia. A abertura de empregos não representa um alento para os 12,9 milhões de desempregados do país (os números são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE). De acordo com levantamento da Federação Nacional da Indústria (CNI), cinco em cada dez indústrias no Brasil têm dificuldade de recrutamento porque os candidatos não

possuem as qualificações exigidas. O setor tecnológico enfrenta situação ainda mais aguda. Como o trabalhador desta área deve apresentar um elevado nível de aprofundamento, será necessário rever cursos e grades curriculares para que os estudantes aprendam as habilidades para as quais o mercado está disposto a pagar. A região metropolitana, formada por 8 municípios (incluindo Manacapuru), e sua área é de 101.474 km² se constituindo como a maior área metropolitana brasileira. É superior à área de alguns estados brasileiros como Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro. A metrópole sozinha, representa 60% da população do estado do Amazonas e cerca de 14,4% da população de toda a Região Norte do Brasil. São inúmeros os desafios que se apresentam para os profissionais da área de tecnologia da informação, numa região marcada por desigualdades sociais e de tamanha diversidade no campo da natureza e da sociedade. A Suframa (2021) desenvolveu um projeto para transformar Manacapuru na primeira cidade inteligente da Amazonia, o projeto piloto tem a participação do conselho regional de administração do Amazonas (CRA-AM). O projeto tem como finalidade em apoiar a promoção de padrões de desenvolvimento urbano sustentável. O crescimento de qualquer cidade, está ligado diretamente com o crescimento de tecnologia na região.

A pandemia acelerou o crescimento digital no Brasil, o que para muitas empresas foi motivo de preocupação, pois, falta mão de obra qualificada. Em 2019 a Associação da Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais a falta de 24 mil profissionais de TI. De acordo com os dados o número de formandos chegou em 46 mil por ano, mas a demanda é muito superior, estima-se que entre 2019 e 2024 seria necessário, 70 mil profissionais qualificado por ano, essa demanda teve um aumento significativo durante a pandemia covid-19. Manacapuru é uma cidade próxima da capital do Estado, por esse motivo é uma cidade que é beneficiada pelo crescimento da capital do estado, esse é dos fatores que fazem com que estudantes façam o traslado diariamente para capital em buscar de estudos no nível superior, em busca do sonho de melhorias de vida através dos estudos.

Diante de todo esse contexto o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas da IES foi consolidado atendendo as exigências das DCN's e as necessidades tecnológicas do mundo de trabalho atual. Trata-se de um proposta fundamentada em um modelo metodológico, baseado em metodologias ativas, na permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na inserção precoce do profissional nos cenários de prática simulados e reais, proporcionado pelas aulas práticas dos componentes curriculares, em um modelo de avaliação de aprendizagem que de fato promove a avaliação diagnóstica e formativa, e por fim, pela inserção de novas propostas de componentes curriculares que se pretendem pensar, a inovação, a pesquisa na área de tecnologia da informação, além é claro de uma infraestrutura diferenciada, número de alunos limitado por turma - o que permite maior

interação professor-aluno - além de todo o suporte do Programa de Atendimento ao Discente já apresentado neste projeto. Este conjunto de diferenciais, aliado a um corpo docente altamente qualificado, com experiência docente e profissional fora do magistério, em quantidade proporcional ao número de alunos, garantirá uma formação com aspectos distintos do que se observa no cenário educacional local.

5.17.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo. O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

Processo Seletivo;

- ✓ Transferência;
- ✓ Transferência ex officio
- ✓ Portador de Diploma de Curso Superior;
- ✓ Reopção;
- ✓ ENEM.

5.17.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

A seleção, aberta por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio. A média

final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior. O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

5.17.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

- ✓ A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:
- ✓ Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- ✓ Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- ✓ Regime ou critério de aprovação.

5.17.6 Transferência ex officio

A Transferência *ex officio* a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

- a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);
- b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)

- c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)
- d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)
- e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;
- f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)
- g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FAMETRO já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada. A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a). A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

5.17.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

- ✓ Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- ✓ Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- ✓ Regime ou critério de aprovação

5.17.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da IES, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de reopção são:

- ✓ Existência de vaga no curso pretendido;
- ✓ Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
- ✓ Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

5.17.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

5.17.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a IES.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior. A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga. A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior;

IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI - Uma foto 3/4.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível

superior. A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

5.18 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (Licenciaturas)

5.18.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.18.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.18.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.18.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.18.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.19 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde – SUS

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.19.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.19.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.20 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.20.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.20.2 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

1.20.3 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.20.4 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

5.20.5 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

6 - DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

6.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O Núcleo Docente Estruturante deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE:

- ✓ Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo
- ✓ Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- ✓ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias. As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação, por fim o NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

6.1.2 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

6.1.3 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

6.1.4 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso.

6.2 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NeaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NeaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NeaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com *status* de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- ✓ 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;
- ✓ 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão;
- ✓ Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- ✓ Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- ✓ 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos;
- ✓ 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- ✓ Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;
- ✓ Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NeaD;
- ✓ Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- ✓ Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- ✓ Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- ✓ Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NeaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- ✓ 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- ✓ 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- ✓ 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.
- ✓ Tem como atribuições:
- ✓ Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- ✓ Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- ✓ Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

- ✓ Produzir recursos para as videoaulas;
- ✓ Gerenciar demandas relativas às videoaulas;
- ✓ Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- ✓ Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- ✓ Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- ✓ Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;
- ✓ Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;

- ✓ Acompanhar gravações;
- ✓ Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- ✓ Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e
- ✓ Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Coordenação de Produção

Tem como atribuições:

Ser responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Produzir recursos para as videoaulas;

Gerenciar demandas relativas às videoaulas;

Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;

Produzir locais para gravações externas e entrevistas;

Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.

Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;

Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;

Acompanhar gravações;

Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;

Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e

Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SeaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Composição:

- ✓ 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- ✓ 01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- ✓ 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;

- ✓ 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

6.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados

A equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação a Distância desta IES, tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição. Ressalta-se que não existe um modelo único de equipe multidisciplinar. Em regra, essas se adequam às demandas dos cursos criados em cada IES e nessa perspectiva a equipe multidisciplinar do NEaD não se afasta dessa realidade.

O principal documento que serve de embasamento para a elaboração deste documento é o Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância, instituído pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em 2007, que aponta que na “(...) educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade” (2007, p. 19).

Entretanto, esse mesmo documento indica que, independentemente da configuração do modelo de equipe multidisciplinar, essa deverá ter como funções o planejamento, a implementação e a gestão dos cursos à distância (2007)⁴. A equipe multidisciplinar do NEaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição.

Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar, com o fito de elaborar o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, conforme o modelo abaixo:

AÇÃO	OBJETIVO	META	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	MONITORAMENTO

Direcionamento

- Produção de Material Didático
- Capacitação Docente
- Capacitação Tutorial
- Acolhimento de estudantes
- Interface polos de apoio
- Suporte
- Novos cursos
- Inovação

Este documento pretende definir as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com o que está previsto nas resoluções do Conselho Superior e nos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs.

6.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados.

A Equipe Multidisciplinar tem um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico no processo de Educação à Distância, pois os desafios complexos inerentes à modalidade demandam um conjunto de saberes e expertises que só podem ser levados a cabo com sucesso, mediante” um conjunto estruturado de funções, desenvolvidas por profissionais de diferentes backgrounds”.

Sendo assim, são atribuições da equipe multidisciplinar:

- ✓ Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- ✓ Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;

- ✓ Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- ✓ Assegurar a distribuição do material didático no AVA;
- ✓ Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- ✓ Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- ✓ Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- ✓ Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- ✓ Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- ✓ Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- ✓ Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- ✓ Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- ✓ Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- ✓ Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- ✓ Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

7.1 Regime de trabalho do coordenador do curso

7.1.2 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 34h de Coordenação
- 03h de Núcleo Docente Estruturante
- 03h de sala de aula.

7.1.3 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência. A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- ✓ Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- ✓ Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- ✓ Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- ✓ Operar novas tecnologias;
- ✓ Avaliar o trabalho dos docentes
- ✓ Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- ✓ Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- ✓ Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- ✓ Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo. No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

7.1.4 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador de curso, dentro das suas atribuições e de acordo com o regime de trabalho no qual atua, possui dentro da sua organização de trabalho, a disponibilidade necessária para dar suporte e atendimento aos seus discentes. Sua atuação é voltada para a formação dos discentes em relação a importância da modalidade em EAD relacionada à sua formação profissional e acadêmica, quanto aos conhecimentos do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para o esclarecimento de dúvidas voltadas ao componente curricular em estudo.

Para que sua atuação seja eficaz, possui amplo conhecimento sobre a modalidade de EAD e conta com a participação dos docentes em momentos destinados à sua atuação. Essa parceria é de grande importância, uma vez que estes são os especialistas nos componentes curriculares e após também ter passado por formação, estão aptos a junto com os tutores, atuar como construtores e mediadores da aprendizagem.

Esse elo entre a coordenação do curso e seu corpo de professores e de tutores é o que permite que o aluno por meio da modalidade e do componente curricular em estudo, tenha segurança em relação à sua aprendizagem e veja no seu coordenador, o suporte necessário para que seu desenvolvimento e sua relação com o corpo docente e de tutores, ocorra sem dificuldades. Toda a atuação da coordenação está pautada no PCC do curso e nas suas atribuições enquanto coordenador.

7.1.5 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

7.1.6 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
- ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as

temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feito projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

- vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- viii) Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

7.1.7 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilite a clara avaliação do desempenho do coordenador.

A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		

Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:		
PARECER	LEGENDA	
1	Discordo totalmente	
2	Discordo parcialmente	
3	Não concordo, nem discordo	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição

8.1 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação da IES, se encontra ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano

acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

8.1.2 Corpo docente

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino. A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

- I. Doutores;
- II. Mestres;
- III. Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho. O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- ✓ Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- ✓ Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- ✓ Entrevista com o candidato;
- ✓ Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

8.1.3 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- ✓ Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

- ✓ Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- ✓ Entrevista com o candidato;
- ✓ Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo. E o Relatório de Estudo Docente estará disponível na documentação apresentada para a visita in loco.

8.1.4 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação o nosso quadro de docentes analisam as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional.

8.2 Regime de trabalho do corpo docente

8.2.1 Relação do Corpo Docente com o Respetivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios serão enviados para comprovação no momento da visita in loco.

8.2.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. E os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

8.3 Experiência profissional do docente

8.3.1 *Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.*

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue nos anexos, a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

8.3.2 *Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.*

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional.

9.1 Experiência no exercício da docência na educação básica

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

9.1.1 *Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente*

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

10.1 Experiência profissional do docente na docência superior

10.2 *Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior*

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem. A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo.

11.1 Experiência no exercício da docência na educação a distância

11.2 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de sua práxis educativa. Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos.

Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se deparar com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciado na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva. As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos

serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

(...) compreende-se melhor a função docente do professor, “colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos”.

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes. Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. “O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto”. Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-los na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude

do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser “[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimento necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva “[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também

para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida”. Na documentação que estará disponível na avaliação in loco estará a disposição a documentação comprobatória experiência do corpo docente na educação à distância.

12.1 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

12.2 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover:

- ✓ Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.
- ✓ Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.
- ✓ Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- ✓ Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.
- ✓ Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.
- ✓ Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.

- ✓ Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD
- ✓ Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.
- ✓ Promover Formação específica por meio digital.
- ✓ Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com Docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares. Nos documentos complementares dispostos para a visita in loco, estará disposto a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

13.1 Atuação do colegiado de curso

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso. O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- ✓ Coordenador, que o preside;
- ✓ Corpo docente do curso;
- ✓ Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;

- ✓ Acompanhar os resultados da autoavaliação do curso realizado pela CPA;
- ✓ Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- ✓ Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- ✓ Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário.

Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

13.2 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- ✓ Coordenador, que o preside;
- ✓ Corpo docente do curso;
- ✓ Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- II. Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- III. Acompanhar os resultados da autoavaliação do curso realizado pela CPA;
- IV. Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- V. Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo

presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

13.3 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

13.4 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

14.1 Titulação e formação do corpo de tutores presenciais e tutores a distância

14.2 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta para o momento da visita os documentos comprobatórios em relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

15.1 Experiência do corpo de tutores

15.2 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo, a relação das experiências dos tutores a distância e seu desempenho na identificação de dificuldades de aprendizagem.

16.1 Interação entre tutores, docentes e coordenador de curso

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCN's do curso.

As tutorias *online* e as tutorias presenciais têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCN's do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma *online* e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

16.2 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do *meet* e do *jitsi*. Entretanto, para otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores, a solução adotada foi a criação no *Moodle* de uma sala chamada “Sala Multidisciplinar”. Nesta sala estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica, tutores presenciais e de tutores EaD. Com base na atuação dos tutores na Sala Multidisciplinar, através da criação de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos tutores presenciais e a distância, conseguem ser identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Na Sala Multidisciplinar são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros. A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir o alinhamento das informações, estabelecer um fluxo de comunicação e acompanhar as etapas do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

16.3 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos

com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente. Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

17.1 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

17.2 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta no momento da visita in loco, as comprovações das respectivas produções.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

18.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

19.1 Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

20.1 Sala coletiva de professores

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

21.1 Salas de aula

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos à disposição.

22.1 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Laboratório de Informática

Equipamento	Quant.
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1
Carrinho de transporte	1
Notebook Positivo Master N170I	45
Suporte para notebook em madeira	45
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1

23.1 Bibliografia básica por unidade curricular

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES. Para os alunos da Faculdade Amazonas e demais IES e mantidas do GRUPO IME/FAMETRO está à disposição acervo digital das bibliotecas digitais PEARSONS; SARAIVA; GRUPO A

24.1 Bibliografia complementar por unidade curricular

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponíveis, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca. Para os alunos da Faculdade Amazonas e demais IES e mantidas do GRUPO IME/FAMETRO está à disposição acervo digital das bibliotecas digitais PEARSONS; SARAIVA; GRUPO A

Periódicos online

1. Journal of the Brazilian Computer society (Sociedade Brasileira de Computação)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-6500&lng=pt&nrm=iso
2. RBCA - Revista Brasileira de Computação Aplicada
<http://seer.upf.br/index.php/rbca/issue/archive>
3. RITA - Revista de Informática Teórica e Aplicada
<http://seer.ufrgs.br/rita>
4. Revista SQL Magazine
<http://www.devmedia.com.br/revista-sql-magazine>
5. Revista Java Magazine
<http://www.devmedia.com.br/revista-java-magazine>
6. iSys – Revista Brasileira De Sistemas de Informação (UNIRIO)
<http://www.seer.unirio.br/index.php/isys>
7. ICCEEG - Revista Jr. de Iniciação Científica em Ciências Exatas e Engenharia
<http://www.icceeg.c3.furg.br/>

8. Revista Nacional de Tecnologia
<http://www.revistati.com.br/rnti/home>
 9. Revista Información Tecnológica (Centro de Información Tecnológica)
http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=0718-0764&nrm=iso&rep=&lng=pt
 10. SBC Journal on Interactive Systems (Brazilian Computer Society)
<https://seer.ufrgs.br/jis>
 11. Revista Sistemas de Informação (Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora)
<http://www.fsma.edu.br/si/sistemas.html>
 12. REIC - Revista Eletrônica de Iniciação Científica em Computação
<https://seer.ufrgs.br/reic>
 13. Revista BR
<https://www.nic.br/publicacoes/indice/periodicos/>
 14. Revista Programar
<https://www.revista-programar.info/edicoes/>
 15. Computer and Information Science
<https://ccsenet.org/journal/index.php/cis/index>
 16. Computer Science and Information Systems
<http://www.comsis.org/>
 17. Automática (Oxford)
<https://www.sciencedirect.com/journal/automatica>
 18. RESI – Revista Eletrônica de Sistema de Informação
<http://www.spell.org.br/periodicos/ver/59/revista-eletronica-de-sistemas-de-informacao>
 19. Revista Computação Brasil da Sociedade Brasileira de Computação
<https://www.sbc.org.br/publicacoes-2/298-computacao-brasil>
 20. Revista Tecnologias em Projeção
<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao4>
- BIBLIOTECA DIGITAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO**
<https://sol.sbc.org.br/index.php/indice>
- PORTCOM – Portal de Livre Acesso à produção em Ciências da Comunicação**
<http://www.portcom.intercom.org.br/index.php>

25.1 Laboratórios didáticos de formação básica

25.2 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

LABORATÓRIO BÁSICOS DO CURSO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA OS 1ª ANO DO CURSO
Laboratório de Informática

25.3 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

OBJETIVOS.

Os Laboratórios de Informática da FA foram projetados para atender as necessidades de todos os cursos de Análise e Desenvolvimento de sistemas, o ambiente é utilizado para fazer a transposição didática dos conteúdos que necessitem de softwares específicos ou uso de Internet para o desenvolvimento das aulas práticas.

DO REGULAMENTO E SUA APLICAÇÃO

- O presente documento contém as normas que regem e orientam as condições de utilização dos Laboratórios de Informática.
- Ficam sujeitos a este regulamento todos os usuários dos Laboratórios de Informática.

DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO

- Os Laboratórios de Informática são vinculados a Coordenação de Ensino, que disciplinará suas utilizações de maneira que estejam sempre à disposição dos alunos e professores durante os horários de aulas dos cursos. Ao início de cada semestre letivo será elaborado um planejamento para o uso dos Laboratórios para cada disciplina.
- O acesso ao uso dos laboratórios de informática é feito através de agendamento e reservas;
- As requisições para instalação de novos softwares e recursos nos computadores dos laboratórios de informática deverão ser encaminhadas para a coordenação de ensino de Ensino, que consequentemente serão analisadas e efetuadas com prévio agendamento

dos técnicos. d. O docente que efetuou a reserva, ficará responsável pelo patrimônio durante o uso do mesmo.

e. Os usuários dos laboratórios de informática comprometem-se a utilizar os recursos exclusivamente para as atividades de ensino, pesquisa ou extensão. Espera-se que todos o cumpram as normas estabelecidas, para favorecer assim a coletividade e o aproveitamento máximo dos laboratórios para fins educacionais.

f. Não é permitido nenhuma forma de acesso não autorizado, como tentativas de fraudar autenticação de usuário ou segurança de qualquer servidor, rede ou conta. Isso inclui acesso aos dados não disponíveis para o usuário, conectar-se ao servidor ou conta cujo acesso não seja expressamente autorizado ao usuário ou colocar à prova a segurança de outras redes. g. Não são permitidas tentativas de interferir nos serviços de qualquer outro usuário, servidor ou rede. Isso inclui ataques e tentativas de provocar congestionamento em redes, tentativas deliberadas de sobrecarregar e/ou de “invadir” um servidor.

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um calendário de agendamento de aulas práticas, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma lista de solicitação do material da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o Termo de Responsabilidade 2 onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico com a presença do professor solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

- a. Os Laboratórios de Informática somente poderão ser utilizados para aulas, de acordo com o horário de atividades divulgado pela coordenação de Ensino, com o intuito de englobar as aulas regulares do curso.
- b. Em não havendo agendamento de aula para referido horário, assim, havendo disponibilidade do laboratório, o mesmo poderá ser utilizado para atividades externas às aulas regulares, como cursos de extensão e outras atividades habilitadas pelo Coordenação de Ensino.
- c. As aulas nos Laboratórios de Informática contarão obrigatoriamente com a presença de pelo menos um professor, ou na ausência deste, de um responsável designado pelo docente ou Coordenador da Coordenação de Ensino.

DAS PROIBIÇÕES

É expressamente proibido, exceto com a permissão do técnico de laboratório ou professor responsável:

1. Instalar e/ou desinstalar softwares;
2. Fazer download e/ou upload de qualquer tipo de arquivo não relacionado às atividades;
3. Alterar a configuração dos softwares ou hardwares instalados, bem como dos sistemas operacionais dos equipamentos;
4. Alterar os papéis de parede e temas dos sistemas operacionais;
5. Colocar os dedos na tela, ou objetos como, por exemplo: caneta, lápis, borracha, entre outros;
6. Acessar páginas de relacionamentos, de conteúdos impróprios, ou outras não relacionadas às atividades escolares;
7. Utilizar recursos de comunicação instantânea (WhatsApp, Telegram, Facebook, salas de bate-papo, entre outros) que não estejam previstos em atividades;
8. Violar os lacres/cadeados dos equipamentos;
9. Abrir, desmontar ou reconfigurar qualquer equipamento;
10. Danificar, riscar e/ou marcar de qualquer forma os equipamentos, mobília ou paredes;
11. Gravar CDs e/ou DVDs;
12. Trazer equipamentos particulares para utilização no laboratório, salvo netbook pessoal. No caso, o técnico de laboratório ou docente não se responsabilizará pelo suporte e equipamento caso o aluno opte por utilizar notebook ou netbook pessoal.
13. Retirar equipamentos;
14. Desenvolver e/ou disseminar vírus de computador nos equipamentos e rede;

15. Criar e/ou utilizar programas que tenham o objetivo de obter senhas ou outros dados pessoais de outros usuários;
16. Utilizar jogos individuais ou coletivos que não estejam previstos em atividades didático-pedagógicas;
17. Acessar páginas ou utilizar softwares com conteúdos pornográficos ou que possam ser considerados ilegais ou ofensivos à moral pessoal ou coletiva;
18. Fumar e/ou consumir ou portar qualquer tipo de alimento ou bebida;
19. Utilizar os equipamentos para fins pessoais e/ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas;
20. Desorganizar/redistribuir os objetos do laboratório;
21. Trocar os periféricos (mouse, teclado, monitor de vídeo, etc.) e/ou equipamentos de lugar;
22. Fazer transferências de arquivos extensos via Internet;
23. Desrespeitar ou agredir verbalmente outras pessoas e usar vocabulário de baixo calão;
24. Tornar públicos assuntos pessoais alheios e/ou conteúdo de correspondências eletrônicas particulares sem autorização;
25. Publicar e/ou enviar produto de trabalho de outras pessoas, violando os direitos autorais;
26. Utilizar os computadores para fins incompatíveis com as atividades da aula que está sendo ministrada, ou seja, navegar na Internet, fazer tarefa de outra disciplina, etc;
27. Utilizar aparelho celular que não seja atividade prevista em aula;
28. Utilizar fones de ouvido e fazer uso de aparelhos sonoros;
29. Alterar instalações elétricas (desligar computadores da tomada, desligar disjuntores, etc.);
30. Desconectar quaisquer cabos. Sejam eles elétricos, de rede, do monitor de vídeo, ou de periféricos (mouse e teclado).

DAS PENALIDADES

a. Os usuários que praticarem qualquer ação prevista no caput ou outra que resulte em danos aos Laboratórios de Informática estarão sujeitos às seguintes sanções.

Suspensão temporária do direito de uso dos Laboratórios de Informática;

Reposição dos equipamentos danificados ou retirados;

b. Caso o usuário tenha dúvida a respeito da permissão de realizar alguma atividade, deve consultar o técnico do laboratório ou o professor responsável. A falta de informação não é justificativa para má utilização dos equipamentos ou outro tipo de infração.

DAS BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO

Recomendações que constituem boas práticas de utilização dos Laboratórios de Informática:

1. Arquivos gravados pelo usuário em discos rígidos devem enviados para e-mail pessoal do aluno ao término da sessão diária de uso, pois, os discos rígidos poderão ser apagados sem prévio aviso;
2. Problemas e ocorrências estranhas observadas com quaisquer equipamentos devem ser imediatamente reportados ao professor-responsável ou ao técnico do Laboratório;
3. Zelar pela conservação dos computadores, cadeiras, mesas e demais equipamentos dos laboratórios de informática;
4. Ao término dos trabalhos, o professor responsável deve solicitar aos alunos que recolorem as cadeiras em seus devidos lugares, desligar os equipamentos corretamente, retornando-os à posição de origem, para conservar o ambiente organizado.

DO TÉCNICO DE LABORATÓRIO

Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumário:

- I. Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.
- II. Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.
- III. Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clínicas e de campo.
- IV. Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais.
- V. Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação.
- VI. Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos.
- VII. Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão.

- VIII. Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde).
- IX. Analisar materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso.
- X. Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde).
- XI. Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso.
- XII. Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
- XIII. Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição.
- XIV. Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa;
- XV. Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho;
- XVI. Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.

O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.

Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

26.1 Laboratórios didáticos de formação específica

26.2 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios específicos, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão

disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos da Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA OS 1ª ANO DO CURSO
Laboratório de Informática

26.3 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

OBJETIVOS.

Os Laboratórios de Informática da FA foram projetados para atender as necessidades de todos os cursos de Análise e Desenvolvimento de sistemas, o ambiente é utilizado para fazer a transposição didática dos conteúdos que necessitem de softwares específicos ou uso de Internet para o desenvolvimento das aulas práticas.

DO REGULAMENTO E SUA APLICAÇÃO

- a. O presente documento contém as normas que regem e orientam as condições de utilização dos Laboratórios de Informática.
- b. Ficam sujeitos a este regulamento todos os usuários dos Laboratórios de Informática.

DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO

- a. Os Laboratórios de Informática são vinculados a Coordenação de Ensino, que disciplinará suas utilizações de maneira que estejam sempre à disposição dos alunos e professores durante os horários de aulas dos cursos. Ao início de cada semestre letivo será elaborado um planejamento para o uso dos Laboratórios para cada disciplina.

- b. O acesso ao uso dos laboratórios de informática é feito através de agendamento e reservas;
- c. - As requisições para instalação de novos softwares e recursos nos computadores dos laboratórios de informática deverão ser encaminhadas para a coordenação de ensino de Ensino, que conseqüentemente serão analisadas e efetuadas com prévio agendamento dos técnicos.
- d. O docente que efetuou a reserva, ficará responsável pelo patrimônio durante o uso do mesmo.
- e. Os usuários dos laboratórios de informática comprometem-se a utilizar os recursos exclusivamente para as atividades de ensino, pesquisa ou extensão. Espera-se que todos o cumpram as normas estabelecidas, para favorecer assim a coletividade e o aproveitamento máximo dos laboratórios para fins educacionais.
- f. Não é permitido nenhuma forma de acesso não autorizado, como tentativas de fraudar autenticação de usuário ou segurança de qualquer servidor, rede ou conta. Isso inclui acesso aos dados não disponíveis para o usuário, conectar-se ao servidor ou conta cujo acesso não seja expressamente autorizado ao usuário ou colocar à prova a segurança de outras redes.
- g. Não são permitidas tentativas de interferir nos serviços de qualquer outro usuário, servidor ou rede. Isso inclui ataques e tentativas de provocar congestionamento em redes, tentativas deliberadas de sobrecarregar e/ou de “invadir” um servidor.

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um calendário de agendamento de aulas práticas, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma lista de solicitação do material da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o Termo de Responsabilidade 2 onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico com a presença do professor solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório,

Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

- a. Os Laboratórios de Informática somente poderão ser utilizados para aulas, de acordo com o horário de atividades divulgado pela coordenação de Ensino, com o intuito de englobar as aulas regulares do curso.
- b. Em não havendo agendamento de aula para referido horário, assim, havendo disponibilidade do laboratório, o mesmo poderá ser utilizado para atividades externas às aulas regulares, como cursos de extensão e outras atividades habilitadas pelo Coordenação de Ensino.
- c. As aulas nos Laboratórios de Informática contarão obrigatoriamente com a presença de pelo menos um professor, ou na ausência deste, de um responsável designado pelo docente ou Coordenador da Coordenação de Ensino.

DAS PROIBIÇÕES

É expressamente proibido, exceto com a permissão do técnico de laboratório ou professor responsável:

1. Instalar e/ou desinstalar softwares;
2. Fazer download e/ou upload de qualquer tipo de arquivo não relacionado às atividades;
3. Alterar a configuração dos softwares ou hardwares instalados, bem como dos sistemas operacionais dos equipamentos;
4. Alterar os papéis de parede e temas dos sistemas operacionais;
5. Colocar os dedos na tela, ou objetos como, por exemplo: caneta, lápis, borracha, entre outros;
6. Acessar páginas de relacionamentos, de conteúdos impróprios, ou outras não relacionadas às atividades escolares;
7. Utilizar recursos de comunicação instantânea (WhatsApp, Telegram, Facebook, salas de bate-papo, entre outros) que não estejam previstos em atividades;
8. Violar os lacres/cadeados dos equipamentos;
9. Abrir, desmontar ou reconfigurar qualquer equipamento;
10. Danificar, riscar e/ou marcar de qualquer forma os equipamentos, mobília ou paredes;
11. Gravar CDs e/ou DVDs;

12. Trazer equipamentos particulares para utilização no laboratório, salvo netbook pessoal. No caso, o técnico de laboratório ou docente não se responsabilizará pelo suporte e equipamento caso o aluno opte por utilizar notebook ou netbook pessoal.
13. Retirar equipamentos;
14. Desenvolver e/ou disseminar vírus de computador nos equipamentos e rede;
15. Criar e/ou utilizar programas que tenham o objetivo de obter senhas ou outros dados pessoais de outros usuários;
16. Utilizar jogos individuais ou coletivos que não estejam previstos em atividades didático-pedagógicas;
17. Acessar páginas ou utilizar softwares com conteúdos pornográficos ou que possam ser considerados ilegais ou ofensivos à moral pessoal ou coletiva;
18. Fumar e/ou consumir ou portar qualquer tipo de alimento ou bebida;
19. Utilizar os equipamentos para fins pessoais e/ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas;
20. Desorganizar/redistribuir os objetos do laboratório;
21. Trocar os periféricos (mouse, teclado, monitor de vídeo, etc.) e/ou equipamentos de lugar;
22. Fazer transferências de arquivos extensos via Internet;
23. Desrespeitar ou agredir verbalmente outras pessoas e usar vocabulário de baixo calão;
24. Tornar públicos assuntos pessoais alheios e/ou conteúdo de correspondências eletrônicas particulares sem autorização;
25. Publicar e/ou enviar produto de trabalho de outras pessoas, violando os direitos autorais;
26. Utilizar os computadores para fins incompatíveis com as atividades da aula que está sendo ministrada, ou seja, navegar na Internet, fazer tarefa de outra disciplina, etc;
27. Utilizar aparelho celular que não seja atividade prevista em aula;
28. Utilizar fones de ouvido e fazer uso de aparelhos sonoros;
29. Alterar instalações elétricas (desligar computadores da tomada, desligar disjuntores, etc.);
30. Desconectar quaisquer cabos. Sejam eles elétricos, de rede, do monitor de vídeo, ou de periféricos (mouse e teclado)

DAS PENALIDADES

- a. Os usuários que praticarem qualquer ação prevista no caput ou outra que resulte em danos aos Laboratórios de Informática estarão sujeitos às seguintes sanções.

- ✓ Suspensão temporária do direito de uso dos Laboratórios de Informática;
- ✓ Reposição dos equipamentos danificados ou retirados;

b. Caso o usuário tenha dúvida a respeito da permissão de realizar alguma atividade, deve consultar o técnico do laboratório ou o professor responsável. A falta de informação não é justificativa para má utilização dos equipamentos ou outro tipo de infração.

DAS BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO

Recomendações que constituem boas práticas de utilização dos Laboratórios de Informática:

1. Arquivos gravados pelo usuário em discos rígidos devem enviados para e-mail pessoal do aluno ao término da sessão diária de uso, pois, os discos rígidos poderão ser apagados sem prévio aviso;
2. Problemas e ocorrências estranhas observadas com quaisquer equipamentos devem ser imediatamente reportados ao professor-responsável ou ao técnico do Laboratório;
3. Zelar pela conservação dos computadores, cadeiras, mesas e demais equipamentos dos laboratórios de informática;
4. Ao término dos trabalhos, o professor responsável deve solicitar aos alunos que recolorem as cadeiras em seus devidos lugares, desligar os equipamentos corretamente, retornando-os à posição de origem, para conservar o ambiente organizado.

DO TÉCNICO DE LABORATÓRIO

Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

6.2 Detalhada:

- a) atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.
- b) auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clínicas e de campo.
- c) auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais.
- d) realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação.

- e) receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos.
- f) desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão.
- g) preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde).
- h) analisar materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso.
- i) irregular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde).
- j) executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso.
- k) executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
- l) controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição.
- m) operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa.
- n) zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho.
- o) desempenhar outras atividades correlatas e afins.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento. Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.

- ✓ O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.
- ✓ Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

26.4 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fases do Curso

Os alunos do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema receberão apoio nas diversas fases de desenvolvimento de sua formação profissional futura. Podemos destacar, como suporte à formação e desenvolvimento de competências, o acesso a atividades curriculares complementares e atividades extracurriculares. Neste sentido, a capacitação do discentes deverá se dar em diferentes contextos educativos, com diferentes metodologias e variados suportes tecnológicos a fim de que seu perfil profissional seja plenamente alcançado.

27.1 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados

27.2 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

27.3 Sistema de Referência e Contrarreferência

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

27.4 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde

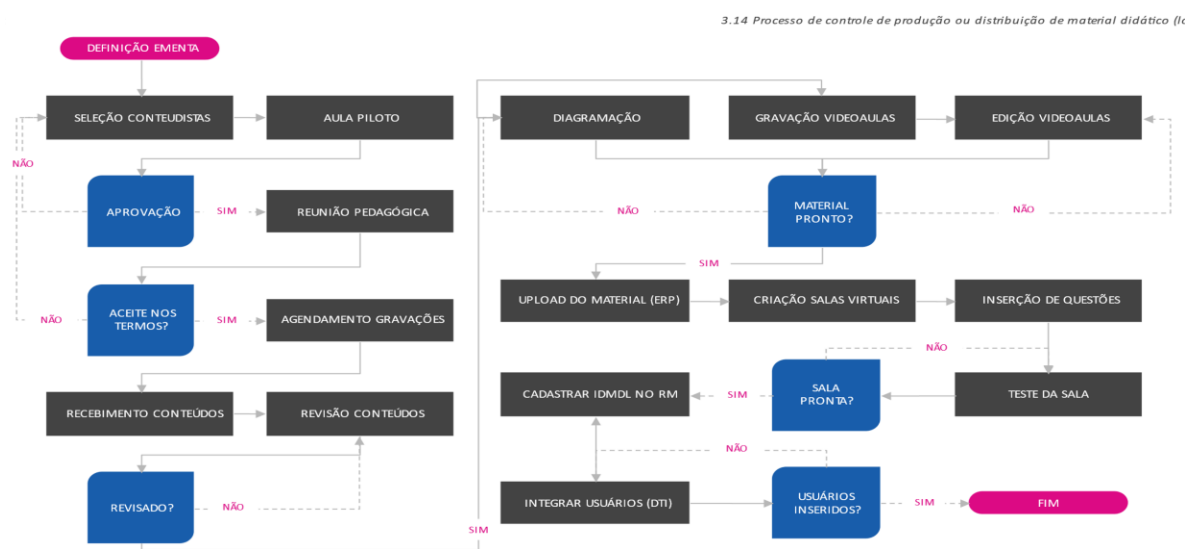
Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

28.1 Biotérios

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

29.1 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais, apresenta 21 etapas entre a concepção da ideia e a conclusão do trabalho, visualizado no diagrama a seguir:



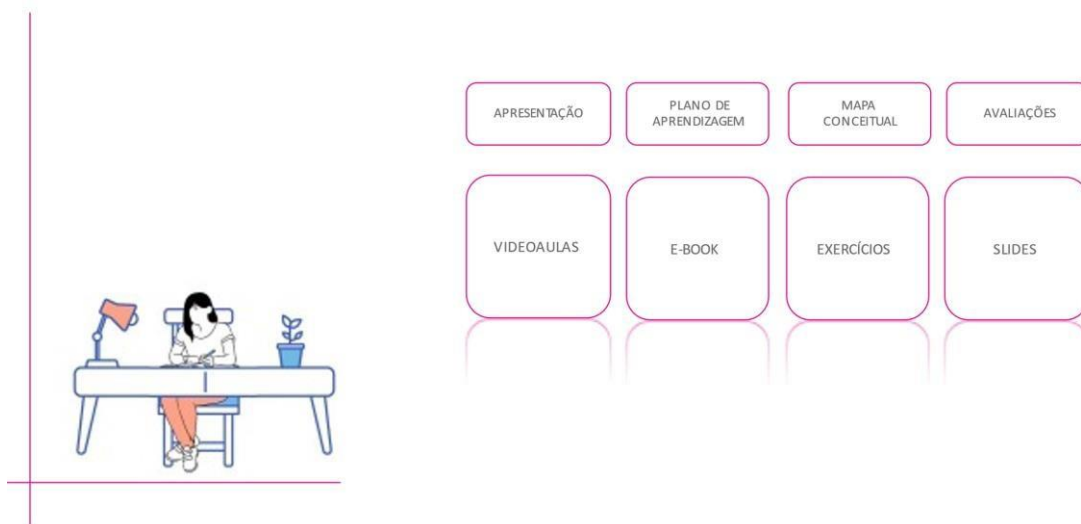
Material didático para uso na Modalidade de Educação à Distância

MATERIAL DIDÁTICO: Composição

1.18 Material didático

MATERIAL DIDÁTICO: Composição

1.18 Material didático



13

MATERIAL DIDÁTICO: *E-book: Transcrição*

1.18 Material didático



15

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para

realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicos reais

Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais.

Não se aplica.

Processo de Validação do Material didático pelo NEaD.

A produção de material didático na EaD é de grande importância para a efetiva aprendizagem do estudante e, para isso, exige alguns diferenciais em sua elaboração, aspectos que devem ser observados por todos os profissionais que integram o seu processo de produção.

O Núcleo de Educação à Distância (NeaD) da IES, é responsável pela concepção, gestão e avaliação de projetos em educação a distância, visando dar suporte pedagógico e tecnológico aos cursos presenciais e à distância oferecidos pela Instituição, através do desenvolvimento de tecnologia e mídias educacionais.

Equipe Multidisciplinar e a Produção de Materiais Didáticos

O Núcleo de Educação à Distância da IES, conta com uma equipe multidisciplinar responsável pelo planejamento, criatividade e produção de recursos didáticos voltados para a prática educativa, os quais, após finalizados, passam por um processo de validação, no qual observa-se especificidades de cada material produzido.

A equipe multidisciplinar da EaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as

quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Composição da Equipe Multidisciplinar do NeaD:

- ✓ COORDENADOR EAD
- ✓ COORDENADORA DE ENSINO
- ✓ ASSESSORIA ACADÊMICO / PEDAGÓGICA EAD
- ✓ COORDENADOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ✓ PROFESSORA REVISORA
- ✓ REVISORA DE TEXTOS
- ✓ PROFESSOR TUTOR EAD
- ✓ ASSISTENTE PEDAGOGICO
- ✓ ASSISTENTE DE PRODUÇÃO
- ✓ EDITOR DE IMAGEM
- ✓ EDITOR DE VIDEO
- ✓ DESIGNER MULTIMÍDIA
- ✓ ANALISTA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ✓ ANALISTA DE SUPORTE EAD
- ✓ DIAGRAMADOR
- ✓ ESTAGIÁRIO DE SISTEMAS
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SR
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ✓ ASSISTENTE DE SECRETARIA SR
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ✓ ANALISTA FINANCEIRO PLENO

São atribuições da Equipe Multidisciplinar do NEaD:

- ✓ Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- ✓ Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;

- ✓ Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- ✓ Produzir material didático e assegurar sua distribuição no AVA;
- ✓ Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização continua;
- ✓ Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- ✓ Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES
- ✓ Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- ✓ Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- ✓ Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- ✓ Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- ✓ Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- ✓ Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- ✓ Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD
- ✓ Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

Por conseguinte, para a produção de material didático foi criado um fluxograma para definição dos processos, com o objetivo de otimização destes e estabelecimento de imediato, das estratégias necessárias para assegurar o processo de produção com a qualidade almejada pela IES. (anexo 1).

Validação de materiais didáticos para EaD

A contemporaneidade através das novas tecnologias nos trouxe grandes desafios, especialmente, no que diz respeito a planejar e organizar ambientes para aprendizagem online. Segundo Araújo Jr. e Marquesi (2012, p. 361), “a web constitui um espaço virtual que permite a experiência multissensorial de maneira bastante intensa, valorizando as diferentes formas de aprendizagem e

disponibilizando os recursos multimidiáticos”, que deverão favorecer a aprendizagem dos educandos.

O Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007, p. 09) assevera que “os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos”, possibilitando criar e recriar formatos de materiais em vários contextos de aprendizagem.

Para que o processo de validação seja eficaz, a Equipe Multidisciplinar observa a construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplina, módulo, áreas e unidades.

Assim, torna-se relevante observar os critérios de qualidade dos produtos, antes que sejam postados no AVA. Para Schons (2009), “os critérios de qualidade relacionados ao conteúdo, linguagem e estética quando bem interligados, apresentando linguagem legível, conteúdo estruturado e estética apropriada permite um material organizado de forma a entreter o aluno”, pois se este não se identifica com o conteúdo proposto, a aprendizagem pode ficar comprometida. Neste sentido, é necessário estabelecer parâmetros de qualidade para cada ferramenta ou produto que constará no AVA.

Principais critérios de validação para inclusão no AVA

Os parâmetros de qualidade das atividades para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, do NeaD da IES, são classificados em três dimensões: tecnológica, pedagógica e comunicativa.

Na dimensão tecnológica são assegurados todos os recursos de tecnologia educacional no diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos. Seu objetivo é buscar e práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino e aprendizagem.

Na dimensão pedagógica é entendido como aquela implicada diretamente com o processo de ensino–aprendizagem, em suas características de intencionalidade consciente e sistematização.

Na dimensão comunicativa é permitido verificar a adequação da linguagem utilizada nos avisos e nos enunciados das atividades, observando a clareza e a preocupação

com a interação, para potencializar a aprendizagem apoiada no discurso das novas tecnologias.

Os materiais de aprendizagem e de organização da disciplina disponibilizados no AVA são elaborados e construídos pela equipe Multidisciplinar do EAD e contemplam todas as etapas de produção das disciplinas a distância.

- ✓ Durante toda a produção das disciplinas os respectivos processos se baseiam em:
- ✓ Abrangência, aprofundamento e coerência teórica;
- ✓ Organização e Apresentação;
- ✓ Consistência, Clareza e Objetividade;
- ✓ Cumprimento ao estabelecido na Ementa da Disciplina e Adequação Bibliográfica;
- ✓ Linguagem Dialógica, Inclusiva e Acessível;
- ✓ Acessibilidade Metodológica e instrumental

Itens Avaliados:

O material didático produzido é avaliado a partir dos critérios estabelecidos e abaixo listados, com o objetivo de assegurar a qualidade destes, conforme Anexo 2.

- a) Plano de Aprendizagem;
- b) E-book;
- c) Avaliações;
- d) Slides de apoio à compreensão da disciplina;
- e) Mapa conceitual com síntese da disciplina;
- f) Videoaulas.

Critérios para validação do plano de aprendizagem:

- ✓ Pertinência das temáticas em relação à ementa; relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa;
- ✓ Objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina;
- ✓ Distribuição e organização das unidades de ensino;
- ✓ Metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação; relação das temáticas da ementa à bibliografia apresentada ao aluno.

Organização e normas na bibliografia básica e complementar.

Critérios para validação das avaliações:

- ✓ Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa;
- ✓ Contextualização dos enunciados;
- ✓ Ortografia e linguagem;
- ✓ Organização do conteúdo da avaliação no template.

Critérios para validação dos slides de Apoio:

- ✓ Formatação do conteúdo no slide;
- ✓ Aspectos didáticos na organização do slide (cores, fontes, gravuras etc.);
- ✓ Distribuição do plano de ensino no slide; estética do material apresentado pelo professor.

Critérios para validação das vídeoaulas:

Organização das temáticas; distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor; tempo de apresentação; clareza visual das cartelas de cores utilizadas; trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário); organização do roll, nomes, funções e palavras; organização da bibliografia no roll (normas da ABNT); ortografia e linguagem.

Critérios para validação do Mapa Conceitual:

Quantidade e qualidade de conceitos consideradas suficientes para compreensão e apreensão dos conceitos, níveis de hierarquização dos conteúdos, número de inter-relações, palavras de enlace e proposições com significado lógico, estrutura do mapa conceitual, representatividade dos conteúdos e criatividade.

É mister ainda destacar que os professores responsáveis pelas vídeoaulas são avaliados previamente nos quesitos abaixo, como critérios de avaliação das vídeoaulas-testes, a fim de assegurar a qualidade destas.

- ✓ Desenvoltura;
- ✓ Dicção;
- ✓ Postura;
- ✓ Adequação da Linguagem;

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO			
Disciplina:			
Item	Plano de Aprendizagem	Atende	Não Atende
1	Pertinência das temáticas em relação à ementa		
2	relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa		
3	objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina		
4	distribuição e organização das unidades de ensino		
5	metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação		
6	relação das temáticas da ementa às bibliografias básica e complementar		
7	Organização e normas na bibliografia básica e complementar.		
Avaliações			
8	Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa; .		
9	contextualização dos enunciados;		
10	ortografia e linguagem		
11	organização do conteúdo da avaliação no template		
Slides de Apoio			
12	Formatação do Conteúdo no Slide		
13	Aspectos Didáticos na Organização do Slide (cores, fontes, gravuras etc.)		
14	Distribuição do Plano de Aprendizagem no Slide;		
15	Estética do material apresentado pelo professor		
Videoaulas			
16	Organização das temáticas;		
17	distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor;		
18	tempo de apresentação;		
19	clareza visual das cartelas de cores utilizadas;		
20	trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário);		
21	organização do roll, nomes, funções e palavras;		
22	organização da bibliografia no roll (normas da ABNT);		
23	ortografia e linguagem.		
Mapa Conceitual			
24	Quantidade e qualidade de conceitos, considerados suficientes para a compreensão e apreensão do conteúdo		
25	Níveis de hierarquização dos conteúdos		
26	Número de inter-relações entre conteúdos,		
27	Palavras de enlace e proposições com significado lógico,		
28	Estrutura do mapa conceitual,		
29	Representatividade dos conteúdos e criatividade.		

30.1 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicos reais

30.2 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais.

Não se aplica. ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

30.3 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas

Não se aplica. ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

30.4 Atividades Jurídicas Reais

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

30.5 Visita Orientadas

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

30.6 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

30.7 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

31.1 Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso

Há previsão de acesso a empresas do ramo de hospitalidade e serviços, mediante convênios para vivência em ambientes profissionais.

31.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Na IES o AVA com possibilidade, de experiências diferenciadas de formação, podendo ofertar conteúdos complementares aos conteúdos contemplados nas aulas presenciais, assim o professor poderá contar com um suporte de tecnologia educacional para enriquecer e ampliar as possibilidades de formação dos alunos, incluindo a transmissão de aulas online de outras IES do grupo, ou ainda interagindo com profissionais que estão nos grandes centros e na própria sede da IES, Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

31.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

No campo da oferta do ensino presencial, o Plano Acadêmico Administrativo será monitorado, a partir do acompanhamento das atividades propostas. A CPA também contribui com a apresentação de seus resultados para a melhoria continua dos processos de ensino e aprendizagem, além disso, os relatórios emitidos pelo portal de serviços, permitem o acompanhamento pelo discente e pela coordenação do rendimento dos alunos nos processos avaliativos.

Já a plataforma do AVA (AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM) proporciona o desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

31.4 Instalações Administrativas

As instalações administrativas previstas para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a

proposição de recursos tecnológicos específico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivo, armário, telefone. A Descrição das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

31.5 Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição o mini auditórios com capacidade para 200 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wi-fi. Já consta no seu plano de expansão a construção de segundo auditório com capacidade para 500 pessoas.

31.6 Espaços Para Atendimento dos Alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contém recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

31.7 Espaço de Convivência e de Alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

31.8 Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

31.9 Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de autoavaliação. As salas da CPA contem estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivos, armários e telefone.

31. 10 Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais,

sofás, poltronas energizadas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

32.1 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

33.0 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wi-fi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

34.0 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

35.0. Estrutura dos Polos EAD

Não se aplica para a vigência desde PDI

36.0 Infraestrutura Tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede lógica cabeada e via wi-fi, máquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede lógica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

37.0 Infraestrutura de Execução e Suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

38.0. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em

consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

39.0 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

40.0 Ambiente Virtual da Aprendizagem AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, a IES adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.fametro.edu.br ou pelo portal RM do aluno. A gestão de toda a oferta de cursos ou disciplinas em EaD, é realizada pelo NEaD, localizada na Sede do Grupo em Manaus, este por sua vez conta com a seguinte estrutura:

item	Descrição	QUANTID.	Patrimônio / n°s	local
1	DESKTOP DELL (LOCAÇÃO)	1	JH1KSY2	COORD. NEAD
2	DESKTOP DELL (LOCAÇÃO)	4	-	COORD. NEAD
3	MONITOR LCD DELL (LOCAÇÃO)	5	-	COORD. NEAD
4	CADEIRA SEM BRAÇO	2	-	COORD. NEAD
5	MONITOR LCD DELL (CPJUR)	1	-	COORD. NEAD
6	MONITOR LCD ACER	1	-	COORD. NEAD
7	DESKTOP AMAZON PRINT	1	-	COORD. NEAD
8	DESKTOP DELL OPITEX 3020	1	DXLV9B2	COORD. NEAD
9	MONITOR LCD DELL	1	-	COORD. NEAD

10	DESKTOP DELL INSPIRION	1	5HXKVG2	COORD. NEAD
11	DESKTOP DELL CINZA	1	DXPS9B2	COORD. NEAD
12	DESKTOP AMAZON PRINT	1	-	COORD. NEAD
13	TV PANASONIC VIEIRA 42"	1	-	COORD. NEAD
14	RACK MEDIO DE INFORMATICA	1	-	COORD. NEAD
15	DESKTOP POSITIVO	1	4A2719L2X	COORD. NEAD
16	APARADOR ALTO EM MDF (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 1
17	DESKTOP DELL OPITLEX 7050 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 1
18	MESA DE CORTE SE 650 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 1
19	POLTRONA COM ALMOFADA CINZA	2	-	ESTUDIO 1
20	PROJETOR SMART (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 1 E 2
21	DESKTOP DELL	1	IBXK2K2	ESTUDIO 2
22	CONTROLE DE CAMERA aw-rp50 PANASONIC (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
23	TRICASTER NEWTEC (CPJUR)	1	NA5074459841387	ESTUDIO 2
24	DATA VIDEO NVS - 25 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
25	REFLETOR MASTER FLO 55W (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 2
26	CAMERA ROBOTICA 360° AW -HE40HKP (CPJUR)	1	K6TQD008	ESTUDIO 2
27	MONITOR 23" LG (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2

28	LOUSA INTERATIVA SMART BOARD 800 (CPJUR)	1	-	ESTUDIO 2
29	MICROFONE DE LAPELA (CPJUR)	2	-	ESTUDIO 2
30	CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO	6	-	ESTUDIO 2
31	MESA DE PROFESSOR	1	-	ESTUDIO 2
32	MESA DE PROFESSOR	1	-	METOD. ATIVAS
33	CADEIRA TECIDO MARROM E PRETO SEM BRAÇO	5	-	METOD. ATIVAS
34	CADEIRA PARA OBESO	2	-	METOD. ATIVAS
35	QUADRO BRANCO	1	-	METOD. ATIVAS
36	CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS	2	-	METOD. ATIVAS
37	CONDICIONADOR DE AR SPLIT TRIVOLT 30000 BTUS	1	-	LAB. INFO. EAD

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, o Polo de Educação a Distância, ou polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. É no polo que o estudante terá as atividades de tutoria presencial, biblioteca, laboratórios, web aulas e avaliações. Os polos de Educação a Distância deverão manter infraestrutura física, tecnológica e administrativa adequada aos projetos pedagógicos e de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso. Essa definição tem como base a Portaria Normativa nº 11 de 2017, conforme segue:

Art. 10. O polo de EaD é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no país ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos superiores a distância.

Art. 11. O polo EaD deverá apresentar identificação inequívoca da IES responsável pela oferta dos cursos, manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao projeto pedagógico dos cursos a ele vinculados, ao quantitativo de estudantes matriculados e à legislação específica, para a realização das atividades presenciais.

Art. 12. As IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância poderá criar polos EaD por ato próprio, observando os quantitativos máximos definido.

Gestão do NEaD

O Núcleo de Educação a Distância (NEaD) é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

Sua composição, inclui os diferentes setores, planejados para atender as demandas dos cursos EAD da Instituição.

- ✓ Gestor do NEaD;
- ✓ Assessora Pedagógica e Acadêmica do NEaD;
- ✓ Revisor de língua portuguesa;
- ✓ Revisor de língua portuguesa;
- ✓ Supervisor de Tutoria
- ✓ Apoio Psicopedagógico;
- ✓ Coordenação de Mídia e Tecnologias.
- ✓ Analista de Sistemas;
- ✓ Analista de Design WEB e Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- ✓ Assistente Administrativo Acadêmico De Logística De Materiais e Documentos.
- ✓ Assistente de Produção 01;
- ✓ Assistente de Produção 02;
- ✓ Secretária Acadêmica do CEUNI IES;
- ✓ Assistente Administrativo do SECAD

40.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DO NEaD

O NEaD da IES está localizado no 07º andar, da unidade sede, em Manaus. Dispõe de 158,3m² para suas atividades, divididas nos seguintes setores: Recepção aos Professores; Setores Administrativo e Pedagógico; Setor de Mídias e Tecnologias; Estúdios de Gravação.

A Recepção do NEaD ocupa um espaço de 12,5m², destinada, principalmente, à recepção dos professores para a gravação das aulas. Esse espaço contém o seguinte mobiliário: 01 mesas; 01 cadeira; 01 persiana; 01 tapete; 02 sofás/poltronas; 01 filtro; 01 ar condicionado; 01 telefone; 01 fone de ouvido; 01 computador; e 01 roteador.

Para as atividades administrativas e pedagógicas, o NEaD dispõe de um espaço de 51m², sendo uma sala individual e privativa para a Gestão do NEaD, mobiliada com: 01 mesa; 03 cadeiras; 03 armários; 2 persianas; 01 ar condicionado; 01 televisão; 01 telefone; 01 fone de ouvido e 01 computador. Contígua à sala de Gestão, e para viabilizar a integração da equipe pedagógica com a coordenação de produção e de mídias e tecnologias, há 13 estações de trabalho, com o seguinte mobiliário: 14 cadeiras; 03 armários; 01 aparador; 05 persianas; 01 filtro; 01 ar condicionado; 04 telefones; 13 fones de ouvido; 13 computadores; e 01 impressora. O Estúdio possui 94,5m² e é composto por:

- 01 sala onde há: 02 estações trabalho; 02 cadeiras; 01 mesa de centro; 01 mesa de café; 01 tapete; 01 frigobar; 01 cafeteira; 01 filtro; e 01 ar condicionado.
- 01 camarim onde há: 01 armário; 01 mesa com gavetas; 01 cadeira; 01 espelho; e 12 cabides.
- 01 sala de maquiagem onde há: 01 bancada; 01 cadeira; 01 espelho; itens para maquiagem e cabelo.
- 02 salas de edição com isolamento acústico total, onde há em cada uma: 01 mesa com 4m x 1,3m; 03 cadeiras; 01 armário; 01 computador desktop; 01 computador laptop; 01 mesa de áudio Behinger com 08 canais; 01 mesa de corte Roland; 01 Matrox Monarch HD; 01 Splitter HDMI 4 x 1; 02 monitores; 02 nobreak; 01 microfone; 01 caixa de som; 03 fones de ouvido; 01 HD externo; 02 carregadores de pilha; e 01 ar condicionado.

- 02 estúdios com isolamento acústico total, onde há: 01 aparadores; 01 lousas interativa SMART Board X885 de 80 polegadas; 01 TV de LED 58 polegadas; 02 câmeras filmadoras Panasonic AG90; 02 Tripés LIBEC com cabeça hidráulica; 01 monitor de retorno; 01 microfone de lapela SONY; 01 microfone de mão Shure; e 01 ar condicionado.

40.2 REDES E EQUIPAMENTOS

O desenvolvimento das atividades EaD é feito pela plataforma denominada Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando a ferramenta MOODLE, um ambiente virtual de aprendizagem de software livre e código aberto, amplamente utilizado no Brasil e no mundo.

Diferentes ferramentas disponíveis no AVA garantem a comunicação rápida e eficiente dos estudantes entre si e destes com os tutores, além de possibilitar o desenvolvimento de dinâmicas diversificadas de integração relativas às atividades de ensino-aprendizagem.

Ainda que o contato presencial seja dispensável em quase todos os momentos do processo de desenvolvimento de cursos EaD, o diálogo e a comunicação constantes é indispensável nesta modalidade de ensino. Para tanto, é imprescindível uma organização em rede que possibilite o processo de interlocução permanente entre todos os atores da ação pedagógica, razão pela qual o NEaD disponibiliza, em seu polo de apoio presencial, laboratório de informática exclusivo para esta modalidade, além de outros recursos e espaços disponíveis na instituição para o planejamento de aulas e desenvolvimento de outras atividades pedagógicas por parte de professores, tutores e estudantes.

Vale ressaltar que o espaço físico atualmente disponível para o NEaD, incluindo os estúdios de gravação, foi planejado pensando no plano de expansão para os próximos anos. Assim, de acordo com o plano de expansão, o mobiliário, as máquinas e softwares serão adquiridos e/ou atualizados, conforme a necessidade do Núcleo e de acordo com o planejamento financeiro da IES.

40.3 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Contando com o apoio da Assessoria Acadêmica e Pedagógica do NEaD, e da equipe responsável pela produção de videoaulas, e demais integrantes de sua equipe técnica e operacional, Núcleo de Educação a Distância mobiliza todos os recursos necessários para a produção de materiais didáticos qualidade, indispensáveis ao processo de aprendizagem do estudante.

É importante ter em mente que o estudante de cursos à distância vivencia uma dinâmica diferente daquela de um curso presencial, no qual a presença do professor oferece a oportunidade para que sane suas dúvidas em tempo real. Em cursos na modalidade EaD é necessário prever formas que possibilitem esse "diálogo", apesar da distância física do professor, a fim de que se aproprie dos conteúdos das aulas. Dentre elas, destaca-se a qualidade e interatividade do material didático disponibilizado ao estudante.

No roteiro didático das videoaulas, por exemplo, é importante que o professor apresente exemplos, informações e dicas complementares para ampliação e enriquecimento das unidades de ensino. Esses conteúdos devem ser explorados, preferencialmente, nas atividades propostas pelos tutores presenciais e a distância, e supervisionados pelo Supervisor dos Tutores.

Na elaboração dos materiais didáticos dos cursos, o NEaD recomenda observar os seguintes quesitos:

- ✓ Ser compatível com o público-alvo a que se destina;
- ✓ Delimitar objetivos de aprendizagem claros e apropriados;
- ✓ Definir mídias e tecnologias adequadas;
- ✓ Apresentar sequenciamento e segmentação apropriados;
- ✓ Possibilitar interatividade, motivação e feedback;
- ✓ Viabilizar a transferência de informações e a construção do conhecimento;
- ✓ Reconhecer a necessidade de avaliação permanente de todo o processo.
- ✓ Respeitando a autonomia pedagógica e as características, objetivos e público-alvo de cada curso, a elaboração e produção dos materiais e atividades de ensino e aprendizagem são de responsabilidade dos professores/autores designados pelo coordenador do curso, em consonância com as diretrizes pedagógicas e o desenho educacional definido pelo NEaD. Para tanto, contam com o suporte da equipe pedagógica

e técnica do NEaD, especialmente pela equipe responsável pela produção desses materiais.

40.4 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE APOIO PEDAGÓGICO

Os serviços de apoio aos coordenadores, professores, tutores e estudantes são ambientados em espaços adequados, com toda a infraestrutura de mobiliário, redes de telefonia e de internet, copiadoras e computadores de última geração, sob a responsabilidade de funcionários com experiência e capacitação para as respectivas funções. Alguns setores compõem essa infraestrutura de prestação de serviços, a saber:

- ✓ SECAD: setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos dos cursos EaD;
- ✓ Setor de Apoio ao Estudante: responsável pelo atendimento aos estudantes por telefone, e-mail e fórum, e elaboração de relatórios de atendimento sobre dúvidas pedagógicas, administrativas e técnicas;
- ✓ APA: é um serviço oferecido pelo NEaD aos estudantes regularmente matriculados em cursos EaD e tem, como objetivo principal, ações de prevenção e de intervenção para melhorar sua qualidade de vida acadêmica e, conseqüentemente, seu processo de aprendizagem durante o curso e de formação como indivíduo e profissional;
- ✓ Ouvidoria: localizada na sede, é o setor responsável pelo recebimento de dúvidas, reclamações e sugestões, constituindo-se em um canal permanente de comunicação que busca a melhoria da qualidade e o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos participantes dos cursos e atividades EaD e o fortalecimento das relações entre estudantes, funcionários, professores, tutores, coordenadores e a equipe do NEaD. As manifestações são analisadas criteriosamente e encaminhadas, diretamente, às áreas competentes. A ouvidoria é responsável, também, pelo direcionamento das respostas ao autor da solicitação, fornecendo-lhe os devidos esclarecimentos, alternativas e soluções. O trabalho da Ouvidoria é realizado de forma transparente, objetiva e isenta, assegurando o sigilo absoluto como forma de preservar a identidade do manifestante. A

comunicação com a Ouvidoria pode ser feita por meio de endereço eletrônico próprio.

40.5 SISTEMA DE GESTÃO ACADÊMICA DA EAD

A IES trabalha com o sistema acadêmico e financeiro: TOTVS - RM, uma ferramenta de gestão acadêmica que ajuda a instituição a tomar decisões estratégicas, gerenciar processos e introduzir novos mecanismos de controle de qualidade. O RM realiza todas as atividades de gestão acadêmica e financeira de estudantes de cursos presenciais e também de EaD, desde a organização dos cursos, o acompanhamento da execução do projeto pedagógico, a avaliação contínua do desempenho acadêmico e financeiro; do processo seletivo até a conclusão do curso. Esta ferramenta possui os módulos e funções abaixo descritas:

- ✓ Estudante Online: módulo web que disponibiliza informações e serviços que facilitam a vida do estudante. A matrícula é efetuada pela Internet, com emissão de contrato e pagamentos por boleto ou cartão de crédito. Permite ao estudante a consulta de horários, agenda, calendário de provas, notas, faltas e sua situação financeira, além de acessar materiais didáticos disponibilizados pelos docentes.
- ✓ Controle Acadêmico: permite o cadastro de estudantes, histórico escolar, aconselhamento de Matrícula baseado no histórico e na matriz curricular, matrícula on-line com verificação de pré-requisitos e compatibilidade de horários, emissão de comprovante de matrícula, trancamentos e transferências controle da carga horária dos docentes, lançamento de notas, biblioteca com algoritmos para cálculo de notas finais, lançamento e contabilização de créditos obtidos em outros cursos (inscrição, comparecimento, resultado). Efetua todos os controles acadêmicos da vida do estudante, inclusive atividades complementares e monografias.
- ✓ Currículos e Horários: realiza o cadastramento e a manutenção dos cursos da instituição, incluindo critérios de aprovação para as disciplinas, carga horária, pré-requisitos e equivalências. Possui um assistente para a montagem da estrutura curricular dos cursos, efetua a agenda de turmas, docentes e dependências físicas.

- ✓ Gestão de Polos EaD: possibilita executar atividades acadêmicas e financeiras através da Internet de forma intuitiva e amigável, facilitando as tarefas do gestor dos cursos EaD. Cada polo pode ter valores distintos de mensalidades, remuneração de tutores e repasse ao parceiro.
- ✓ Processo Seletivo Online: interface web com o processo totalmente automatizado e integrado aos módulos acadêmico e financeiro. A internet é utilizada para a inscrição de candidatos e pagamento via 'boleto bancário'. A classificação pode ser acompanhada após o encerramento do concurso. O candidato pode visualizar notas e resultados.

40.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA DO POLO DE APOIO PRESENCIAL

O polo de apoio presencial deve estar apto para operar com cursos online e semipresenciais. Deve contar com espaços acessíveis e adequados para receber os candidatos, aplicação de provas, salas de aulas para encontros presenciais e acesso livre ao laboratório de informática, além de infraestrutura para os alunos poderem acessar o AVA. Os espaços devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas nos instrumentos formais desta parceria. Conforme o Instrumento de Avaliação para o Credenciamento de Polo EAD disponibilizado pelo MEC, o polo deve disponibilizar a seguinte infraestrutura mínima:

- Coordenação do Polo e Tutoria;
- Recepção e Secretaria do Polo;
- Salas de Aulas/Auditório;
- Laboratório de Informática;
- Biblioteca;
- Espaço de convivência;
- Sanitários.
- Coordenação do Polo e Sala de tutoria
- Esse espaço tem a finalidade de sediar a Coordenação do Polo e tutoria (se necessário). Por sua maior complexidade e diversidade de atribuições, a Coordenação deverá ter sua sala de trabalho com privacidade para recepcionar e atender os alunos EAD, além de tratar de assuntos de gestão e

preservar documentações de caráter administrativo e acadêmico. Os equipamentos a seguir são necessários para oferecer suporte ao Coordenador:

- Computador com câmera;
- Telefone;
- Internet;
- Mesa;
- Cadeira;
- Armário;
- Mural informativo.

40.6.1 Recepção e secretaria do Polo

Esse setor tem como finalidade o acolhimento com qualidade ao estudante, este ambiente deve ter os equipamentos necessários para que o atendimento aconteça, tais como:

Computador;

Telefone;

Internet;

Impressora com scanner.

40.6.2 Sala de aula/Auditório

As salas de aulas devem ter os equipamentos suficientes para o seu funcionamento, podendo ser utilizada também como auditório. Este local pode ser compartilhado para o uso de outras atividades do polo.

Biblioteca

Havendo disponibilizado para uma biblioteca física, a mesma deverá conter os equipamentos necessários para o seu funcionamento, são esses:

Computador;

- Internet;
- Estante;

- Mesas;
- Cadeiras;
- Acervo Bibliográfico;
- Sala (s) de estudo em grupo;
- Cabines para estudo individual.

40.6.3 Laboratório de Informática

O laboratório de informática deverá ser equipado com computadores, internet e recursos de multimídia suficientes para atender os alunos do polo.

40.6.4 Espaço de convivência

O espaço de convivência deve ser equipado e ficar à disposição dos alunos durante ou mesmo fora do período dos encontros presenciais. Este ambiente pode ou não contar com cantina e copiadora, mas deve ser amplo e mobiliado para permitir que o aluno possa usufruir de sua estrutura adequadamente. Este espaço pode ser compartilhado com outras atividades da Unidade.

40.6.5 Sanitários

O polo de apoio presencial deve contar com sanitários para os públicos masculino e feminino e com adaptação para deficientes, ou seja, banheiro para PCD.

40.6.6 ACESSIBILIDADE

Conforme o Decreto nº. 5.296/2004, que regulamenta as leis nº. 10.048/2000 e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, todo estabelecimento de atendimento ao público deve oferecer:

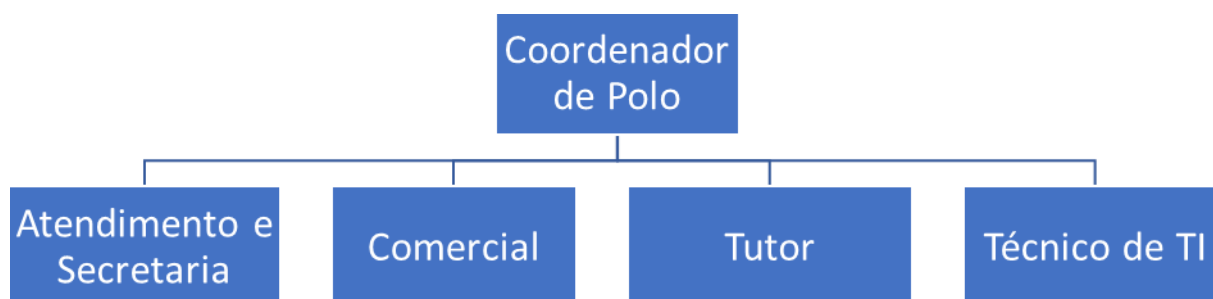
- Entradas dos edifícios e de salas sem degraus ou com rampa;
- Assoalhos e pisos antiderrapantes;

- Corrimãos em todas as escadarias, estendendo-se além do primeiro e último degraus;
- Sanitários com boxes amplos e barras de apoio;
- Bebedouros mais baixos, para serem utilizados por pessoas em cadeiras de rodas.

Para que os padrões estabelecidos por lei não sejam descumpridos, é necessário que o coordenador do polo observe constantemente as orientações acima descritas.

40.6.7 EQUIPE DO POLO

O polo de apoio presencial da IES deve ser composto por uma equipe de profissionais devidamente qualificados que se responsabilizam pelas funções apresentadas no organograma e descritas a seguir:



40.6.8 Coordenador de Polo

O coordenador do polo é o profissional que atuará com o objetivo de administrar e zelar pela estrutura física e recursos humanos do polo, dar suporte nas atividades de ensino, no acolhimento e fidelização dos alunos, assegurar o bom funcionamento do polo e manter diálogo com a Sede. O coordenador desempenhará as seguintes atividades:

- Organizar o espaço necessário para a implantação do Polo, conforme as especificações exigidas neste manual;
- Auxiliar na implantação e consolidação do polo;

- Zelar pelo nome e pela reputação da IES, abstendo-se de praticar qualquer ato que possa comprometer sua imagem ou sua credibilidade perante seus acadêmicos ou terceiros;
 - Elaborar e encaminhar à SEDE relatórios periódicos de acordo com diretrizes estabelecidas IES;
 - Acompanhar, executar e coordenar as atividades administrativas do polo
 - Avaliar o serviço de acesso à internet banda larga necessário à transmissão e acesso aos conteúdos dos cursos oferecidos no polo;
 - Participar do processo de planejamento da divulgação dos cursos;
 - Realizar a divulgação do polo e a captação de potenciais alunos inscritos nos cursos ofertados na modalidade a distância;
 - Participar dos eventos de capacitação promovidos pela IES, presenciais ou a distância;
 - Dialogar e trabalhar de forma integrada e colaborativa com a equipe do polo e os alunos;
 - Acompanhar as atividades de ensino presenciais;
 - Realizar eventos acadêmicos e de integração do polo à comunidade;
- Suas demais responsabilidades são definidas pela equipe corporativa da IES.

40.6.9 Atendimento e Secretaria

Tem como atividade a recepção dos candidatos, orientação para inscrição no processo seletivo, dúvidas sobre o EAD da IES, auxílio no atendimento do ambiente de estudos/biblioteca, solicitar e acompanhar serviços demandados pelos alunos do polo junto a secretaria acadêmica, departamento financeiro entre outros setores da IES, orientar alunos sobre os procedimentos adequados para estas necessidades e como realizá-los via Portal do Aluno.

40.6.10 Comercial

As atribuições do consultor comercial são divulgar e promover ações comerciais, atender clientes pessoalmente e virtualmente, fazer cadastros de potenciais alunos e apresentar os cursos nas empresas conveniadas ou em eventos.

Suas demais responsabilidades são definidas pela equipe comercial corporativa.

40.6.11 Técnico de TI

É responsabilidade do Técnico de TI montar, instalar, dar manutenção em computadores, instalar e utilizar softwares, interligar sistemas de computadores, diagnosticar e corrigir falhas no funcionamento de computadores e programas de softwares. Também é de sua atribuição o atendimento aos alunos no laboratório de informática.

40.6.12 Tutor

O Tutor atua junto aos estudantes sob estrita orientação e supervisão da coordenação do polo, principalmente como mediador pedagógico e facilitador nos processos de ensino - aprendizagem. É necessária formação em nível superior, preferencialmente na área do curso onde atuará. As principais responsabilidades do Tutor serão:

- Atender os estudantes nos polos, em horários preestabelecidos;
- Auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo;
- Acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos;
- Esclarecer dúvidas em relação ao uso das tecnologias disponíveis e exigidas nas disciplinas do curso;
- Promover grupos de estudo e outras atividades para fomentar o hábito da pesquisa entre os alunos;
- Avaliar progressos e dificuldades dos discentes, oferecendo explicações e esclarecendo dúvidas, quando necessário;
- Manter o aluno informado quanto ao seu desempenho ao longo e ao final da disciplina, fornecendo feedback, repassando notas e fazendo revisões quando solicitado;
- Participar de momentos presenciais, obrigatórios, como aulas, avaliações, práticas em laboratórios e estágios supervisionados;
- Suas demais responsabilidades são definidas pela equipe de EAD da IES.

40.6.13 Atendimento ao Aluno

No polo de apoio presencial há atendimento personalizado para esclarecer questões administrativas, acadêmicas e financeiras.

Seguem alguns atendimentos que o polo de apoio presencial realiza:

- Esclarecer dúvidas sobre o curso, a metodologia e o material didático;
- Esclarecer dúvidas sobre a plataforma de estudos, as avaliações on-line e presenciais;
- Retirar todos os tipos de declarações;
- Esclarecer dúvidas e fazer solicitações administrativas, acadêmicas e financeiras;
- Atualizar dados cadastrais;
- Solicitar programa das disciplinas do curso;
- Esclarecer dúvidas sobre estágio supervisionado;
- Solicitar assinatura de termo de estágio;
- Entregar relatório de estágio;
- Entregar o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso);
- Esclarecer dúvidas sobre processo de colação de grau e entregar os documentos para essa cerimônia.
- Retirar histórico escolar, certificado de conclusão de curso ou diploma.

ANEXO II

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humano e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na próprio CeUNI – FAMETRO ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. indicar à Coordenação de Ensino, o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no Art. 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no Art. 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

- I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

- IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos do CeUNI - FAMETRO, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

- I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do CeUNI - FAMETRO que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico;
- VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
- VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE COMPROVAÇÃO

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizadas até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- I. A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- II. O total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- i. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- ii. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

- iii. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
- iv. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
- v. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Incluas:

- i. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
- ii. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;
- iii. participação em atividades beneficentes;
- iv. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
- v. engajamento como docente não remunerado em curso s preparatórios e de reforço escolar;
- vi. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

- i. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- ii. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- iii. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- iv. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
- v. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
- vi. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
- vii. publicações em revistas técnicas;
- viii. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
- ix. estágio não obrigatório na área do curso;
- x. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
- xi. trabalho como empreendedor na área do curso;

- xii. estágio acadêmico;
- xiii. participação em visitas técnicas organizadas pelo CeUNI - FAMETRO;
- xiv. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
- xv. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
- xvi. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§3º - Para fortalecer o fomento e incorporação de inovações tecnológicas (informática e novos materiais e recursos) no exercício profissional não serão aplicadas as regras de percentuais máximo de carga horária contabilizada.

§4º Para fins de aproveitamento de atividades de inovação como atividades complementares, o aluno deve estar vinculado a:

- a) Desenvolvimento ou registro de patentes;
- b) Desenvolvimento de novos materiais para a aplicação na área profissional do seu curso de origem;
- c) Desenvolvimento de novos processos para aplicação na área profissional do seu curso de origem;
- d) Desenvolvimento de novas metodologias para o ensino no âmbito do seu curso de origem;
- e) Outros, mediante aprovação do Colegiado de Curso;

DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

- I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;
- II. No grupo 2 o máximo de 30 pontos;
- III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII

DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

Art. 15. As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratado no Art. 13, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

- I. atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional).

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

Apêndice III – Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Apêndice IV – Perfil do(a) Coordenador (a)

PERFIL DO(A) COORDENADOR(A)	
Nome	Rilmar Pereira Gomes
Formação	Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Uninorte)
Titulação	Especialista em Projeto e Administração de banco de dados (Uninorte). Mestre em Engenharia Industrial (UFPA).
Experiência dentro do magistério superior	9 anos
Experiência fora do magistério superior	3 anos
Tempo de gestão do curso de graduação	3 anos

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS



DISPOSIÇÃO GERAL

O Programa de Acessibilidade e Inclusão caracteriza-se como um projeto em contínua revisão, com o objetivo de promover ações para a acessibilidade e inclusão dos acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial. A fim de que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 101, Capítulo I, acessibilidade e inclusão *“é a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.”*

O trabalho psicopedagógico realizado junto aos acadêmicos para a viabilização do **direito de acesso à educação**, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) se dá por meio de uma **planificação pedagógica diferenciada** que proporciona **acesso ao currículo** e aos **elementos curriculares**. Isso, a partir das características de desenvolvimento de cada um dos grupos das deficiências que, por sua vez, em função de suas características, apresentam **necessidades educacionais especiais** no processo pedagógico, na totalidade ou em determinados momentos deste trabalho, conforme as disposições apontadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial e nas recentes Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outras.

De acordo com a Lei 10.098/00, **acessibilidade** é a possibilidade e a condição de alcance, para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2º, inc. I). Do ponto de vista social, ela é um dos instrumentos essenciais para que as pessoas com deficiência possam exercer seus mais variados direitos na convivência com os demais cidadãos.

A IES entende que o "direito ao acesso" está diretamente relacionado ao "direito à eliminação de barreiras" que impedem as pessoas de ir e vir e de usufruir de tudo aquilo que compõem o cenário social da cidadania. De acordo com a lei mencionada, barreiras são

qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas (art. 2º, inc. II).

Assim, ações são projetadas para a eliminação de barreiras. O entendimento que perpassa este trabalho psicopedagógico, atende ao **princípio da equidade**, pelo qual há o reconhecimento das diferenças entre os alunos e da respectiva necessidade de haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades.

Do ponto de vista educacional, os desafios em relação à acessibilidade são variados, pois as instituições de ensino, da educação básica à superior, terão de lidar com a eliminação de várias barreiras, desde as de caráter arquitetônico até as encontradas na comunicação e nas atitudes. Por isso o Programa trabalha, de forma crescente, com a acessibilidade viável nas áreas comunicacional, arquitetônica, programática, informacional, metodológica e atitudinal.

Resumidamente, o Programa de Acessibilidade e Inclusão propõe e gerencia a eliminação barreiras arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais, tanto na sala de aula quanto nas demais dependências da IES, buscando sempre recursos e estratégias que promovam acesso e permanência dos acadêmicos e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral.

a) Objetivo Geral

Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações, a IES.

b) Objetivos Específicos

- a) efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência na IES;
- b) promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.
- c) despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
- d) garantir a educação inclusiva;
- e) adquirir e assegurar a tecnologia assistida e a comunicação alternativa;
- f) apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo;
- g) garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência.

c) Das Ações do Programa

Assim o Programa supervisiona:

- a) A eliminação de barreiras físicas nas edificações;
- b) A garantia do pleno uso dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores e rampas;
- c) A adequação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;
- d) A acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados; lupa eletrônica, “Ledor” e de interprete para a língua de sinais – Libras;
- e) Mobiliário adequado nas áreas de atendimento e sala de aula;
- f) Impressora Braile; Piso tátil.

Assim o Programa promove:

- a) A promoção de Projetos de Sensibilização,
- b) Formação e Capacitação de Professores e Funcionários da IES em Atendimento Inclusivo e que assegure a Acessibilidade.
- c) Realizar semestralmente um “Censo” de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência;
- d) Projetos de Comunicação e Eventos Relativos à Inclusão e Acessibilidade.

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS – PAPREV

A Direção Geral da IES, por meio da Coordenação de Pesquisa, torna público a possibilidade de solicitação de auxílio financeiro para apresentação de trabalhos em eventos científicos e tecnológicos do Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos – **PAPREV**, de acordo com o estabelecido neste regulamento.

A **Política** institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio do PAPREV- Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docentes dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

OBJETIVOS

- ✓ Dar continuidade as ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como:

as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, no qual prevê ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

- ✓ Promover a divulgação do trabalho institucional a partir dos resultados das pesquisas realizadas pelos docentes do quadro permanente da IES em eventos científicos e tecnológicos, de âmbito nacional ou internacional.
- ✓ Contribuir para o incentivo e o incremento das pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico e inovação realizadas na Instituição, incentivando a troca de experiências entre pesquisadores da IES e de outras instituições.

REQUISITOS

Pertencer ao quadro de pessoal permanente da IES.

Não estar inadimplente e/ou com pendências com os programas geridos pela Instituição.

Não estar recebendo bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq ou de qualquer outra agência de fomento à pesquisa e à pós-graduação que inclua o recebimento de *taxa de bancada* ou equivalente.

Não se encontrar licenciado ou afastado de suas funções na IES.

Atender a pelo menos uma das seguintes condições, nos últimos 12 (doze) meses da data de solicitação do auxílio:

Ser coordenador de projeto de pesquisa cadastrado no Coordenação de Pesquisa.

Ser orientador ou Coorientador no Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da IES (PIBIC/PIBITI/PROMICIT);

Possuir currículo cadastrado e atualizado a menos de seis meses na Plataforma Lattes;

Possuir trabalho aceito pelo Comitê Científico do evento que pretende participar;

O evento deve prever a publicação dos trabalhos apresentados em anais, nos quais devem constar o nome da IES no trabalho apresentado e publicado.

SOLICITAÇÃO

A solicitação de auxílio financeiro para apresentação de trabalho em evento científico e tecnológico deverá ser efetuada por meio da abertura de processo no Setor de Protocolo, encaminhando-o para a Coordenação de Pesquisa.

O processo mencionado no item 3.1 deverá conter, obrigatoriamente, a seguinte documentação:

- ✓ Formulário próprio para solicitação de auxílio financeiro, devidamente preenchido e

assinado pelo solicitante, e contendo a ciência da Coordenação/Departamento/Setor de sua lotação;

- ✓ Todos os valores contidos na planilha de custos deverão ser explicitados em Real, observando-se os limites estabelecidos no item 6.3 e o princípio da economicidade.
- ✓ Versão resumida do Currículo Lattes, atualizado a menos de seis meses, contendo apenas a produção científica dos últimos cinco anos;
- ✓ Apresentação de informações detalhadas sobre o evento, tais como: descrição do congresso, local de realização e programação;
- ✓ Cópias impressas de orçamentos dos itens: passagens; taxa de inscrição; e impressão de pôster, previstos na planilha de custos do formulário para solicitação;
- ✓ Para as passagens aéreas, deverá ser apresentado orçamento, com opção de todos os voos do dia, de pelo menos três companhias (caso haja), devendo ser escolhida a opção de menor valor.
- ✓ Caso a escolha não seja pelo orçamento de menor valor, uma *justificativa* deverá ser apresentada.
- ✓ Termo de aceite do trabalho, emitido pelo Comitê Científico do evento;
- ✓ *Caso ainda não tenha o termo de aceite* até a data limite de protocolo da solicitação, o servidor poderá protocolar seu pedido, ficando obrigada a apresentação deste termo para a liberação do auxílio financeiro.
- ✓ Caso tenha solicitado auxílio financeiro de outra instituição ou agência de fomento, anexar declaração com o detalhamento desta solicitação;
- ✓ A falta de quaisquer documentos listados no item 3.2, ou o seu preenchimento de forma incorreta, será motivo para desqualificação da solicitação.
- ✓ No caso de trabalhos em coautoria, os processos de solicitação deverão ser protocolados separadamente (limitando-se a até duas solicitações por trabalho).

CALENDÁRIO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

- ✓ As solicitações deverão seguir rigorosamente o calendário publicado pela coordenação de Pesquisa anualmente
- ✓ As solicitações de auxílio financeiro deverão ser protocoladas, com os documentos devidamente assinados pelo proponente e pela chefia do Departamento/Setor de sua lotação, até às 12 horas da data limite, prevista no item 4.1.
- ✓ As solicitações protocoladas fora dos prazos, previstos no item 4.1, serão sumariamente desqualificadas.

ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES

a. Primeira etapa: Análise da documentação

- ✓ A análise da documentação de inscrição, feita pela Coordenação de Pesquisa, consistirá em verificar o atendimento dos termos deste Edital e das normas do Programa (AnexoIV).
- ✓ A Coordenação de Pesquisa emitirá parecer acerca da solicitação, observando o cumprimento dos requisitos, a documentação apresentada e seu *correto preenchimento*, que deverá ser encaminhado à Direção Geral com *no máximo 05 (cinco) dias* úteis após a data de protocolo do processo.

b. Segunda etapa: Homologação das inscrições

- ✓ A homologação das inscrições, feita pela Coordenação de Pesquisa, consistirá em verificar o atendimento dos termos deste Edital e das normas do Programa.
- ✓ Solicitações com documentação incompleta ou que não atendam aos requisitos do Programa ou preenchidas incorretamente não serão homologadas e não participarão do restante do processo de análise.

Terceira etapa: Análise técnica e definição do resultado

- ✓ Esta etapa da análise será realizada por uma comissão tecnicamente qualificada, nomeada pela Direção, conforme Regulamento do Programa.
- ✓ Na análise e concessão dos auxílios para cada um dos itens solicitados a comissão levará em conta o princípio da economicidade para as despesas sindicadas.
- ✓ A não observação deste princípio pelo solicitante será motivo para a não concessão do auxílio, salvo em caso de apresentação de justificativa, prevista no item 3.2.4.2.
- ✓ Na análise do currículo do servidor serão contabilizadas as notas dos seguintes critérios: regime de trabalho e produtividade acadêmico/científica dos últimos cinco anos.
- ✓ Na análise do perfil do evento serão observadas:
 - ✓ Se o evento possui Comitê Científico e se prevê a publicação de anais. Eventos que não possuem anais não terão auxílio financeiro concedido;
 - ✓ Abrangência do evento (internacional, nacional, regional ou local);
 - ✓ Tipo de apresentação do trabalho (oral ou pôster);
 - ✓ Tipo de publicação (resumo, resumo estendido ou artigo);
- ✓ A pontuação final de cada solicitação será obtida a partir da média aritmética das notas atribuídas na terceira etapa (itens 5.3.3 e 5.3.4).
- ✓ As solicitações serão classificadas em ordem decrescente da pontuação final obtida.
- ✓ As solicitações para segundo autor (coautoria – caso haja) serão classificadas depois de atendidas todas as solicitações dos primeiros autores.

Em caso de empate entre solicitações, a Comissão utilizará os seguintes critérios de desempate, e na seguinte ordem:

- ✓ Maior número de trabalhos a serem apresentados no evento;
- ✓ Maior produtividade acadêmica do servidor no ano da solicitação;
- ✓ Maior número de artigos publicados em periódicos científicos indexados no ano da solicitação;
- ✓ Maior número de artigos publicados em periódicos científicos indexados nos últimos cinco anos.
- ✓ Os recursos dos resultados finais poderão ser protocolados na Coordenação de Pesquisa, até dois dias úteis após divulgação do resultado.

AUXÍLIO

- ✓ As solicitações poderão prever o custeio das seguintes despesas: taxa de inscrição; impressão de pôster; hospedagem; alimentação; passagens aéreas e rodoviárias.
- ✓ É obrigatória a apresentação de orçamentos impressos dos gastos previstos para a taxa de inscrição, impressão de pôster e passagens.
- ✓ Para as despesas com *hospedagem, alimentação e locomoção urbana* serão utilizados os valores contidos nas tabelas do Anexo I.
- ✓ O auxílio para essas despesas será concedido por dia de afastamento da sede de lotação do servidor.
- ✓ O docente fará jus somente à metade do auxílio, constante nas tabelas, quando o afastamento: não exigir pernoite fora da sede; no dia do retorno; e quando a IES custear, por meio diverso, as despesas de hospedagem.
- ✓ No caso de viagens para o exterior, o valor total do auxílio solicitado para alimentação, hospedagem e locomoção urbana, calculado com o auxílio da Tabela 2, do Anexo I, deverá ser convertido para o seu equivalente em Real, segundo cotação do dólar norte-americano na data da solicitação.
- ✓ O auxílio financeiro será depositado diretamente na conta corrente do servidor, que será responsável pela compra e pagamento dos itens listados na planilha de custos.
- ✓ O auxílio financeiro concedido deverá ser rigorosamente utilizado segundo o plano de aplicação dos recursos.
- ✓ Em hipótese alguma o auxílio para passagens (aéreas ou terrestres) poderá ser utilizado para custear despesas com combustível.
- ✓ Os auxílios financeiros a serem concedidos aos servidores deverão cobrir os gastos previstos no item 6.1.
- ✓ O PAPREV- Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente tem como objetivo apoiar por meio de incentivo financeiro à

realização de eventos internos ou externos (congressos, seminários, palestra, viagens de estudo e visitas técnicas) e à produção discente (científico, tecnológico, cultural ou artístico) com base nos seguintes critérios:

- ✓ O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artístico e culturais serão estimuladas da seguinte forma aos docentes, com recursos originados dos CURSOS DA EXTENSÃO:
- ✓ Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação:
- ✓ -Especialista R\$ 500,00.
- ✓ -Mestre R\$ 800,00.
- ✓ -Doutor R\$ 1.000,00) mediante o atendimento dos seguintes critérios:
- ✓ Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados as áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa.
- ✓ Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.
- ✓ Deferimento da Direção Geral em C.I. da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente.
- ✓ Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

OBRIGAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DOCENTE

- ✓ O docente deverá comprometer-se a participar dos eventos científicos e tecnológicos e apresentar seu trabalho na IES conforme orientação da Coordenação de Pesquisa.
- ✓ Apresentar à Coordenação de Pesquisa, *até 15 dias* após o retorno da viagem, relatório das atividades desenvolvidas (preenchido em formulário próprio), bilhetes de passagens rodoviárias, cartões de embarque das passagens aéreas, recibo do pagamento da taxa de inscrição e de impressão de pôster, cópia dos certificados de participação e de apresentação do/s trabalho/s no evento.
- ✓ Disponibilizar o trabalho, em meio eletrônico, e a cópia de sua publicação nos anais do evento, à Coordenação de Pesquisa e Inovação Tecnológica da IES.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- ✓ A qualquer tempo a Coordenação de Pesquisa poderá solicitar, do docente, a apresentação de documentos comprobatórios ou informações julgadas necessárias.
- ✓ Cada trabalho poderá receber uma única vez o auxílio financeiro para ser apresentado em evento científico/tecnológico.
- ✓ Os *trabalhos em coautoria* poderão ter auxílio financeiro concedido para até dois servidores, desde que haja disponibilidade orçamentária, e deve ser *protocolado em processos distintos*.

- ✓ O Programa prevê a concessão de auxílio financeiro para o servidor participar de, no máximo, um evento por semestre, sendo que a segunda solicitação do ano ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e demanda de solicitações.
- ✓ É vetada a transferência do auxílio financeiro recebido para outro servidor.
- ✓ Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Coordenação de Pesquisa e submetidos à Direção Geral da IES.

ANEXO I

1		PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS PAPREV		
Solicitante:		Número do Processo:		
Link do Currículo Lattes:		Curso de lotação:		
A. Produção Científica: (60 pontos no máximo)				
CRITÉRIOS DE ANÁLISE		Po	Q	Total
- livro produzido na área de conhecimento do projeto apresentado (autor		4,0		
- capítulo de livro		3,0		
- artigo completo em periódico arbitrado internacional		3,5		
- artigo completo em periódico arbitrado nacional		3,0		
- projeto realizado em colaboração com outras instituições ou financiado		2,5		
- trabalho completo em anais de congressos		2,0		
- resumo em anais de congressos		1,0		
- artigo em jornais noticiosos ou revistas		0,5		
- trabalho técnico		0,5		
SUBTOTALL				

Obs: Considerar somente as produções dos últimos 5 anos, limitadas a 3 em cada categoria.

B. Orientação: (30 pontos no máximo)		Po	Q	Total
- tese e dissertação de pós-graduação <i>stricto sensu</i>		4,0		
- monografia de pós-graduação <i>lato sensu</i>		3,0		
- Trabalho de Conclusão de Curso de graduação		2,0		
- Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica		2,5		
SUBTOTAL				

Obs: Considerar somente as produções dos últimos 5 anos, limitadas a 3 em cada categoria.

C. Regime de Trabalho: (10 pontos no máximo)		Total
- 10 pontos para Dedicção Exclusiva e 5 pontos para 40 h		
TOTALL		

Obs: A pontuação final será dada pelo somatório das notas atribuídas aos 3 (três) itens acima

ANEXO II

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS – PAPREV	
O PARA ANÁLISE DO PERFIL DO EVENTO	
Solicitante:	
País de realização do evento:	

REQUISITOS DO EVENTO
- O evento científico/tecnológico atende os requisitos do Edital e <i>prevê a publicação de anais?</i> () Sim () Não Obs: Caso a resposta seja negativa, o servidor não poderá ter sua solicitação concedida..

CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A. Abrangência do evento: (30 pontos no máximo)	Ponto	Total
- Internacional	30	
- Nacional	20	
- Regional	10	
- Local	5	

B. Tipo de apresentação: (30 pontos para oral e 15 pontos para escrito)	Ponto	Total
- Internacional	30	
- Nacional	15	

C. Tipo de publicação: (40 pontos no máximo)	Pontos	Total
Atribuir pontos para apenas um dos tipos de publicação		
- Artigo em periódico	40	
- Trabalho completo em anais	25	
- Resumo estendido em anais	15	
- Resumo em anais	10	
TOTAL		

Obs: A pontuação final será dada pelo somatório das notas atribuídas aos 3 (três) itens acima.

PROGRAMA DE APOIO AO DISCENTE

Da política do Programa

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- **PAD** – Programa de Apoio ao Discente,
- **PROACESSO** – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Atividades de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso de Graduação da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida

escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde a visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A IES, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

Representatividade Discente

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

Diretório Acadêmico

A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu diretório acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

Programas de Apoio Financeiro

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a

participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

d. Programas de Financiamento Estudantil: FIES E PROUNI.

e. Participação no Programa Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

Ouvidoria:

Sistema aberto de acolhimento de dúvidas, reclamações e elogios, disponível no site institucional, com atendimento presencial de alunos e funcionários da IES, em horário comercial.

Acessibilidade

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a **acessibilidade** pedagógica e atitudinal. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)*, publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais

das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da **acessibilidade atitudinal/pedagógica** para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- Adequação de objetivos,
- Adequação de conteúdos,
- Adequação de métodos e didática,
- Adequação nas avaliações,
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de **acessibilidade como** a condição para utilização, com segurança e autonomia, **total ou assistida**, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por **pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida** presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas Habilidades e superdotação;
- Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;

- Transtornos Globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

Ações de acessibilidade pedagógica, previstas para este PDI:

- 1) Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.
- 2) Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores.
- 3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.
- 5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.
- 6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes
- 7) Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade.
- 8) Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.
- 9) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.
- 10) Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico e acessibilidade:

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NADI- Núcleo de Apoio ao discente:

O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e

ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NIT- Núcleo de Inovação Tecnológica

Assessoria aos projetos de inovação tecnológica e processo de registro de patentes e direitos autorais.

Monitoria:

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. O Manual de Monitoria encontra-se em apêndice a este documento.

Escola de Líderes:

Oficinas de formação ofertadas de modo gratuito vinculadas a extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores:

Oficinas de formação ofertadas de modo gratuito vinculadas a extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

Internacionalização e mobilidade acadêmica:

A IES manterá convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

Portal Acadêmico:

A IES disponibiliza aos alunos um portal acadêmico, no qual os alunos tem acesso as notas, ao acompanhamento das frequências, informações sobre calendário de provas, calendário acadêmico, emissão de boletos, informações sobre o acervo da biblioteca; e demais informações pertinentes a vida acadêmica e financeira do aluno.

AÇÕES DO APOIO AO DISCENTE:

OBJETIVOS		CONTRIBUIR PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CORPO DISCENTE				
METAS	AÇÕES	2	202	20	202	202
Atualização e manutenção das diretrizes para o Programa de Atendimento aos Discentes	Atualização e manutenção dos Programas e Núcleo abaixo, conforme regulamentos anexos: Programa de Apoio ao Discente, PROACESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social; PPROME – Programa de Monitoria Estudantil Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade	X	X	X	X	X
	Atividades de Nivelamento; Acolhimento ao Ingressantes Atendimento Extraclasse Representatividade Discente Diretório Acadêmico. Programas de Apoio Financeiro Ouvidoria: Acessibilidade Monitoria Escola de Líderes: Internacionalização e mobilidade acadêmica: Portal Acadêmico •	X	X	X	X	X

PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO ENTRE PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL – PAPEERI

APRESENTAÇÃO

O PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO ENTRE PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL – PAPEERI é um programa que busca, de acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão representa o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e promovam a Responsabilidade Social, em uma igual importância e íntima unidade.

1. JUSTIFICATIVA

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque assegura como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a

produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani (2017) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o

conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Silva (2014), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

Neste sentido, entendemos que laboratórios de práticas profissionais que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, A IES, dispõe de uma Coordenação de Pesquisa, os quais sobre a coordenação acadêmica executam trabalhos também na dimensão da interatividade.

REFERÊNCIAS

- Constituição Brasileira de 1988. senado.leg.br/atividade/const./constituicao-federal
- MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~anped11>>. Acesso em: 25 fevereiro de 2017.
- SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais.
- SILVA, MS. Um Pensar Sobre a Ética nas Relações Docente e Aluno no Ensino Superior. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 11, janeiro – junho / 2014.

Sobre a política do programa

A Política do PAPEERI tem como objetivo: Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI devem ter os seguintes princípios, com base nos Direitos Humanos, Educação Ambiental e Questões Étnico raciais, desenvolvidos transversalmente em todos os cursos e em todos os períodos:

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido. Para o ENSINO, o PAPEERI se utilizará de metodologia com base na leitura e reflexão, (em conjunto – discente e docente) dos Direitos Humanos com o objetivo de identificar a forma em que os cursos envolvidos podem contribuir para a efetivação dos referidos direitos. E ainda, neste programa, o docente trabalhará com os discentes, a Educação Ambiental por meio de leitura de textos e artigos científicos.

b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais. Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico. Em se tratando da Extensão, os discentes acompanhados e orientados pelos docentes, realizarão o mapeamento das necessidades da Comunidade, no que diz respeito aos Direitos Humanos, à Educação Ambiental e às questões Étnico Raciais. Tais atividades se caracterizarão por palestras na própria comunidade, oficinas e demais minicursos de Extensão, como por exemplo “O aproveitamento de óleo de cozinha para a produção de sabão”.

Caráter Interdisciplinar das Ações

Extensionistas. A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;

c) Em se tratando da Pesquisa articulada com o Ensino e com a Extensão, os projetos desenvolvidos a partir deste programa, acontecerá por meio de Pesquisas Bibliográficas, desde o espaço de sala de aula, assim como ocorrerá também pesquisa de campo com coleta e tratamento de dados, dando origem a um trabalho acadêmico em forma de Resumo Expandido, no qual se apresentará a realidade da comunidade antes e depois da intercessão dos docentes e discentes, indicando se e de que forma e intensidade foi promovida melhoria de qualidade de vida.

Estas produções acadêmicas serão submetidas/publicadas e revistas indexadas de áreas multidisciplinares e no Portal de Periódico da IES

Compromisso Social da IES na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população. A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico. As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais. O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEERI, de caráter anuais, publicados pela IES, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas; de acordo com Grupos e Linhas de Pesquisa da IES abaixo relacionados:

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS

Grupo de Pesquisa 1: Educação e Desafios Regionais

Linhas de Pesquisa:

- 1 – Educação, Interdisciplinaridade e Ações Inovadoras
- 2 – Educação, Cidadania e Direitos Humanos
- 3 – Cultura e Meio Ambiente na Região
- 4 – Produção e Cultura dos Avanços Tecnológicos

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA SAÚDE

Grupo de Pesquisa 2: Saúde, Qualidade de Vida e Desafios Regionais.

Linhas de Pesquisa:

- 1 – Saúde Mental e Expressão Cultural
- 2 – Serviço de saúde humanizado, Políticas Públicas e inclusão.
- 3 – Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar
- 4 – Prevenção e tratamento das Doenças Tropicais.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Grupo de Pesquisa 3: Gestão, Empreendedorismo e Direito

Linhas de Pesquisa:

- 1-Empreendedorismo, Empregabilidade e Cidadania.
- 2 – Logística no Contexto regional
- 3 – Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito
- 4 – Gerenciamento do Turismo

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS EXATAS

Grupo de Pesquisa 4: Inovação e Sustentabilidade.

Linhas de Pesquisa:

- 1 –Inovação, Arquitetura, Construção Civil e Qualidade de Vida
- 2 – Meio Ambiente e Sustentabilidade
- 3 – Ações Inovadoras, Produção de Energia e Alternativa Sustentáveis
- 4 – Gestão de Recursos Naturais e Ações Inovadoras Sustentáveis

Do projeto

APRESENTAÇÃO

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

JUSTIFICATIVA

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente

oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história.

Por sua vez, Magnani (2002) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção

social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo, trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, a IES dispõe de um Núcleo de Extensão e um Núcleo de Pesquisa e Inovação Tecnológica, os quais sobre a coordenação de ensino executam trabalhos também na dimensão da interatividade.

OBJETIVO

OBJETIVO GERAL: Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

METODOLOGIA DO PROGRAMA

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEE devem ter como princípio os seguintes princípios:

- **Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.** O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

- **Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas.** A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;

- **Compromisso Social da IES na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população.** A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

- **Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico.** As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

- **Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional** propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais. O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de

alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEE, de caráter anuais, publicados pela IES, indicando as linhas de trabalho anuais, o quantitativo de recurso disponível para as atividades, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A IES tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimentos próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Da política do Programa de Acompanhamento de Egressos:

A Política de acompanhamento de egressos consiste numa pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Programa:

O **PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso** tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade local, na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria IES que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Finalmente a IES entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS:

OBJETIVOS	ACOMPANHAR OS EGRESSOS DA IES					
METAS	AÇÕES	20	20	20	202	20
Atualizar e manter diretrizes para o Programa de Acompanhamento dos Egressos	• atualização dos Programas PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso	X	X	X	X	X
	• atualização do banco de dados disponível no site para acompanhar o vínculo com o egresso na inserção no mercado de trabalho; • atualização do setor de empregabilidade • disponibilizar vagas nos eventos da IES com bolsa de 100% • remiação de bolsas de pós-graduação de 100%, 75% e 50% para os 3 primeiros colocados no rendimento acadêmico na colação de grau	X	X	X	X	X

ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIECONÔMICO

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso a capacidade de:

- dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;

- c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- d) ter atitudes inovadoras e criativas;
- e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

OBJETIVOS		ACOMPANHAR OS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIOECONOMICO				
METAS	AÇÕES	20	20	20	202	20
Atualizar e manter as diretrizes para o Programa de Acompanhamento dos Egressos no ambiente socioeconômico	• manutenção dos Programas PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso	X	X			
	• Atualização do banco de dados disponíveis no site para acompanhar os egressos no ambiente socioeconômico • Incrementação do setor de empregabilidade • Realizar convênios com empresas, conselhos de classe			X	X	X

PROGRAMA DE APOIO A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL

Os recentes debates acerca da educação superior no Brasil têm tido como eixo duas indagações centrais: quais são o sentido e a pertinência social da universidade diante dos desafios que enfrenta a sociedade brasileira no cenário do início do século XXI? Alguns eventos recentes, como o Fórum Nacional de Educação Superior (FNES, 2009), a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) e a oficina de trabalho Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década, promovida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/ CNE), em dezembro de 2010, reuniram especialistas que se dedicaram a abordar essas questões. Esses eventos têm gerado reflexões sobre as principais demandas e desafios da política de educação superior para a próxima década, especialmente à luz da elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020).

A análise de indicadores da ES no Brasil, na última década, bem como de documentos preparatórios do PNE 2011-2020 aponta não só a quantidade, mas também a complexidade dos desafios da ES brasileira. Dentre os principais desafios, os documentos oficiais destacam:

- I. Democratização do acesso, da permanência e do sucesso;
- II. Ampliação da rede pública superior e de vagas nas IES públicas;
- III. Redução das desigualdades regionais;
- IV. Formação com qualidade;
- V. Inclusão social;
- VI. Qualificação dos profissionais docentes;
- VII. Garantia de financiamento, especialmente para o setor público;
- VIII. Relevância social dos programas oferecidos;
- IX. Estímulo à pesquisa científica e tecnológica.

Neste sentido, tomando as iniciativas oficiais, os instrumentos legais e as diferentes orientações para a construção de uma sociedade inclusiva por meio da educação em seus diferentes níveis, as instituições de ensino superior também são chamadas a assumir a sua responsabilidade social no processo de construção desta sociedade.

Assim, a IES, tendo em vista a sua vocação humanista, e a sua missão institucional pretende desenvolver ações de inclusão a partir dos seguintes princípios:

- A diversidade como uma questão de direito, constituindo uma forma de entender a educação, ao tempo em que alimenta os seus objetivos, a organização das instituições de ensino e das escolhas didáticas das IES.
- A diversidade como meio para orientar e organizar a prática educativa, dotando-a de conteúdos e de uma visão crítica para entender a cultura, a sociedade e os vínculos sociais que a constroem.

- A diversidade como uma cultura institucional.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

Implantar a Política da Diversidade e Inclusão, com vista a promover valores democráticos de respeito às diferenças e a diversidade.

AÇÕES DO PROGRAMA

- I. Planejamento, implantação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos;
- II. Promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;
- III. Apoiar por meio da ação extensionista as Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares;
- IV. Realizar de forma permanente seminários e audiências públicas que contemplem a temática dos Direitos Humanos;
- V. Manter nos Currículos de todos os Cursos de Graduação a disciplina Educação para os Direitos humanos.
- VI. Realizar de forma permanente seminários e audiências públicas que contemplem a temática dos Direitos Humanos
- VII. Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral.

A ciência se desenvolveu, em parte, pela necessidade de um método de conhecimento e compreensão seguros de confiança do que os métodos relativamente desprovidos de controle geralmente utilizados. Assim, foi preciso criar uma abordagem do conhecimento, apta a permitir a validação da informação fidedigna sobre fenômenos complexos, inclusive o complexo fenômeno humano. A ciência e a abordagem científica promovem a ampliação do conhecimento a partir de experimentos, sejam nas ciências sociais aplicadas, exatas, humanas ou biológicas. Com isto faz-se necessário a transferência desse conhecimento adquirido a partir das observações científicas, para população a ser beneficiada com o novo conhecimento científico.

O que torna necessário nas IES, que se utilizem do aspecto tríplice que as sustentam. A razão de ser e existir das Instituições de Ensino Superior – IES é a criação e transferência de conhecimento para formação acadêmica. Com base nesta afirmação, o tripé ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, sustentáculo dessas instituições é indissociável. Portanto faz-se necessário a realização de eventos científicos que despertem e incentivem o espírito científico no seu corpo discente e a preocupação em transferir os conhecimentos adquiridos, para a sociedade na forma de aplicações práticas.

Nesse evento terá apresentação dos projetos de iniciação científica e tecnológica, de trabalhos e artigos do corpo docente e trabalhos acadêmicos dos demais discentes. A relevância deste Programa para o meio acadêmico da IES, está baseada na necessidade de se fazer ensino, extensão e pesquisa científica, comparar e discutir os diversos aspectos sobre o objeto de estudo que o pesquisador se dispõe a investigar e as aplicações práticas. Portanto, a pesquisa e a inovação tecnológica, esta última compreendida aqui como toda novidade implantada pelo o setor produtivo, oriundas de pesquisas ou investimentos, que contribuem para aumentar a eficiência do processo produtivo ou que implica em um novo ou aprimorado produto, fornecendo um jeito novo de fazer ou de produzir.

Deve ser um instrumento de construção de uma consciência crítica que incitará a formação do espírito científico no acadêmico, transformando-o em um pesquisador, por meio da reflexão crítica e individual sobre a realidade.

Objetivos da prática de pesquisa científica e inovação tecnológica:

- contribuir com a formação de recursos humanos para a pesquisa e para o desenvolvimento tecnológico;
- propiciar ao graduando o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes na organização e desenvolvimento de atividades de pesquisa científica e inovação tecnológica;

- possibilitar o desenvolvimento crítico-reflexivo dos graduandos através do acesso à iniciação à metodologia científica;
 - estimular o corpo docente ao exercício da atividade científica e da orientação acadêmica;
 - incentivar a interação entre docentes e discentes nas atividades de pesquisa para a qualificação de resultados, criação de grupos de pesquisa e de grupos de estudos interdisciplinares;
 - buscar caminhos para a publicação e veiculação da produção científica, alicerçando o compromisso institucional no desempenho na produção da prática científica e tecnológica.
- Metas institucionais da política de pesquisa

Metas Institucionais para o programa de pesquisa/ iniciação científica e inovação tecnológica.

META 01. Promover a valorização das práticas de pesquisa nos cursos de graduação oferecidos pela IES; •

META 02. Apoiar e estimular os cursos da IES na consolidação de uma política de pesquisa para a iniciação científica e inovação tecnológica;

META 03. Orientar no cumprimento da razão integradora de fomentar ensino, pesquisa e extensão;

META 04. Apresentar caminhos e condições para o incentivo e ampliação da produção científica do corpo docente e discente da IES.

META 05. Produzir por meio da pesquisa inovações tecnológicas que contribuam com o desenvolvimento econômico e social da região.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCIAÇÃO CIENTÍFICA/ PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Para os fins de cumprimento da proposta de Projetos de Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica a Diretoria Geral oferecerá política de incentivo com certificado de horas complementares; desconto nas mensalidades de até 20% para alunos bolsistas e auxílio à divulgação e publicação dos resultados obtidos.

Das competências da Comissão de Pesquisa Científica:

- A comissão é composta pelos docentes com titulação de mestre e doutor, sendo um docente de cada área de conhecimento. Também poderão participar professores especialistas como coorientadores;

- os projetos de pesquisa serão avaliados pelo NDE sob os critérios de: relevância científica, inovação tecnológica ou educacional;
- para cada projeto deverá constar, a apresentação inicial de projeto de pesquisa e de relatório final da pesquisa, com duração de 1 ano para cada proposição, com possibilidade de renovação por mais 1 ano;
- elaborar calendário para submissão de projetos de pesquisa dos professores orientadores;
- aprovar ingresso de alunos no programa;
- coordenar, monitorar e avaliar os Projetos de Pesquisa Científica e inovação tecnológica;
- coordenar a apresentação de resultados dos trabalhos na Semana Acadêmica de cada curso da IES;
- avaliar a continuidade dos discentes no projeto de pesquisa, mediante indicação e bom desempenho destes discentes pelos professores-orientadores;
- comunicar e manter rigoroso controle das informações junto à Diretoria Geral para liberação ou cancelamento da política de incentivo.

Das atribuições do discente participante: Participar da elaboração, da proposta. Executar do plano de trabalho do discente vinculado ao projeto de pesquisa do orientador, em conformidade com o cronograma presente.

A entrega do plano junto ao NDE deverá ser feita até 15 (quinze) dias após a divulgação dos alunos selecionados no edital vigente;

- Entrega do Termo de Compromisso do aluno, devidamente preenchido e assinado, juntamente com o plano de trabalho;
- realizar leituras de textos científicos relacionados ao tema do projeto de pesquisa, coletas de dados, organização do banco de dados e sistematização das informações coletadas, participando da análise dos mesmos;
- fazer visitas técnicas, participação de congressos e viagens de estudo relacionadas com o projeto de pesquisa, quando for o caso, por designação do responsável pelo projeto;
- participar, obrigatoriamente, do Encontro Científico da IES Semana Acadêmica do curso a que pertence;
- elaborar textos, resenhas e artigos, sob orientação do professor orientador;
- desenvolver todas as tarefas a ele atribuídas no plano de trabalho do bolsista;
- entregar relatórios semestrais de atividades no Projeto de Pesquisa Científica.

Das Atribuições do Professor-Orientador:

- redigir a proposta de pesquisa e submetê-la ao NDE, que avaliará o projeto do professor;
- Entregar à Comissão de Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica, o Termo de Compromisso do professor devidamente preenchido, dentro de 04 (quatro) dias úteis, a contar da data em que lhe for comunicada a seleção de seu projeto;
- planejar e redigir, juntamente com o discente, o plano de trabalho a ser desenvolvido pelo discente dentro do projeto de pesquisa;
- monitorar, semanalmente, o trabalho do aluno de pesquisa científica e/ou inovação tecnológica, incentivando-o a participar das atividades acadêmicas e de pesquisa;
- Orientar o discente nas distintas fases do plano de trabalho a ser desenvolvido, no âmbito do respectivo projeto, incluindo: Elaboração de relatórios semestrais; Elaboração de instrumentos para apresentação na semana acadêmica, em seminários anuais de iniciação científica, congressos e demais reuniões científicas; Informar ao NDE qualquer fato, sugestão ou irregularidades relacionadas às atividades do discente no projeto de Pesquisa Científica e/ou inovação tecnológica; Estimular a participação do discente em apresentações orais na semana acadêmica, congressos e demais reuniões científicas; Apresentar relatório semestral do projeto e de avaliação do discente, seguindo calendário estabelecido pela Comissão de Pesquisa Científica.

Da Apresentação de Relatórios e publicação dos resultados:

Os relatórios semestrais de atividades do discente bolsista, após endosso do professor orientador, serão encaminhados à Comissão de Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica, para o devido acompanhamento e avaliação;

- Os relatórios semestrais deverão ser confeccionados de acordo com as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos seguindo o modelo disponível no site da IES/Pesquisa;
- A apresentação de trabalhos em eventos científicos, bem como a sua publicação, resultantes de atividades desenvolvidas pelo discente em projetos de pesquisa científica e/ou inovação tecnológica, dependerá de prévia manifestação favorável do professor-orientador;
- Nas publicações e trabalhos apresentados em eventos, fazer referência ao vínculo do professor-orientador e discente de participante da pesquisa científica e/ou inovação tecnológica com a IES;

Dos Critérios para a inserção em Projeto de Iniciação Científica Relativo às Linhas de Pesquisa

Serão aprovados projetos com temas relacionados às diferentes áreas referenciadas dos cursos de graduação e de tecnologia da IES, bem como projetos de ordem interdisciplinar e

envolvendo temas intercursos. Relativo aos professores-orientadores serão incorporados os professores que atenderem os seguintes quesitos:

Ser professor da IES;

Ter a titulação de mestre ou doutor;

Professores especialistas poderão participar como co-orientadores;

Ter disponibilidade para dedicação de 02 (duas) horas semanais para cada grupo de 01 (um) a 03 (três) discentes quanto ao desenvolvimento e orientação de seus projetos de iniciação científica;

Cada professor-orientador poderá ter no máximo 5 (cinco) alunos orientados, com dedicação de 04 (quatro) horas semanais ao grupo;

Ter currículo Lattes atualizado na Plataforma Lattes do CNPq;

Ter produção científica ou tecnológica nos últimos três anos, divulgada nos principais veículos de comunicação da área;

Não possuir pendências junto à faculdade e com a Comissão de Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica, como, por exemplo, projetos não concluídos nos prazos estabelecidos, relatórios ou quaisquer documentos solicitados não entregues.

Sobre Critérios para a avaliação do Professor-orientador e do Projeto de Pesquisa Titulação:

- Qualidade e regularidade da produção científica/tecnológica em veículos relevantes da área do conhecimento nos últimos 03 anos;
- Relevância, mérito técnico-científico e originalidade do projeto proposto para o desenvolvimento científico, tecnológico e/ou inovação;
- Viabilidade técnica e econômica de desenvolvimento na Instituição;
- O projeto deverá contemplar atividades planejadas a serem desenvolvidas pelo prazo máximo de 1 (um) ano;
- interesse institucional no projeto de pesquisa. Sobre a duração do projeto de pesquisa: A duração mínima será de 12 (doze) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser autorizada pela Comissão de Iniciação Científica, mediante avaliação dos relatórios apresentados e justificativa pelo atraso no cronograma do projeto, um acréscimo suplementar de tempo de execução de 3 (três) meses para conclusão final.

Sobre a conclusão do Projeto de Iniciação Científica

O Projeto de Pesquisa e apresentados todos os relatórios semestrais dos alunos e dos professores orientadores, o professor-orientador encaminhará relatório final discente com parecer do orientador à Comissão de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica, que dará baixa no projeto, encerrando-o e comunicando aos setores pertinentes o encerramento da política de incentivo ao discente e ao professor, quando for o caso.

Sobre o desligamento de participação no Projeto de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica

O professor-orientador poderá ser desligado do Programa a qualquer tempo, por ato do NDE da IES, nos seguintes casos:

- a) quando vier a se desligar da Instituição;
- b) por solicitação do próprio professor, por escrito e com justificativa; Obs.: Nesse caso o aluno poderá solicitar a integração em outro projeto vigente, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de desligamento do orientador, se for possível sua incorporação em outro projeto escolhido.

Caso não seja possível esta incorporação ou não seja feita a opção no prazo previsto, o aluno estará automaticamente desligado, perdendo o direito à política de incentivo, quando se aplicar;

Sobre a participação/inserção nos projetos de iniciação científica e/ou inovação tecnológica, os discentes devem preencher os seguintes requisitos:

Ser aluno regular e matriculado em um dos cursos de graduação da IES, a partir do 3º período do curso;

Ter disponibilidade para dedicação de 6 (seis) horas semanais ao desenvolvimento do plano de trabalho de iniciação científica e/ou inovação tecnológica apresentado;

Ter rendimento acadêmico com média geral nos períodos já cursados, igual ou superior a 7,0 (sete);

Não estar cursando nenhuma dependência no período de sua inscrição no projeto; e) Não apresentar mais nenhuma reprovação nas disciplinas cursadas nos períodos anteriores à sua inscrição;

Na vigência do Projeto de Iniciação Científica e/ou inovação tecnológica, o aluno ficará vinculado, sob a orientação e responsabilidade do professor orientador;

No caso de renovação, não ter nenhuma reprovação em qualquer disciplina do curso durante a sua participação no Projeto de Iniciação Científica e/ou inovação tecnológica.

Sobre a oferta de vagas

- Será de responsabilidade da Diretoria Geral a determinação da quantidade de vagas/bolsas oferecidas. Compete ao NDE a divulgação em edital específico das vagas/bolsas como política de incentivo;
- cada bolsa ofertada é individual ao aluno proponente do projeto, do convênio da IES;
- A vigência da bolsa será de 1 (um) ano, podendo ser renovada conforme manifestação do orientador e do discente e avaliação da comissão de pesquisa científica e inovação tecnológica;
- no caso do número de alunos inscritos excederem a quantidade de bolsas ofertadas, será feita uma classificação dos discentes pela Comissão de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica, seguindo os critérios estabelecidos de avaliação da relevância do projeto ou da inovação, e do histórico escolar, a fim de determinar quais alunos receberão a bolsa e quais ficarão vinculados ao Projeto de Iniciação Científica e/ou Inovação Tecnológica como voluntários;
- O aluno classificado como voluntário deverá cumprir as mesmas definições, dadas ao discente bolsista, caso contrário, será desligado do programa.

Sobre os Critérios para cancelamento da Bolsa de Incentivo do discente:

O cancelamento da bolsa é permitido a qualquer momento e deve ser imediatamente comunicado à Comissão de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica, em função de um dos seguintes motivos:

- desempenho insuficiente;
- desistência do curso;
- desistência da bolsa a pedido do aluno (que deverá se enquadrar nas regras pertinentes);
- trancamento de matrícula (que deverá se enquadrar nas regras pertinentes);
- não atende aos critérios/requisitos exigidos;
- outros, justificar.
- Vigência e renovação do vínculo do aluno
- as bolsas de incentivo terão vigência de 1 (um) ano, com possibilidade de renovação por mais 1 (um) ano;
- admite-se apenas uma renovação, perfazendo entre o ingresso e as renovações, 4 semestres de vínculo desde que o aluno apresente bom desempenho no seu plano de trabalho e bom rendimento acadêmico;

A renovação não é automática e o docente deve fazer uma nova solicitação ao final do primeiro ano de vigência do projeto, respeitando o período de inscrição, e o discente deve apresentar novo plano de trabalho a cada renovação, atendendo todos os requisitos desta norma. Contudo, haverá preferência para a renovação se o projeto anterior apresentar resultados satisfatórios, não sendo dispensada a obrigatoriedade da apresentação da documentação exigida para solicitação de bolsa.

Sobre o prazo de inscrição, período de seleção e divulgação dos resultados para obtenção de bolsa.

- Período de inscrição no processo de seleção de bolsas de iniciação científica e inovação tecnológica são fixados semestralmente pelo NDE e divulgado por edital;
- O período de seleção dos candidatos à bolsa compreenderá os 15 dias imediatamente posteriores ao último dia do prazo de inscrição;
- A divulgação dos resultados de classificação será feita, no máximo, 20 dias após o último dia do prazo de inscrição.

Sobre a Documentação necessária para a inscrição para a obtenção de bolsa de incentivo à iniciação científica e inovação tecnológica: O discente candidato à bolsa deverá apresentar sua inscrição no Projeto de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica com a seguinte documentação:

- a) Formulário de inscrição devidamente preenchido;
- b) Declaração de disponibilidade do aluno no cumprimento da carga horária semanal (parte integrante do formulário de inscrição);
- c) Histórico Escolar do aluno (será solicitado pelo NDE diretamente à Secretaria);
- d) Atestado de matrícula no semestre em questão, solicitado pelo discente na SECAD (Secretaria Acadêmica) da IES. - No formulário de inscrição deverá manifestar sua intenção de concorrer à uma bolsa de iniciação científica e/ou inovação tecnológica.

Sobre o Desligamento no Projeto de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica O discente participante poderá ser desligado do Projeto a qualquer tempo, por ato do NDE da IES, de acordo com os casos elencados:

- I - Quando vier a sofrer pena disciplinar;

II - Por proposta do professor-orientador, coordenador da Iniciação Científica e Inovação Tecnológica;

III - por solicitação do próprio aluno.

Obs: quando ocorrer o desligamento por proposta na forma do item II caberá recurso ao aluno no prazo de 2(dois) dias úteis a partir da data de comunicação oficial de seu desligamento. Neste caso o NDE terá 2 (dois) dias úteis para comunicar o deferimento ou indeferimento do recurso.

Sobre a substituição de discentes participantes do Projeto de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica:

O discente participante dentro de um projeto de iniciação científica e/ou inovação tecnológica poderá ser substituído quando desligado do programa;

O novo candidato deve fazer sua inscrição regular no Projeto de Iniciação Científica e/ou Inovação Tecnológica;

No caso de aluno bolsista, o orientador terá prazo de 15 dias contados a partir do desligamento do aluno para apresentar outro candidato à bolsa, do contrário a bolsa será cancelada.

Alunos participantes sem concessão de bolsas:

Poderão participar como voluntários de Projetos de Pesquisa da IES, alunos inscritos no que não tenham sido classificados à bolsa, ou que optem por se inscrever sem concorrer às bolsas, marcando esta opção no formulário de inscrição. Desta forma o aluno estará vinculado ao Projeto de Iniciação Científica, sujeito à todas as normas destas diretrizes, exceto àquelas normas referentes à concessão de bolsa.

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

O presente conjunto de orientações objetiva instruir/ auxiliar os professores orientadores, bem como os discentes participantes, na estruturação, normatização e apresentação gráfica do Projeto de Iniciação Científica e/ou Inovação Tecnológica, tendo as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) como uma diretriz, tendo em vista a necessidade de subsidiar o trabalho dos pesquisadores da IES.

A estrutura do projeto de pesquisa:

Título: ainda que provisório, dê um título ao Projeto, o mesmo que se prevê dar ao trabalho final que relatará os resultados da pesquisa. O título deve expressar, o mais fielmente possível, o

conteúdo temático do trabalho. Por isso, deve ser claro, objetivo e direto. Delimitação do problema: procure agora, com uma exposição mais objetiva e técnica, colocar o problema, ou seja, como o tema está problematizado e, conseqüentemente porque ele precisa ainda ser pesquisado. Trata-se, portanto, de delimitar, circunscrever o tema-problema. Neste momento se deve identificar quais as áreas do conhecimento do curso será o objeto de investigação, incluindo delimitações espaço-temporais.

Justificativa: É o momento de se mostrar qual a contribuição de seu trabalho, a sua relevância. Para tanto, além dos argumentos afirmativos, deve-se referir ainda aos estudos anteriores já feitos sobre o tema para assinalar suas eventuais limitações e destacar assim a necessidade de continuar a pesquisá-lo e as contribuições que o seu trabalho dará, justificando-o desta maneira. Nesta parte devem-se apresentar as razões da escolha. O pesquisador deve externar os motivos (sociais, individuais, teóricos, profissionais) da escolha do tema e pode ainda registrar fatos concretos, experiências e vivências que o motivaram. Também deverá ser registrada a importância do tema. É bom lembrar que, enquanto a justificativa é pessoal, a importância é a universalização dos aspectos pessoais. O pesquisador (discente) deve explicar não somente a coerência e relevância do estudo em relação ao contexto em que ocorre aos conhecimentos e avanços já alcançados e divulgados, mas também as possibilidades de contribuição aos conhecimentos disponíveis e aos benefícios/beneficiados com os resultados da pesquisa. É o momento do pesquisador (discente) argumentar para convencer o orientador sobre a necessidade e coerência da proposta.

Objetivos: Sempre iniciam com o verbo no infinitivo.

Objetivo geral: É preciso fixar a meta, somente assim o objetivo será atingido. Essa é uma verdade tanto no cotidiano quanto na elaboração de um trabalho científico. O objetivo geral é aquele que se atinge para poder responder ao problema. Durante as aulas, orientam-se os alunos para que ao formularem o objetivo geral, acrescentem uma ação à problematização.

Objetivos específicos: Os específicos são todos aqueles que contribuirão para que seja atingida a meta, etapas ou fases do projeto. Detalhamentos para alcançar o objetivo geral.

Quadro teórico ou Fundamentação Teórica: Esta é a chamada revisão de literatura, ou seja, todos aqueles textos/documentos que você precisa estudar antes de formular seu projeto, equacionando o conhecimento acumulado sobre o seu tema. Privilegie os textos mais importantes sobre seu tema; esta é uma varredura exploratória, mas que não pode ser precária. Destaque e exponha aqui, discutindo-os, os seus referenciais teóricos, ou seja, os instrumentos lógico-conceituais nos quais você se apoia para conduzir seu raciocínio, sua explicação dos aspectos do real que você se propôs estudar e/ou as teorias que fundamentarão sua ação posterior, no caso do Plano de Trabalho. De forma estendida: que fontes usaram? Qual a

natureza das fontes (geral) e sua abrangência? Onde se localizam? Quais os meios de acesso a elas? As referências devem ser atualizadas (no máximo 5 anos), exceto em casos de estudos clássicos.

Metodologia, Procedimentos Metodológicos ou Etapas: anuncie as fontes (empíricas, documentais, bibliográficas) com que conta para a realização da pesquisa e os procedimentos metodológicos e técnicos que usará, deixando bem claro como é que vai proceder. À vista dos objetivos perseguidos, da natureza do objeto pesquisado e dos procedimentos possíveis, indique as etapas de seu processo de investigação, tendo bem presente que os resultados de cada uma destas etapas é que constituirão as partes do relato do trabalho, ou seja, os seus capítulos (ou o relatório dos resultados alcançados). Descrever: De que tipo de pesquisa se trata? Qual abordagem será dada a ela? Como a pesquisa se realizará? Em quanto tempo? Quais as características do universo e da amostra selecionada? De que maneira os dados serão coletados, interpretados e analisados? Quais os recursos necessários à sua realização? Qual a previsão de custos para a sua execução? Quais métodos verificarão os dados coletados? Se possível utilizar o nome do software a ser utilizado no tratamento estatístico.

Cronograma: de forma metódica, é a descrição de cada atividade / ação que estará desenvolvendo durante determinado período. É a agenda da pesquisa. Pode ser feito em forma de tabela, indicando o tempo, dias, meses, e discriminando a atividade / ação a ser realizada.

Bibliografia: assinale, sempre de acordo com as normas técnicas pertinentes, os títulos básicos a serem utilizados no desenvolvimento da pesquisa, discriminando, se for o caso, as fontes, os textos de referência teórica, os documentos legais, etc. Ter bem claro que esta bibliografia poderá se ampliar ao final da pesquisa, já que novos documentos poderão ser identificados em decorrência e no desenvolvimento do processo de investigação.

Anexo (s): é colocado sempre após as referências bibliográficas. Sendo uma página única, evidenciando a palavra ANEXO (S). Sequencialmente, deve-se elencar, colecionar se adequado for: questionário (s), roteiro (s), fotos, ilustrações, mapas, documentos, etc. Esta página não é numerada.

Apresentação gráfica: O projeto deve vir composto de forma sequencial, havendo necessidade de quebras de páginas ao longo do projeto (uma abertura de página para cada tópico, isto não significa que é uma página para cada tópico). Escreva-o em papel A4, fonte 12, Times New Roman ou Arial, espaço 1,5. Deixe 3 cm de margem superior, 2 cm de inferior, 3 cm de margem esquerda e 2 cm de margem direita. Inserir numeração de páginas a partir da

introdução/apresentação (mas considerar as páginas anteriores contadas). Escreva em negrito os tópicos acima indicados. Use a própria página de rosto como capa. Siga as normas técnicas da ABNT para formatação do seu texto. Quando for encadernar, use espiral, com capa transparente. Resultados e discussão: Deve ser direto e objetivo, podendo ser apresentado na forma de gráficos e tabelas e acompanhado da discussão, levando em consideração a comparação dos dados obtidos com os dados de artigos científicos publicados em revistas de relevância, em condições semelhantes. Conclusão ou Considerações Finais: deve realizar comentários analíticos sobre os resultados da pesquisa. Ressaltar as deduções extraídas do estudo proposto, no que diz respeito aos objetivos elencados e às hipóteses de trabalho e/ou questões norteadoras. Este item vem somente após o Relatório das Atividades Desenvolvidas e, no Relatório Final (conforme formulário/modelo).

ITENS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETO DE PESQUISA IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto: curso (s):

Linha de pesquisa:

Professor orientador

Telefone

E-mail coorientador:

Telefone

E-mail acadêmicos participante (bolsista / voluntário):

E-mail

Delimitação do problema

Justificativa

Objetivos

Objetivo geral:

Objetivos específicos:

Considerações teóricas

Procedimentos metodológicos

Cronograma das atividades ações início término recursos financeiros despesas itens quantidade
valor unitário valor total r\$ r\$ r\$ r\$ total r\$

Bibliografia

Coordenador (a) do projeto de pesquisa

ITENS OBRIGATÓRIOS PARA RELATÓRIO DE PESQUISA

Identificação título do projeto:

Curso (s):

Linha de pesquisa:

Professor orientador:

Telefone e-mail co-orientador: telefone e-mail acadêmicos participante (bolsista / voluntário): e-mail

Apresentação objetivos

Objetivo geral:

Objetivos específicos:

Fundamentação teórica

Procedimentos metodológicos cronograma das atividades

Ações início término

Relatório das atividades desenvolvidas ou análise dos dados considerações finais

Recursos financeiros despesas itens quantidade valor unitário valor total

Bibliografia

Anexo (s)

Coordenador (a) do projeto de pesquisa

1. Programa de Avaliação Institucional

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

- ✓ Conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;
- ✓ Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores;
- ✓ Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;
- ✓ Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- ✓ Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- ✓ Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- ✓ Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- ✓ Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
- ✓ Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a prática acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição;
- ✓ Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar

de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas, acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição por meio da CPA Comissão Própria de Avaliação.

1.1 Processo de Autoavaliação

O processo de autoavaliação institucional encontra-se alicerçado no Programa de Autoavaliação da Faculdade Amazonas, o qual possui os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Promover a cultura da autoavaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa.

Objetivos Específicos:

Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Ainda sobre o Programa de Autoavaliação da Faculdade Amazonas o mesmo se desenvolve a partir da seguinte metodologia:

O processo de autoavaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

Avaliação Interna são duas:

✓ Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber: Missão Institucional/Política de Ensino/ Pesquisa e

Extensão Responsabilidade Social A Comunicação com a Sociedade/.Política de Pessoal/Gestão Institucional/.Infraestrutura Planejamento e Avaliação/.Atendimento ao Estudante/Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela Faculdade Amazonas.

✓ Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso – será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.2. Fluxo do processo e eixos de autoavaliação

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da Faculdade Amazonas e um específico para a autoavaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões

que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

2.Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

3.Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe.

São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ✓ 5.Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

1.2.1 Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Sociedade Civil Organizada

Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

1.2.2 Plano de Melhoria dos Cursos (Plano Acadêmico-administrativo):

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da Faculdade Amazonas, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área

de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais, direitos humanos e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feito projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso.

Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.2.3 Plano de Melhoria de Gestão

Os processos de melhoria institucional se darão a partir do Planejamento periódico estratégico utilizando o Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

Políticas de Pessoal

- ✓ Organização e Gestão da Instituição
- ✓ Sustentabilidade Financeira
- ✓ Infraestrutura Física:
- ✓ Melhorias das Instalações Físicas
- ✓ Equipamentos; Máquinas
- ✓ Plano de Manutenção
- ✓ Políticas Acadêmicas
- ✓ Ações de Estímulo ao Ensino
- ✓ Ações de Estimulo a Extensão
- ✓ Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

- ✓ Ações de Apoio ao Discente
- ✓ Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

1.3 Participação da Comunidade Acadêmica e Sociedade Civil Organizada na Autoavaliação

A participação na avaliação inclui a comunidade acadêmica e técnica-administrativa, conforme orienta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). É importante evidenciar que a Faculdade Amazonas, por meio de um amplo processo de sensibilização buscando o estabelecimento de uma cultura de gestão com seus princípios fincados na continua avaliação de suas ações e resultados, realizará sua Avaliação Institucional todos os semestres, conforme metodologia e etapas já descritas anteriormente nesse documento. Para garantir maior participação e facilitar o acesso da comunidade acadêmica aos questionários de avaliação, a mesma será respondida on-line por acadêmicos, docentes e funcionários.

Os resultados serão de livre acesso para a CPA, coordenações de curso, corpo diretivo e comunidade externa, conferindo transparência ao processo de avaliação. O instrumento foi elaborado seguindo o Roteiro de Autoavaliação Institucional do SINAES/MEC a fim de que possamos avaliar em acordo com os indicadores de qualidade preconizados pelas instâncias reguladoras da educação superior no país.

1.3.1 Questionário de Coleta de Dados

Os questionários que serão utilizados no processo de autoavaliação estão apensados neste Plano.

1.4 Análise e Divulgação dos resultados de Autoavaliação

1.4.1 Divulgação dos resultados de autoavaliação e avaliações externas para a comunidade acadêmica e sociedade civil organizada.

Para a instituição, é evidente a importância do processo de autoavaliação. Pois é neste processo que podemos visibilizar de maneira concreta tanto as fragilidades quanto as potencialidades das ações institucionais que serão implantadas. Dessa forma, os resultados servem tanto para implementação de ações de melhorias (tendo os resultados como guia na tomada de decisões) quanto para prover manutenção de ações e políticas institucionais que são avaliadas como positivas pela comunidade acadêmica.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de autoavaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento contínuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura).

Vale ressaltar também que os resultados da autoavaliação fazem parte das diversas discussões e reuniões de planejamento, tanto para as reformas institucionais quanto para ações pedagógicas, produzindo mudanças nos projetos pedagógicos, na gestão institucional, nos aprimoramentos das estruturas organizacionais, na atualização dos sistemas de informação, no melhoramento das estratégias de ensino e nas ações de responsabilidade social.

1.5 Relatório de Autoavaliação

O Relatório de autoavaliação se constitui em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Neste sentido o mesmo deverá ser elaborado, obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica CONAES No. 065, a qual prevê o roteiro que deve ser seguido. Neste sentido, o Relatório deverá ser composto de:

- ✓ Introdução: onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados, o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.
- ✓ Metodologia: deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

- ✓ Desenvolvimento: nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.
- ✓ Análise dos Dados e das Informações: devem ser apresentados os dados conclusivos obtido no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com base nos mesmos.
- ✓ Ações previstas com base na análise dos dados: Deverá ser apresentado o planejamento das ações no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infra estruturais e de ensino da nossa instituição.
- ✓ O relatório de autoavaliação será ao fim do processo o documento norteador para subsidiar a elaboração do Planejamento Institucional fechando assim o ciclo da autoavaliação. Espera-se que este possa fornecer os elementos necessários para a continua melhoria das ações institucionais tendo em vista a excelência pretendida pela IES.

MODELO DO PLANO ACADÊMICO ADMINISTRATIVO



PLANO ACADÊMICO ADMINISTRATIVO 2021/____

COORDENAÇÃO DE

1.IDENTIFICAÇÃO DO PLANEJAMENTO					
CURSO					
COORDENADOR					
AÇÃO	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	DATA /PERÍODO	RECURSOS NECESSÁRIOS
ACOLHIMENTO AO INGRESSANTE					
REPRESENTATIVIDADE DE DISCENTE					
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)					
COLEGIADO DOCENTE					
ATIVIDADES DE APOIO AO DISCENTE (NIVELAMENTO)					
PROGRAMA DE MONITORIA					

ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES					
ATIVIDADES TRANSVERSAIS PARA DIVERSIDADE, AO MEIO AMBIENTE, À MEMÓRIA CULTURAL, À PRODUÇÃO ARTÍSTICA E AO PATRIMÔNIO CULTURAL E DE PROMOÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS					
ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES					
MONITORAMENTO DA EVASÃO					
AUTO AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA (CURSO)					
ATIVIDADES COMPLEMENTARES					
ATIVIDADES DE EXTENSÃO PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL					
ATIVIDADES DE INCENTIVO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA,					

ARTÍSTICA E CULTURAL NO ÂMBITO DO CURSO.					
ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL					
ATIVIDADES DE PROMOÇÃO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL					
APOIO PSICOPEDAGÓGICO					
ATIVIDADES COM UTILIZAÇÃO DAS TICS					
ATIVIDADES DE LABORATÓRIOS					
ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO (OBRIGATÓRIO PARA OS CURSOS DE SAÚDE E LICENCIATURAS)					
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS					

Coordenação de Curso

Coordenação de Ensino

QUESTIONÁRIOS DA CPA

MODELO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL A SER APLICADO AOS DOCENTES

1. Em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade de recomendar a Faculdade do Amazonas a um(a) amigo(a) ou familiar?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2. Como você avalia o papel da CPA na elaboração dos questionários da autoavaliação institucional e na divulgação dos resultados?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3. Como você avalia o preparo dos estudantes pela Instituição para o mercado de trabalho?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

4. Avalie a importância das metodologias utilizadas nas disciplinas para a construção do conhecimento e a formação integral do aluno.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

5. Como você avalia as atividades interdisciplinares e transversais/integradoras?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

6. Avalie a relação da Instituição com a comunidade externa.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

POLÍTICAS ACADÊMICAS

7. Avalie o programa de empregabilidade (Empremetro) ofertado pela instituição.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

☐ Desconheço o assunto.

8. Avalie o serviço da ouvidoria.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

☐ Desconheço o assunto.

9. Como você avalia a divulgação do programa de intercâmbio?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

10. Como você avalia a divulgação dos programas de iniciação científica e tecnológica (PROMICT e PIBIT)?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

11. Como você avalia as atividades de extensão?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

() Desconheço o assunto.

12. Como você avalia o aprendizado do aluno com a utilização do modelo híbrido?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

13. Como você avalia os canais de comunicação da Instituição (site e redes sociais)?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

14. Como você avalia os programas de apoio ao discente (monitoria, nivelamento, acessibilidade e apoio psicopedagógico)?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

15. Qual a probabilidade de você indicar um curso de pós-graduação da Instituição para um familiar ou amigo(a)?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

POLÍTICAS DE GESTÃO

16. Como você avalia as medidas de segurança adotadas pela instituição para o retorno às aulas presenciais?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

17. Qual seu grau de satisfação quanto ao apoio recebido pela equipe do DTI?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

18. Qual seu grau de satisfação quanto ao apoio recebido pela equipe de RH?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

19. Qual seu grau de satisfação quanto ao atendimento e apoio prestados pela equipe dos laboratórios didáticos?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

20. Qual seu grau de satisfação quanto aos cursos de atualização pedagógica e formação continuada ofertados pela instituição?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

21. Qual seu grau de satisfação quanto aos materiais e atendimento fornecidos pelo setor de recursos pedagógicos?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

22. Qual seu grau de satisfação quanto às políticas institucionais de incentivo à participação em eventos e à qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

23. Como você avalia a gestão da Instituição?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

INFRAESTRUTURA

24. Avalie a infraestrutura e o acervo da biblioteca.

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

25. Avalie o espaço físico e a quantidade de materiais disponíveis nos laboratórios didáticos.

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

26. Avalie os serviços ofertados e os espaços das áreas de convivência e de alimentação.

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

27. Como você avalia o Portal RM (Portal do Professor)?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

28. Qual seu grau de satisfação quanto à infraestrutura da sala dos professores?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

29. Como você avalia a infraestrutura geral da Instituição?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

Deixe aqui seu elogio, opinião, sugestão ou crítica sobre a instituição:

**MODELO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL A SER APLICADO
À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

1. Qual seu grau de satisfação quanto à responsabilidade social da instituição?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

☐ Desconheço o assunto.

2. Qual seu grau de satisfação quanto às habilidades e competências do aluno/egresso da FA para atender as exigências do mercado?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10

3. Qual seu grau de satisfação quanto à conduta ética que o aluno/egresso da FA apresenta em sua atuação profissional?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10

4. Avalie o comprometimento do aluno/egresso da FA para com as questões de cidadania.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10

5. Avalie a participação do egresso nas ações de responsabilidade social.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10

6. Avalie a preocupação do egresso com capacitação/qualificação continua.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10

Deixe aqui seu elogio, opinião, sugestão ou crítica sobre a instituição:

MODELO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO A SER APLICADO AOS DISCENTES

1. Considerando sua experiência na FACULDADE AMAZONAS, qual a probabilidade de recomendar o seu curso de graduação?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2. De 0 a 10, qual o seu grau de conhecimento referente ao perfil profissional do egresso e os objetivos do seu curso?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

3. De 0 a 10, qual o seu nível de conhecimento sobre a matriz curricular do seu curso (relação de disciplinas por período)?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

4. Qual seu grau de satisfação com as atividades interdisciplinares e transversais (atividades integradoras) desenvolvidas no seu curso?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

5. Qual seu grau de satisfação quanto à realização de atividades complementares (palestras, simpósio, congresso, semana acadêmica, encontros, cursos e oficinas) oferecidas pelo seu curso?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

6. Qual seu grau de satisfação quanto a diversificação dos métodos de ensino aplicados no seu curso?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

7. Qual nota você daria para o uso das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação (Google meet, Google Class Room, Youtube, , Google Formulários, entre outros) para o seu aprendizado?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

8. Qual nota você daria para a qualidade do material disponibilizado no PORTAL DIGITAL (videoaulas, livros textos, jogos e caderno de exercícios) e o suporte dado pelos tutores?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

(☐) Não possui disciplina na modalidade EAD.

9. Qual seu grau de satisfação quanto à apresentação dos planos de aprendizagem das disciplinas no início dos semestres?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

CORPO DOCENTE

10. Qual nota você daria para o estímulo dado pelos professores para o aprofundamento dos seus estudos e o desenvolvimento de suas competências reflexivas e críticas?

(☐) 0; (☐) 1; (☐) 2; (☐) 3; (☐) 4; (☐) 5; (☐) 6; (☐) 7; (☐) 8; (☐) 9; (☐) 10.

11. Qual nota você daria para a sua experiência, durante o seu curso, considerando a contribuição do corpo de professores para a formação humanística, ética e profissional?
() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

INFRAESTRUTURA

12. Qual seu grau de satisfação quanto a quantidade e a qualidade das bibliografias disponíveis na biblioteca?
() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

13. Qual nota você daria para o acesso à biblioteca virtual e às obras disponíveis no acervo virtual?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

14. Qual seu grau de satisfação quanto à quantidade dos equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

15. Qual seu grau de satisfação quanto à quantidade de laboratórios didáticos disponíveis?
() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

16. Qual nota você daria ao espaço da coordenação de curso disponível para o atendimento ao aluno?
☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

17. Deixe aqui seu elogio, opinião, sugestão ou crítica sobre seu curso:

**MODELO DO QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL A SER APLICADO
AOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

1. Em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade de recomendar FA a um(a) amigo(a) ou familiar?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2. Como você avalia o papel da CPA na elaboração dos questionários da autoavaliação institucional e na divulgação dos resultados?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3. Como você avalia a responsabilidade social da Instituição (atendimento nas clínicas, evento de responsabilidade social e ações junto às comunidades)?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

POLÍTICAS ACADÊMICAS

4. Avalie o serviço da ouvidoria.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

☐ Desconheço o assunto.

5. Como você avalia os canais de comunicação da Instituição (site e redes sociais)?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

POLÍTICAS DE GESTÃO

6. Avalie as políticas institucionais de incentivo à qualificação através de descontos/bolsas para a participação em cursos de idiomas e ingresso em cursos de graduação e pós-graduação.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

7. Avalie o ambiente de trabalho do seu setor.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

8. Avalie o(a) chefe do seu setor.

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

9. Como você avalia as medidas de segurança adotadas pela Instituição para o retorno às aulas presenciais?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

10. Qual seu grau de satisfação quanto ao atendimento da equipe de RH?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

11. Qual seu grau de satisfação quanto às oportunidades de crescimento profissional na Instituição?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

12. Qual seu grau de satisfação quanto as palestras, eventos, cursos e treinamentos de capacitação ofertados pela Instituição?

☐ 0; ☐ 1; ☐ 2; ☐ 3; ☐ 4; ☐ 5; ☐ 6; ☐ 7; ☐ 8; ☐ 9; ☐ 10.

13. Como você avalia a gestão da Instituição?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

INFRAESTRUTURA

14. Avalie os recursos tecnológicos utilizados para a informação e comunicação no ambiente de trabalho.

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

15. Avalie os serviços ofertados e os espaços das áreas de convivência e de alimentação.

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

16. Como você avalia o Portal RM (Portal do Colaborador)?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

17. Qual seu grau de satisfação quanto à infraestrutura do seu setor?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

18. Como você avalia a infraestrutura geral da Instituição?

() 0; () 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8; () 9; () 10.

Deixe aqui seu elogio, opinião, sugestão ou crítica sobre a instituição:

INTRODUÇÃO

O presente Guia visa proporcionar aos professores orientadores e alunos-monitores da IES informações sobre a MONITORIA, entendida como possibilidade de aprofundamento da formação acadêmica do aluno de graduação.

1 - O QUE É MONITORIA

A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados. Objetiva despertar o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente.

2 - DEFINIÇÕES

Monitoria - é o treinamento para a docência e/ou a pesquisa.

Monitor - é o aluno regularmente matriculado no curso de graduação, admitido para auxiliar trabalhos de ensino, devendo estar ligado à disciplina e ao orientador.

Orientador – é o professor responsável pela disciplina, objeto da monitoria, orientando o monitor no aprofundamento dos conhecimentos específicos, consolidando estes conhecimentos à identificação do aluno com a disciplina, e a melhoria do rendimento acadêmico escolar dos envolvidos.

Função – a função da monitoria é exclusivamente auxiliadora, sendo proibido que o monitor, mesmo eventualmente, substitua o professor em atividade de magistério. Em hipótese alguma dar aulas, até porque ele ainda não tem a necessária formação para isto. **Monitor é admitido para auxiliar trabalhos de ensino e pesquisa.**

3 - MONITORIA: FORMA ALTERNATIVA DE TRABALHO PEDAGÓGICO

A prática da Monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como ***processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem***. Nos últimos anos, com o desenvolvimento do pensamento pedagógico de orientação crítico-progressista, procedimentos monitoriais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior. A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões “política, técnica e humana da prática pedagógica” (CANDAU:1986, p.12-22).

4 - QUEM É O MONITOR DA IES?

É o aluno de graduação concursado para exercer, juntamente com o professor, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinada disciplina, já por ele cursada.

O MONITOR NÃO SUBSTITUI O PROFESSOR NA DISCIPLINA.

5 - COMPETÊNCIAS E DEVERES DO PROFESSOR – ORIENTADOR

- a)** Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;
- b)** propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;
- c)** planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;
- d)** elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;
- e)** supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;
- f)** fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes.
- g)** Apresentar à Coordenação do Programa, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

É VETADO AO MONITOR MINISTRAR AULAS TEÓRICAS, BEM COMO, EXECUTAR TAREFAS DE AULAS PRÁTICAS E SEMELHANTES, SEM A SUPERVISÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.

6 – INSCRIÇÕES

Poderá inscrever-se a uma vaga na monitoria, o aluno que atenda aos seguintes requisitos:

- Ter cursado a disciplina objeto da seleção;
- Ter sido aprovado com nota igual ou superior a oito (5.0) na disciplina em que esteja se candidatando;
- Não ter sofrido qualquer tipo de penalidade, e estar quites com as obrigações financeiras perante a IES.

7 – SELEÇÃO

A seleção é realizada **anualmente**, em época estabelecida em calendário.

8 - ATRIBUIÇÕES DO ALUNO MONITOR

- a) interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes.
- b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas.
- c) exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador.
- d) regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações.
- e) entregar mensalmente frequência e relatório assinado pelo professor-orientador a coordenação responsável pela monitoria;
- f) preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, **podendo ser renovado** por mais 06 (seis) meses;

9 - ORIENTAÇÃO

O monitor exerce suas atividades sob a supervisão do professor orientador, responsável pela disciplina. Cabe ao professor orientador pronunciar-se sobre o desempenho do monitor, ao final do semestre letivo.

10 - CONTROLE

Ao término do ano letivo o professor orientador apresenta em um único relatório a avaliação da monitoria, avaliação do monitor e atividades desenvolvidas por ambos.

11 - JORNADA E EXERCÍCIO DA MONITORIA

O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a IES. Cumprirá a sua jornada em horário não conflitante com o de suas aulas, **60 horas semestrais**, distribuídas entre suas diversas atividades, e dentro de suas conveniências.

Ao professor orientador compete encontrar-se com o aluno monitor **1 hora por semana**, dentro de suas conveniências.

12 - CANCELAMENTO DA MONITORIA

O monitor poderá ser suspenso da monitoria quando:

- I- Sofrer suspensão de caráter disciplinar;
- II- Revelar conduta incompatível com a ordem interna;
- III- Trancar a matrícula, abandonar ou solicitar transferência de Curso;
- IV- Ficar inadimplente por mais de 90 dias.

O monitor poderá solicitar dispensa da Monitoria a qualquer momento, para tanto, comunicará seu afastamento com antecedência de 30 dias, por escrito à coordenação do curso a que pertence, e este, comunicará à coordenação do Programa para as providências cabíveis.

O monitor fica ciente que, uma vez dispensado das atividades da monitoria, não receberá nenhum tipo de certificado e/ou horas contabilizadas como monitoria.

13- CERTIFICAÇÃO DA MONITORIA

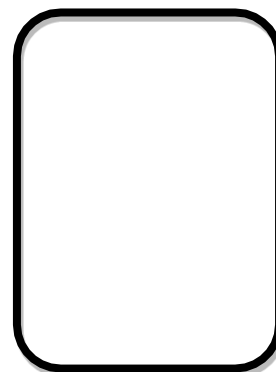
O aluno receberá, após o seu tempo de monitor, um certificado de monitoria contendo a disciplina e a carga horária da mesma, assinado pela Coordenadora do Programa e pelo Diretor Geral da Instituição.

A certificação é outorgada aos discentes que possuírem avaliação de desempenho positiva.

PROGRAMA DE MONITORIA

CURSO DE GRADUAÇÃO _____

CADASTRO DO (A) MONITOR(A)



Ano do programa:

DADOS GERAIS

Curso:

Disciplina:

Nome do Aluno(a) Monitor(a):

Nº da matrícula:

Telefone:

E-mail:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

E-mail:

Telefone para contato:

PROGRAMA DE MONITORIA

TERMO DE COMPROMISSO

Nome completo do(a) Aluno(a):

Nº de Matrícula:

Curso:

Período:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

Disciplina objeto de monitoria:

Período da disciplina objeto de monitoria:

Conhecendo as normas que regem o Sistema de Monitoria da IES, de acordo com o edital ou outro documento normatizador emitido pela instituição, comprometo-me a cumpri-los, e declaro-me ciente de que a participação no programa de monitoria voluntária não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a minha pessoa e a IES

____/____/____

Assinatura do(a) Monitor(a)

RELATORIO MENSAL DE MONITORIA

____/____/____

Monitor

Orientador

FREQUÊNCIA MENSAL

Monitor (a)	
Orientado (a)	
Disciplina	
Mês	

Dia	Horário	Assinatura Monitor	Assinatura Orientador

____/____/____

EDITAL MONITORIA

Editais de Seleção para o Programa de Monitoria Acadêmica do Curso de IES - Nº.

A Direção Geral da IES, a Coordenação do Curso de da IES, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, tornam público, para os alunos interessados, que, no período de....., encontram-se abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Monitoria da IES, Curso de para exercício nos semestres letivos de , que se realizará segundo as condições especificadas a seguir:

1. Inscrição

1.1. Período:

1.2. Local: Coordenação do Curso de Graduação de

1.3. Horário:

2. Objetivos da Monitoria

2.1. Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.

2.2. Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.

2.3. Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor (a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.

2.4. Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.

3. Atribuições do Monitor

3.1. Auxiliar o(s) professor(es):

3.1.1. Em tarefas didáticas, inclusive na preparação de aulas e trabalhos acadêmicos de modo proporcional ao seu grau de conhecimento;

3.1.2. Em tarefas de pesquisa e extensão compatíveis com o seu grau de conhecimento;

3.1.3. Na realização de trabalhos práticos e experimentais compatíveis com o grau de conhecimento e experiência da disciplina.

3.2. Auxiliar os estudantes que estejam com dificuldades de aprendizagem na disciplina e nas correspondentes avaliações.

3.3. Participar, sempre que possível, dos eventos da IES, tais como Seminários, cursos, debates, sessões de estudo e experiências de trabalhos acadêmicos diversos.

3.4. Entregar à Coordenação do Curso mensalmente o relatório das atividades desenvolvidas assinadas pelo professor orientador (Obrigatório para requerer certificado de atuação em monitoria).

3.5. Cumprir o Plano de Trabalho definido pelo Professor Orientador.

OBSERVAÇÃO: os acadêmicos que estiverem na monitoria cumprindo estágio supervisionado, além do relatório da monitoria deve apresentar todos os instrumentos relativos ao estágio a seu supervisor de ensino.

4. Vedações à Monitoria

4.1. É vedado ao Monitor, em quaisquer circunstâncias:

4.1.1. Ministrar aulas curriculares na ausência do Professor Orientador em sala de aula, laboratório ou qualquer outro recinto;

4.1.2. Realizar avaliações através de testes, arguições, ou equivalentes, na ausência do Professor Orientador;

4.1.3. Desenvolver funções meramente burocráticas;

4.1.4. Desenvolver atividades em horário que prejudique o andamento de suas funções acadêmicas, especialmente em horário de aulas.

5. Atribuições do Professor Orientador

5.1 São atribuições do Professor Orientador:

5.1.1 elaborar, juntamente com o Monitor, o Plano de Atividades Anual, que deverá ser submetido à Coordenação do Curso.

5.1.2 organizar, com o Monitor, horário de trabalho que garanta a prática conjunta de Monitoria com a parte acadêmica e que corresponda a 4 (quatro) horas semanais;

5.1.3 orientar e acompanhar as atividades do Monitor, discutindo com ele as questões teóricas e práticas, fornecendo-lhe subsídios à sua formação, e;

5.1.4 avaliar o relatório anual do Monitor atribuindo-lhe um conceito acompanhado de justificativa.

6. Vagas

6.1. O Programa de Monitoria do Curso de..... oferecerá 4 vagas aos alunos do Curso para as seguintes disciplinas:

6.1.1 Disciplina ,

6.1.2. As disciplinas solicitadas foram definidas tendo como critério os períodos do ao

7. Dos requisitos para inscrição:

7.1: O candidato à Monitoria deverá apresentar os seguintes requisitos:

7.1.1. Apresentar cópia do comprovante da matrícula

7.1.2. Ter cursado a disciplina na qual deseja ser monitor;

7.1.3. Ter sido aprovado na disciplina com nota igual ou superior a 7,0 (sete);

- 7.1.4. Não apresentar reprovação no semestre anterior;
- 7.1.5. Apresentar disponibilidade de horário para dedicar-se à Monitoria;
- 7.1.6. Não ter pendências financeiras com a Instituição;
- 7.1.7. Ter cursado o primeiro semestre letivo;
- 7.1.8. O aluno só poderá inscrever-se para a Monitoria de 01 (uma) disciplina;
- 7.1.9. Ter obtido a média mínima de 7,0 pontos na prova de seleção
- 7.2. As inscrições serão examinadas pela Coordenação do Curso, havendo a possibilidade de indeferimento em caso de descumprimento dos requisitos acima.
- 7.3. Para o ato da inscrição, basta a entrega da cópia do comprovante da matrícula 2014/2 e o preenchimento de formulário disponível na Coordenação do Curso e de Extensão.

8. Da seleção

- 8.1. O processo seletivo para as vagas de Monitoria será acompanhado por Comissão de Seleção, neste ato nomeado, composto pela Coordenadora do Curso e pelos Professores do curso;
- 8.2. A seleção será constituída de duas fases. A 1ª. Fase consistirá em uma prova escrita e a 2ª Fase em entrevista com os candidatos aprovados na 1ª. Fase;
- 8.3. A prova escrita será avaliada com nota de 0 (zero) a 10 (dez), sendo classificados para a 2ª. Fase os candidatos aprovados com nota superior ou igual a 7,0 (sete);
- 8.4. A prova escrita consistirá em questões elaboradas tendo como tema
- 8.5. a prova será realizada em dia predeterminada pela coordenação, na presença de todos os candidatos;
- 8.6. A entrevista da 2ª. Fase terá caráter eliminatório, sendo avaliada, também, com nota de 0 (zero) a 10 (dez);
- 8.7. A classificação levará em consideração o somatório das duas fases e do Coeficiente de Rendimento do Candidato, no semestre anterior.
- 8.8. Em caso de empate entre dois candidatos, os critérios para desempate serão, por ordem:
 - a) média final obtida pelo candidato quando cursou a respectiva disciplina;
 - b) média global das disciplinas cursadas até o último semestre letivo completo;
 - c) candidato que estiver cursando o semestre letivo mais adiantado;
 - d) candidato que tiver a idade mais avançada.
- 8.10. As provas escritas para a seleção de monitores serão corrigidas pelos docentes da IES, responsáveis pela orientação das disciplinas com vagas à Monitoria.
- 8.11. Consideram-se aprovados no processo seletivo para a Monitoria os candidatos que obtiverem nota de seleção final igual ou superior a 7,0 (sete).
- 8.12. Os candidatos que forem chamados e não puderem assumir satisfatoriamente as atividades da Monitoria, por questões de disponibilidade de horário ou outras verificadas pela

Coordenação responsável, serão imediatamente substituídos, segundo a ordem da listagem oficial.

8.13. Não haverá revisão das notas de prova escrita.

9. Da data, hora e local das provas:

9.1. As provas escritas serão realizadas no dia....., às 17hs, no prédio sede da IES onde funciona o curso. (A sala de aula será designada de acordo com o número de alunos inscritos).

9.2. O resultado da prova escrita será publicado no mural do Curso de até o dia

9.11. As entrevistas ocorrerão entre os dias em data e horário a ser definido pelo professor de cada disciplina, sendo os candidatos comunicados previamente.

10. Do resultado

10.1. O resultado final será divulgado no mural de e na página da IES a partir do dia

11. Da Duração e do Regime de Trabalho

11 1. O exercício da atividade de Monitoria tem duração improrrogável de 01 (um) ano, ou 02 (dois) semestres letivos inteiros;

11. 2. O monitor selecionado exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a IES, em regime de dedicação de 4 (quatro) horas semanais.

12. Das Disposições Finais

12.2. O Programa de Monitoria rege-se pelo Regulamento de Monitoria e pelo Regimento Interno da IES.

12.3. A carga horária despendida pelo monitor no exercício de suas tarefas será computada como horas de atividades complementares de graduação, sobre as quais dispõe a Portaria MEC n.º 1886, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o Regulamento das Atividades Complementares e o Regimento Interno da IES.

12.4. O Monitor poderá ser excluído da Monitoria, em caso de desempenho insatisfatório, segundo o Regimento Interno e Regulamento da Monitoria da IES, sob avaliação do Professor (a) orientador (a).

12.5. No ato da admissão, o monitor firmará termo de compromisso para o cumprimento satisfatório das suas atividades.

12.6. Aos casos omissos, aplicam-se as normas do Regulamento da Monitoria e Regimento Interno da IES.

12.7. O presente Edital entra em vigor nesta data.

APRESENTAÇÃO

Compreender a Pedagogia Universitária como um campo teórico-prático em permanente construção e atualização, pautado, dentre outros, pela compreensão e pela análise dos fenômenos de aprender e de ensinar, pertinentes às diferentes áreas do conhecimento e da profissionalização. Intenciona-se constituir a Pedagogia Universitária como campo no qual a docência na Educação Superior seja revisitada, problematizada, e reconstruída, à luz das buscas contínuas pela qualificação das práticas pedagógicas e de gestão, empreendidas nos contextos das unidades de ensino da IES.

Pretende subsidiar, apoiar, e acompanhar a formação dos professores ingressantes e demais docentes da universidade, bem como a atuação dos coordenadores e dos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos, enquanto gestores dos cursos de graduação, primando por estratégias inovadoras de ação e de socialização.

O programa de ação a ser desenvolvido através da Pedagogia Universitária irá atuar na colaboração junto à avaliação institucional de docentes e dos cursos de graduação, fomentando a formação continuada deste segmento dentro da universidade.

É um espaço de estudo e reflexão sobre a docência, possibilitando a construção e reconstrução de conhecimentos relacionados à prática pedagógica. O programa emerge da política de qualificação da ação pedagógica de apoio aos docentes.

OBJETIVOS

- consolidar os princípios pedagógicos definidos no Projeto Político-Pedagógico Institucional - Dimensão Graduação;
- qualificar o perfil do docente da IES;
- promover a troca de experiências acerca da ação pedagógica entre os docentes;
- organizar atividades institucionais sobre a pedagogia universitária;
- articular o programa com as diferentes áreas e seus respectivos cursos, detectando necessidades específicas para o desenvolvimento de ações de qualificação pedagógica;
- articular o programa com a avaliação interna e externa, nas suas diferentes dimensões;
- Organizar a Capacitação para os novos Docentes da IES, no início de cada semestre letivo.

MODALIDADES DE APOIO:

- Palestras;

- Oficinas;
- Cursos;
- Assessoria Pedagógica em grupo e individual.

METODOLOGIA

Propõe-se o uso da metodologia dialética, que tem como um dos princípios o sentido de que a visão inicial de cada um dos participantes pode ser sempre superada por um conhecimento mais complexo, através de processos sistemáticos de análise.

Este caminhar se fará então, através de estudos individuais e grupais, com subgrupos a serem definidos através de diversas estratégias: com discussões coordenadas no grupo geral e em subgrupos, com a apresentação de sínteses visando ré encaminhamentos, com a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação, da organização curricular, das possibilidades integrativas, dos planos de ensino ou programas de aprendizagem, do processo de ensino e aprendizagem e do processo de avaliação efetivados nos cursos de graduação.

As estratégias de estudo e discussão de textos, vídeos, relatos de experiências, análise de experiências de outras instituições no ensino de graduação, construção de novas propostas, atividades individuais e grupais de sínteses, resumos, resenhas, organização de quadros comparativos, esquemas, mapas conceituais, entre outras atividades, farão parte tanto dos encontros presenciais quanto das atividades à distância.

ACOMPANHAMENTO

Processual, com participação da equipe acadêmica no processo presencial e à distância, acerca das produções individuais e coletivas. As produções previstas ao longo do processo serão encaminhadas à equipe acadêmica conforme contrato didático assumido pelos grupos de trabalho. Definir como faremos e com quem contaremos neste processo em cada grupo de trabalho.

Ações previstas:

- Diagnóstico das principais dificuldades na ação pedagógica apontada pelos participantes, tanto no que se refere ao planejamento do curso e das disciplinas ou áreas de ensino, quanto a gestão de pessoas (professores e estudantes). Esta solicitação pode ser feita na inscrição, na própria ficha e solicito que seja encaminhada assim que encerrarem as inscrições ou ao longo das mesmas, para já iniciar o primeiro encontro a partir delas.
- Desenvolvimento de Formação Continuada com encontros virtuais e presenciais tendo em vista o aprimoramento das práticas pedagógicas.

CURSOS PREVISTOS NO QUINQUEINIO 2021 -2025

- A pesquisa na era de mídias sociais; A Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade em sala de aula;
- Currículo orientado para o desenvolvimento de competências;
- Oficina prática sobre Aprendizagem Baseada em Problemas; Um Guia para publicar em Revistas Internacionais; A interdisciplinaridade na pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, inovador e sustentável;
- A Educação Ambiental como eixo transversal no trabalho pedagógico;
- Metodologias ativas e organização do trabalho pedagógico.
- A Pedagogia de Projetos como metodologia ativa no ensino superior;
- A Educação para os Direitos Humanos: exercício de cidadania no ensino superior;
- A Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal: quebrando barreiras no ensino superior.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Nomeação da Equipe Multidisciplinar do NEAD.

A Pró-reitoria do Centro Universitário FAMETRO, no uso de suas atribuições regimentais sanciona a seguinte Portaria.

Art. 1º Nomeação da Equipe Multidisciplinar do NEAD – Núcleo de Educação à Distância do Centro Universitário FAMETRO;

Art. 2º A Equipe Multidisciplinar do NEAD – Núcleo de Educação à Distância do Centro Universitário FAMETRO serão:

Profº. Leonardo Florêncio Da Silva	Gestão
Profª. Kelen Priscila De Oliveira Buraslan Marcião	Pedagógico
Profª. Adilsimar Saraiva Maciel	Acadêmico/Pedagógico
Profº. Lauro Rosas Neto	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Profª Ana Augusta De Oliveira Simas	Material Didático
Profª Anne Caroline Do Nascimento Ribeiro	Material Didático
Profª Katyanne Ferreira Pinto	Material Didático; Mediação
Profª Nubia Vitoria Ribeiro Gomes	Material Didático
Profª Ronilson Moraes Soares	Material Didático
Profª Wenderson Rocha Da Costa	Material Didático
Profº. Marcello Moraes Vieira	Material Didático
Profª Lícia Belém Fernandes Gonçalves	Material Didático
Manuel Jandeir Da Silva Muniz	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Jessica Nogueira Da Silva	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Joel Dos Santos Souza	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Ronald Lucas Vale Cordeiro	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Lilian Giselle Maia Santos	Suporte/Orientação Alunos e Coordenadores
Ilmara Pereira De Almeida Araujo	Suporte/Orientação Alunos e Coordenadores
Marcia Mello Da Costa	Suporte/Orientação Alunos e Coordenadores
Lucas Matheus Sampaio Campos	Apoio Polos; Capacitações
Patricia Almeida Barbosa	Apoio Polos
Priscila Da Silva Rodrigues	Apoio Polos
Erenil Da Silva Melo	Apoio Polos

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência e Cumpra-se.

Manaus, 15 de fevereiro de 2021



Cinara da Silva Cardoso

Nomeação dos novos membros e destituição de membros da Equipe Multidisciplinar do NEaD.

A Pró-reitoria do Centro Universitário FAMETRO, no uso de suas atribuições regimentais sanciona a seguinte Portaria.

Art. 1º Nomeação dos novos membros da Equipe Multidisciplinar do NEaD – Núcleo de Educação à Distância do Centro Universitário FAMETRO:

1. Arnaldo José Crippa - Gestor do DTI;
2. João Gabriel Ferreira Aguiar - Suporte DTI;
3. Raimundo Marques de Freitas - Suporte DTI;
4. Giselle Maria Farias Pinto - Gestora da SECAD;
5. Priscila da Silva Rodrigues - Suporte SECAD;
6. Viviane Queiroz da Silva - Suporte SECAD;
7. Amenayde Cristine Corrêa - Logística de impressos;
8. Luciana Freire Braga - Design gráfico;
9. Jasmim Barbosa Ribeiro - Design gráfico.

Art. 2º Destituição dos seguintes membros da Equipe Multidisciplinar do NEaD – Núcleo de Educação à Distância do Centro Universitário FAMETRO:

1. Núbia Vitória Ribeiro Gomes
2. Patrícia Almeida Barbosa

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se
ciência.

Cumpra-se.

Manaus, 13 de setembro de 2021.



Cinara da Silva Cardoso
Pró-reitoria

